

EDUARDO GÓES DE CASTRO

SERVI A
DEUS E A CRISTO
O REI

RELIGIÃO
E LAÇO
E EXTORÇÃO

ENCARE OS FACTOS
2. Agosto 1. 1932 DE M.
ESCA??

SERVI
DEUS E A CRISTO
O REI

ENCARE OS FACTOS
2. Agosto 1. 1932 DE M.
ESCA??

A TORRE SOB VIGIA
As Testemunhas de Jeová em São Paulo
(1930-1954)

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Tucci Carneiro

SÃO PAULO,
2007

Para Luciana e Arthur, meus amores.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ICONOGRAFIA.....	04
AGRADECIMENTOS.....	06
RESUMO.....	08
ABSTRACT.....	09
INTRODUÇÃO.....	10
I – PROCLAMADORES DO REINO DE DEUS	
1.1 – As Testemunhas de Jeová e a Sociedade Torre de Vigia: organização, crenças e proselitismo.....	23
1.2 – Testemunhas de Jeová: origens.....	27
1.3 – Os pioneiros no Brasil.....	34
1.4 – A Igreja Católica e o Estado brasileiro: negociações para uma nova ordem.....	36
II – PECADOS IMPRESSOS, HERESIAS CONFISCADAS	
2.1 – Testemunhas nos tribunais.....	51
2.2 – Triângulos roxos: as vítimas esquecidas do nazismo.....	55
III – MODERNOS ICONOCLASTAS	
3.1 – A repressão ao anticlericalismo em tempos de República.....	69
3.2 – O crime político das Testemunhas de Jeová.....	87
IV – TEMPOS DE AUTORITARISMO, TEMPOS DE DEMOCRACIA	
4.1 – Em defesa da democracia.....	116
4.2 – A Sociedade Torre de Vigia no Brasil pós-guerra.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
FONTES.....	161
ACERVOS PESQUISADOS.....	164
BIBLIOGRAFIA.....	165

ÍNDICE DE ICONOGRAFIA

1. *A Gazeta*, São Paulo, 13 out. 1939, ano XXVI, num. (ilegível), Hemeroteca, APESP.....47
2. Fotografia de manifestantes da “Ação Católica” que atacaram Testemunhas de Jeová que pregavam em Illinois (Estados Unidos). Fotografia publicada em *O Estado de S. Paulo*, 25 de setembro de 1940, p. 12A, Hemeroteca, APESP.....54
3. “Catholic Action”, reprodução de imagem veiculada pelas Testemunhas de Jeová em suas publicações em meados dos anos 30, denunciando o nazismo e a ação da Igreja Católica, em *Desperta!*, Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, 22 de agosto de 1995, p. 8.....59
4. “World Tribulation”, reprodução de imagem divulgada pelas Testemunhas de Jeová em suas publicações em meados dos anos 30, denunciando o nazismo e a ação da Igreja Católica, em *Desperta!*, Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, 22 de agosto de 1995, p. 8.....62
5. Fotografia de Testemunhas de Jeová presas em campo de concentração alemão portando o triângulo roxo invertido que as distinguiu dos outros prisioneiros. Sem local especificado, 1938. Em *A Sentinela*, Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, 1º de março de 2003 (Capa).....68
6. Recorte do Jornal *A Platéia*, São Paulo, 1931. *Pront. 829 – Comitê Pró-liberdade de Consciência*, DEOPS/SP, APESP.....76
7. *A Voz da Igreja*, Liga Anticlerical “Marquez de Pombal”, Bauru, maio de 1933, nº. 1, Ano I, doc. 7, fl. 32. *Pront. 2355 – Carlos Gewe*, DEOPS/SP, APESP....79
8. *A Lanterna*, São Paulo, 20/07/1933, ano XI, nº. 355, p. 1, doc. 4, fl. 4. *Pront. 1553 – A Lanterna*, DEOPS/SP, APESP.....81
9. “Eles e a República Nova”, *A Lanterna*. São Paulo, 20/07/1933, ano XI, nº. 355, p. 4, doc. 4, fl. 4. *Pront. 1553 – A Lanterna*, DEOPS/SP, APESP.....82

10. Joseph Franklin Rutherford, *Aviso* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1938. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.....89
11. Fotografia de Testemunhas de Jeová em manifestação no bairro da Luz, em São Paulo, que resultou no confisco de publicações e na prisão de várias pessoas. São Paulo, 27 de agosto de 1939. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.....91
12. Joseph Franklin Rutherford, *Encare os Factos e aprenda a única via de escape* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1938. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.....95
13. Joseph Franklin Rutherford, *Fascismo ou Liberdade* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1939. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.....99
14. Testemunhas de Jeová, *Paz, pode durar?* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1942. *Dossiê N.º. 50-G-033 (001)*, DEOPS/SP, APESP.....107
15. Nathan N. Knorr, *Um só mundo, um só governo* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1944. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.....111
16. Joseph Franklin Rutherford, *O Juiz Rutherford expõe a Quinta Coluna* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1940. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.....117
17. Joseph Franklin Rutherford, *Conspiração contra a Democracia* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1940. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.....127
18. Testemunhas de Jeová, *Alegrai-vos, ó nações!* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1946. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.....147

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre uma tarefa ingrata, pelo fato de que, em primeiro lugar, nem sempre fazemos jus à importante lembrança de algumas pessoas. Além disso, pela quantidade de pessoas que conhecemos ao longo dos anos de pesquisa, nem sempre é possível lembrar de todos os nomes. Não obstante, gostaria de tentar.

Agradeço, em primeiro lugar, à Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Tucci Carneiro, minha orientadora. Já são passados quase sete anos de convivência acadêmica, tempo no qual pude admirar ainda mais sua consistência intelectual, seu arguto senso de pesquisadora e, é claro, sua imensa paciência em resolver problemas de ordem administrativa. Deu-me total liberdade para escolher caminhos, sem, com isso, eximir-se de sugerir as melhores trilhas.

Registro o apoio institucional da FAPESP – Fundação de amparo à pesquisa do Estado de São Paulo, que financiou parte de minha pesquisa de Iniciação Científica, bem como o apoio concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, que me concedeu uma bolsa de Mestrado, dentro do programa FUNDESP (Fundação para o desenvolvimento da Educação de São Paulo).

Aos professores doutores Yara Monteiro e Marcos Antônio da Silva que, enquanto membros de minha banca de qualificação, forneceram preciosas contribuições para meu trabalho que, na medida do possível, tentei incorporar à dissertação.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, com quem convivi durante quatro anos e que sempre me atenderam com presteza e gentileza, bem como aos funcionários do setor de Pós-Graduação em História da FFLCH-USP.

Ao Prof. Maurício Ramos que, ainda durante minha Iniciação Científica, abriu-me as portas do Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, em Cesário Lange/SP, disponibilizando alguns dos materiais que solicitei.

À Prof^ª. Dirce Donizetti, que disponibilizou os exemplares de *A Sentinela* e *Desperta!* relativos à perseguição às Testemunhas de Jeová durante o Holocausto.

À Luana Lage Moreno, querida amiga, que, como tradutora, foi fundamental para a leitura de algumas publicações da Sociedade Torre de Vigia.

Dedico também este trabalho aos meus familiares. À minha mãe, Sandra, por seu amor e apoio incondicional à minha jornada acadêmica e profissional. Ao meu pai Rubens (*in memorian*), grande exemplo de homem e educador, cuja lembrança se faz presente a cada dia. Suas palavras de incentivo servem como guia, não só deste trabalho, mas de toda a minha vida. Aos queridos Norberto e Cláucia, sogros e também “segundos pais”, pela crença permanente em meu sucesso e pelo apoio, logístico e amoroso, que têm me prestado durante todo esse tempo.

Por fim, cumpre agradecer à razão disso tudo: Luciana, minha amada esposa. Sem ela, as palavras aqui redigidas não fariam sentido e o esforço de elaboração desta dissertação não teria um porquê. Agradeço pelos dias em que a angústia e a ansiedade saíram do controle e ela, com toda a sua ternura, acalmou as coisas e apresentou alternativas.

Ao meu querido filho Arthur, que acompanhou tudo dentro do ventre de sua mãe, um agradecimento todo especial: só por existir, você também deu um motivo, não só para este trabalho, mas para toda a minha vida.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar a ação das Testemunhas de Jeová, seita religiosa milenarista norte-americana, em São Paulo, entre os anos de 1930 e 1954.

Em meio aos governos de Vargas e Dutra, à Segunda Guerra Mundial e ao início da Guerra Fria, a “Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados” – nome jurídico adotado pelas Testemunhas de Jeová no Brasil – teve suas publicações confiscadas, membros presos e seu registro de atividades proscrito no país entre 1940 e 1947. Sob alegações diversas e contraditórias, as Testemunhas de Jeová foram acusadas de propagandear o nazismo, o fascismo, o anarquismo e o comunismo, em vista de proclames como a não prestação de serviço militar obrigatório, não saudação de símbolos nacionais, não transfusão de sangue e de seu proselitismo anticlerical, feito de porta em porta pelas ruas da cidade.

Acreditando-se “missionários pioneiros” em meio a uma realidade supersticiosa católica, as Testemunhas de Jeová reeditaram no Brasil, a partir da década de 20, o mesmo discurso utilizado pelos puritanos ingleses que colonizaram a América no século XVII: tratavam-se do “povo eleito” de Deus na Terra que se dizia em combate com organizações “satânicas” e “obscurantistas”, como a Igreja Católica.

A despeito do estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos no final dos anos 30, de nossa definitiva entrada na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, e da cooperação verificada entre os dois países no período pós-guerra na luta contra o comunismo, as Testemunhas de Jeová, uma organização religiosa norte-americana, foram perseguidas no país, talvez por também reeditarem no Brasil a retórica mítica de construção dos Estados Unidos, de sua defesa de liberdade de culto e do sistema democrático de governo – em oposição ao Catolicismo e ao subdesenvolvimento brasileiros. Neste sentido, buscamos perceber até que ponto a perseguição policial e judicial empreendida contra essa organização religiosa, que contava com menos de 1000 adeptos até 1947, encontrava eco no estreitamento de interesses entre a Igreja Católica e o Estado brasileiros.

ABSTRACT

This study focuses on the action of the Jehovah's Witnesses, a North American millenary religious sect, in São Paulo, between 1930 and 1954.

During Vargas and Dutra's governments, the Second World War and the beginning of the Cold War, the Watchtower Society ("Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados") – juridical name adopted in Brazil by the Jehovah's Witnesses – publications had been confiscated, its members had been arrested and the registry of activities had been exiled from the country between 1940 and 1947. Under various and contradictory claims, the Jehovah's Witnesses had been charged with advertising the nazism, fascism, anarchism and communism, based on the lack of rendering obligatory military service, lack of salutation of the national symbols, lack of blood transfusion and anticlergy proselytism, made everywhere in the city.

Believing that they were the "first missionaries" on a superstitious Catholic reality, the Jehovah's Witnesses reissued in Brazil, from the twenties on, the same speech that was used by the English Puritan who settled America on the 17th century: they were the "elected people" by God on Earth and told they were here to struggle with the "devilish" and "obscurantist" organizations, such as the Catholic Church.

Despite the narrowing between Brazilian and American relationship at the end of the thirties, our real entrance at the Second World War with the Allied and the checked help between both countries at the post-war period against the Communism, the Jehovah's Witnesses, a North American organization, had been chased in the country, maybe because they also reissued in Brazil the mythical rhetorical of the USA construction, in the defense of cult freedom and democratic system – different from the Brazilian Catholicism and undergrown. Based on these, we intend to see at which extent the judicial and political chasing against this religious organization, which had less than followers until 1947, found the echo on the benefits narrowing between the Catholic Church and the Brazilian states.

INTRODUÇÃO

“Somos Testemunhas de Jeová (...), nossa adoração é só para ele e Jesus Cristo (...), nós não fazemos parte desse mundo¹”.

Esta epígrafe compõe um bilhete redigido por uma senhora à professora de seu filho, na cidade de Rio Claro (SP), justificando a não participação do aluno nas comemorações da Semana da Pátria de 1971.

O que hoje nos parece prosaico – já que as atuais leis brasileiras garantem à determinadas agremiações religiosas a não participação em comemorações cívicas – nos anos 70 gerou um acalorado debate nacional sobre a “exótica” organização das Testemunhas de Jeová, citado pelo DEOPS/SP² como um “corpo estranho e alienígena norte-americano infiltrado no Brasil³”. Religião de poucos adeptos, com características de uma “seita”, esta organização religiosa, em pleno regime militar, incentivava seus membros a uma espécie de “desobediência civil”, baseada em uma leitura bíblica que indicava a participação em Exércitos Nacionais e saudação à bandeira, símbolos nacionais e governantes terrenos, como um descumprimento “aos mandamentos divinos das leis de Deus”.

No caso da cidade de Rio Claro e do grupo escolar de Vila Indaiá, aqui citado, as autoridades policiais reconheciam que subjetivamente não poderiam enquadrar as Testemunhas de Jeová na Lei de Segurança Nacional. Consideravam que em

¹ Delegacia de Polícia, Rio Claro, 1970, fl. 7. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.

² A Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), foi um órgão criado em 1924 e inserido no aparato repressivo do Estado republicano com a função específica de controle político-social. Através da vigilância dos cidadãos considerados subversivos por desvirtuarem a ordem instituída ou a segurança pública, esta força policial concretizava o protótipo público de militarização da Força Pública do Estado de São Paulo. Como órgão responsável pela vigilância dos grupos considerados subversivos, ganhou destaque nos anos de 1930, tendo o comunismo como seu principal inimigo. No início da década de 1940, foi mobilizado para o esforço de guerra, buscando grupos ligados às forças internacionais, com as quais o Brasil se confrontaria após a sua entrada na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos aliados.

³ Informação ° 535/45, sobre a Sociedade Torre de Vigia, de Frederico Halfeld de Andrade, Chefe do Arquivo Geral, para Luiz Tavares da Cunha, Delegado Chefe do Setor de Ordem Política, São Paulo,

decorrência da limitação dos direitos e garantias individuais propostas pelo AI-5, o caso era emblemático. Um despacho do Coordenador Nacional do Ensino Básico e Normal, de 1971, publicado no *Diário Oficial*, finalizou a questão estabelecendo que os alunos Testemunhas de Jeová deveriam ser informados no início daquele ano letivo que estariam sujeitos à suspensão ou expulsão da escola caso se recusassem a participar dos cultos cívicos.

Este caso expressa a persistência no Brasil dos anos 70, do olhar controlador do Estado, através de sua Polícia Política, sobre a *Sociedade Torre de Vigia de Bíblia e Tratados*, braço legal das Testemunhas de Jeová, organização religiosa surgida nos Estados Unidos da América no final do século XIX. Estabelecida no Brasil na década de 1920, projetou-se enquanto “Seita⁴” reunindo poucos adeptos em seus primeiros anos no país. Hoje, esta organização soma mais de 600.000 praticantes no Brasil sendo considerada a segunda maior comunidade de Testemunhas de Jeová no mundo; atrás apenas de sua congênera norte-americana⁵. Considerando tratar-se o Brasil de um país católico, é importante lembrar que nossa história registra inúmeros casos de perseguições religiosas às “minorias” em anuência com o Estado e em nome da preservação de um dos bastiões ideológicos que sedimenta as relações sociais e o exercício de poder desde a colonização do país. Neste projeto ideológico, em vários momentos, considerou-se que as ameaças à Nação, deveriam ser rapidamente expurgadas.

Após a proclamação da República em 1889, a Igreja Católica experimentou um curto período em que esteve apartada das decisões políticas do país, já que os novos

Delegacia de Ordem Política e Social, 24/02/1945. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.

⁴ Segundo Cândido Procópio Ferreira, a “seita” é aquela que dirige sua crítica ao mundanismo e vê no progresso, que necessariamente traz mudanças de papéis e comportamentos, um obstáculo à realização de seus padrões éticos. Estes, na realidade, colocados em termos religiosos, são extremamente conservadores, não havendo, portanto, contestação ao *status quo*. Pelo contrário, muitas vezes a visão ética, as expectativas de ascensão individual e as soluções radicalmente sacrais para os problemas humanos levam as seitas a posições reacionárias extremas, quanto aos mais fundamentais aspectos da organização social. Cf. Cândido Procópio Ferreira Camargo, *Católicos, protestantes, espíritas*, Petrópolis, vazes, 1973.

⁵ Dados fornecidos pela *Sociedade Torre de Vigia de Bíblia e Tratados do Brasil* em entrevista realizada com o chamado “Corpo Governante” da organização no país, durante o mês de julho de 2004.

comandantes do país consideravam-na como uma instituição obscurantista e responsável pelo atraso do desenvolvimento do Brasil. A primeira Constituição republicana de 1891, foi pioneira neste sentido, pois pôs fim ao regime de oficialidade da religião católica no país, estabeleceu o casamento civil e abriu espaço para o ensino laico, entre outras medidas anticlericais⁶. Entretanto, ainda que revestido de vigoroso espírito liberal, o Estado oligárquico entrou em crise, assim como seu discurso articulado em nome da modernidade. Um conjunto de “perigos” políticos e sociais foi idealizado de forma a preservar os privilégios da elite republicana católica. A ameaça do movimento anarquista, através das greves operárias persistia, enquanto que o comunismo ganhava status de complô secreto internacional, segundo interpretações dos homens do poder. Este “perigo” foi redimensionado após a organização do Partido Comunista Brasileiro em 1922. Diante da crise de legitimidade que acometia o Estado oligárquico liberal, a Igreja ofereceu socorro, procurando negociar uma série de mudanças em suas relações com o poder. Entretanto, sua aproximação com o Estado só se concretizou nos anos de 1930, quando por reiteradas vezes, a elite católica foi convocada a colaborar. A redução do espaço entre as duas esferas de poder tornou-se visível nos momentos de grandes concentrações populares, como na inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro e diante do ato de proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, em 1931⁷.

Tais alterações devem ser compreendidas no contexto dos anos 30, momento em que o Brasil vivia um período de estreitamento ideológico que favorecia a predominância do pensamento conservador. Unidos, Igreja e Estado armaram-se na luta contra a ameaça comunista e, especialmente quando o governo de Getúlio Vargas caminhava para o autoritarismo. O corpo de crenças da então restrita organização das Testemunhas de Jeová tornou-se alvo da censura policial culminando, em 1940, com a proscrição de suas atividades no Brasil.

⁶ José Scampini, *A liberdade Religiosa nas Constituições Brasileiras: Estudo Filosófico Jurídico Comparado*, Petrópolis, Vozes, 1978, p. 101.

⁷ José Oscar Beozzo, “A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”, em Boris Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1984, tomo III, vol. 4, p. 277.

Este grupo religioso, representado legalmente pela “Sociedade Torre de Vigia”, foi colocado sob suspeita deste seu estabelecimento no Brasil, pois proclamava, através de seu braço gráfico, a “mensagem do Reino de Deus”. Muitas vezes distribuídas de porta em porta, em marchas públicas em locais estratégicos dos grandes centros ou até do lado de fora de igrejas católicas e protestantes, as Testemunhas de Jeová defendiam, entre seus congregados, esta “mensagem”, que residia em um conjunto de crenças que contrariavam um princípio de “Teocracia”, o qual é defendido pelas Testemunhas de Jeová até hoje. Este princípio de governo divino firmar-se-ia na liberdade de exercício da consciência e na disseminação da justiça na Terra como caminhos de louvor a Deus. Opunham-se a submissão às leis civis e governos constituídos, as saudações de símbolos nacionais, prestação de serviço militar obrigatório, doação de sangue e comemoração de aniversários natalícios, dentre outras atitudes. Tais proclames constituíam um corpo de crenças exóticas à realidade nacional e, naturalmente, postavam-se contra a ordem católica por tradição, endossada pelo Estado brasileiro.

Neste sentido, a partir de 1939, as Testemunhas de Jeová passaram a ser alvo de perseguições policiais no Brasil, bem como suas publicações, especialmente seus *booklets* (em português entendidos como livretos, brochuras ou folhetos), confiscados sob as mais diferentes acusações. Como exemplo, cito a leitura equivocada pelas autoridades do DEOPS de São Paulo do livreto *Fascismo ou Liberdade* (1939), considerado como um libelo nazista. De início, poder-se-ia supor um engano da autoridade policial, que teria erroneamente entendido o título como afirmativo *Fascismo é Liberdade*. Entretanto, não encontramos justificativas para tal interpretação. Num sentido oposto, o livreto *Um só mundo, um só governo* (1944), foi encarado como propaganda anarquista, embora propusesse um governo regido por Deus como a solução para os males da guerra que acometiam a humanidade naquele período. Verificadas, muitas dessas publicações foram censuradas ou confiscadas no Brasil pois seu conteúdo associava a Igreja Católica Romana a pecha de ser uma força satânica, normalmente em conluio com as ditaduras do mundo.

Além disso, ocorreram uma série de prisões no Rio Grande do Sul, neste mesmo período, apesar da luta internacional das Testemunhas de Jeová contra o nazismo. A Polícia Política alegava que se tratavam de “súditos do Eixo” infiltrados no país⁸.

Diante destas ocorrências, teve origem o presente trabalho. Já durante a Iniciação Científica, deparei-me nos arquivos do DEOPS/SP, hoje alocados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, com uma grande documentação sobre a perseguição sofrida por agremiações religiosas não-católicas, em São Paulo, durante os anos 30, 40 e 50. Neste trabalho, atualmente no prelo⁹, foram inventariados cerca de 150 prontuários de pessoas, igrejas e centros espíritas que foram colocados sob suspeição pelos agentes policiais, por conta de suas atividades anticlericais. São vários os casos registrados, nos arquivos do DEOPS/SP de embates entre católicos e protestantes no interior de São Paulo, assim como de confisco de publicações religiosas. Já naquele período, não obstante, chamou-me a atenção um conjunto de cerca de vinte prontuários relativos à Sociedade Torre de Vigia e à Testemunhas de Jeová, indiciados em agosto de 1939, por ocasião de uma manifestação no bairro da Luz, em São Paulo, quando ocorria a divulgação de publicações religiosas, e que resultou na prisão de uma série de pessoas.

Meu interesse pelo tema foi ampliado quando, em consulta a bibliotecas de grandes universidades que continham material sobre a história das religiões, como a Pontifícia Universidade Católica, a Universidade Mackenzie e a Universidade Metodista, constatei que, até o momento, não há nenhuma produção historiográfica de relevo que trate das Testemunhas de Jeová no Brasil, ao menos de maneira isenta. Em minhas pesquisas, percebi que, além de haver poucos estudos leigos sobre o assunto, persiste uma nuvem sobre as Testemunhas de Jeová, quando o olhar é religioso. Os autores pesquisados já tem normalmente pré-definido que este grupo não é religioso, mas sectário. Sob este prisma, pouco apresentam sobre a organização, crença, membresia desta religião, bem como sua estratégia para a conquista de adeptos.

⁸ Testemunhas de Jeová, *Anuário das Testemunhas de Jeová de 1974 com o relatório do ano de serviço de 1973; também textos diários e comentários*, New York, Watch Tower Bible and Tract Society, 1974, p. 63.

⁹ Eduardo Góes de Castro, *Os quebra-santos: anticlericalismo e repressão no DEOPS/SP*, São Paulo, Humanitas/Imprensa Oficial, no prelo.

Preferem deter-se ao fato de que as Testemunhas têm crenças exógenas à realidade nacional e de não aceitação à santidade e crucificação de Cristo.

Desta forma, este trabalho pretende, além de apresentar um histórico e a estrutura de organização de trabalho das Testemunhas de Jeová no mundo e no Brasil – obtido através de entrevistas com membros da religião e do “Corpo Governante”, visitas à sites de Internet e consultas a publicações oficiais – traçar um painel da atuação das Testemunhas em São Paulo, no período circunscrito de 1930 a 1954. Este balizamento foi traçado para este trabalho tendo como objetivo principal acompanhar os avanços e recuos das Testemunhas de Jeová em São Paulo durante os governos provisório e constitucional de Vargas (1930-1937), a ditadura do Estado Novo (1937-1945), e os governos de “abertura democrática” de Dutra e Vargas (1945-1954), eleitos em pleito nacional livre. Neste sentido, pretendemos analisar a atuação das Testemunhas durante realidades autoritárias e democráticas, tendo como principal enfoque o período que se segue à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando ocorrem as primeiras prisões e foram abertos os prontuários no DEOPS/SP, até 1947. Após esta data, as Testemunhas legalizaram, após intensa campanha de coleta de assinaturas, seu registro de atividades no Brasil. Entretanto, foi no início dos anos 30 que as Testemunhas de Jeová, após sua chegada ao Brasil, ampliaram suas atividades de divulgação nas cidades do estado de São Paulo, tendo distribuído uma média de 20.000 exemplares anuais até 1935. Contou a favor o fato de as publicações passarem a circular em português, e não mais em espanhol, como acontecia desde o início da década. Não obstante, quando os ecos de perseguição à “Intentona Comunista” chegaram a São Paulo, ocorreu um aumento da vigilância sobre organizações políticas locais, mas também de origem estrangeira, como no caso da Sociedade Torre de Vigia.

No plano internacional, o ano de 1933 assinala a chegada de Hitler ao poder na Alemanha. Sistemáticamente, seu projeto de perseguição às minorias do país atingiu as Testemunhas de Jeová que lá viviam, e que passaram a ser exoneradas do funcionalismo público, tiveram suas publicações proscritas e seus membros presos. Embora bastasse a elas assinar um termo abdicando de sua fé, Testemunhas foram mandadas para campos de concentração e várias morreram até a libertação do país, em 1945.

Também no Brasil, foi especialmente durante a ditadura de Vargas e durante o período da guerra que as Testemunhas de Jeová sofreram seu maior período de ostracismo no país. Embora suas publicações tratassem prioritariamente de temas religiosos, neste período passaram a tocar em temas como a perseguição na Alemanha, o conflito internacional que se desenrolava e a atuação das ditaduras fascistas em conluio com a Hierarquia Católica. Neste sentido, evocavam realidades democráticas como exemplos de defesa da liberdade religiosa. Tema não favorável ao contexto do Brasil daquele momento, as Testemunhas, além de terem sido colocadas na ilegalidade, tiveram suas publicações confiscadas e suas reuniões proibidas.

Com o desenrolar da guerra, o início da derrocada do Eixo e o avanço dos Aliados, capitaneados na frente ocidental pelos Estados Unidos, além do ocaso da ditadura Vargas, sinaliza-se um período de abertura democrática e de aproximação do Brasil com os Estados Unidos, que resulta, para as Testemunhas de Jeová, no retorno à legalidade de suas atividades no Brasil em 1947. Contraditoriamente para elas, em 1949 este registro foi novamente cassado. O motivo agora era outro: afinado à luta contra o comunismo, dentro do contexto da Guerra Fria, o governo Dutra pretendia colocar preventivamente as Testemunhas de Jeová na ilegalidade, até que investigações provassem seu escopo religioso apenas, desligado de qualquer atuação política. O retorno à legalidade dar-se-ia em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Ao longo do texto desta dissertação são apresentados os impressos religiosos produzidos pelas Testemunhas de Jeová e que circulavam em São Paulo nos anos 30, 40 e 50. Alguns caíram em mãos das autoridades policiais e governamentais, justificando a concessão ou não da legalidade à Sociedade Torre de Vigia. Compõe nosso corpus documental especialmente os *booklets*, livretos editados pela Sociedade em português, e impressos na cidade de Nova Iorque (EUA). Estes geralmente condensavam discursos religiosos de líderes das Testemunhas de Jeová, como Joseph Franklin Rutherford e Nathan Knorr, com forte apelo anticlerical e antifascista. Enquanto publicações pequenas e de bolso, esses *booklets* tinham grande tiragem – normalmente acima dos 20.000 exemplares traduzidos em português, nos anos 30 e 40 –

e circulavam com facilidade, pois sua leitura era rápida e seu transporte cômodo. Grande parte deste material de divulgação das Testemunhas de Jeová foi distribuído gratuitamente ao público brasileiro, ao contrário de revistas da Sociedade Torre de Vigia, como *Desperta!*, *A Sentinela* e *Atalaia*, livros, tratados e Bíblias – oferecidos ao público em troca de “contribuições voluntárias” à obra.

Estas publicações são analisadas neste trabalho de duas formas:

1. Como provas de um crime e, portanto, rapidamente confiscadas pelo DEOPS/SP, por seu teor anticlerical e por tratar de temas como a Segunda Guerra Mundial e a perseguição às Testemunhas nos países sob a influência de Hitler. Assim, em um primeiro momento pretendemos desvendar a trama policial articulada pelo DEOPS de São Paulo visando incriminar esta agremiação religiosa. Neste sentido trabalharemos com a hipótese de que esta perseguição não se fez, muitas vezes, embasada nos princípios anti-civis das Testemunhas de Jeová (juramento à bandeira, canto do hino nacional e prestação do serviço militar obrigatório) e sim, pela aproximação do Estado com a Igreja Católica – ambos interessados em legitimar seus espaços de poder.

2. As publicações apresentavam uma visão de mundo notadamente americana, funcionando então como “ponta de lança” um projeto imperialista no Brasil, esforço em muito afinado com a estratégia dos Estados Unidos sobre o Brasil e os demais países da América Latina sob o governo Roosevelt (1933-1945) e sua “política da boa-vizinhança”.

As Testemunhas de Jeová apresentavam-se como uma organização norte-americana que buscava ampliar suas bases no Brasil reforçando a retórica mítica norte-americana e sua política internacional. Desde a sua fundação no país, datada oficialmente em 1922, suas reuniões de culto eram realizadas em português e o discurso de seus líderes no Brasil alinhava-se às orientações do governo brasileiro contra os países do Eixo. Daí advém nossa hipótese de que a Sociedade Torre de Vigia teve suas publicações confiscadas e censuradas e as Testemunhas de Jeová foram proscritas do Brasil em 1940 após investigações do DEOPS/SP que confirmaram que seu proselitismo se fazia de forma anticlerical. A despeito de outras organizações religiosas

norte-americanas, algumas, também sectárias, como os mórmons e os adventistas, as Testemunhas de Jeová difundiam suas crenças, notadamente anti-católicas, através de uma série de publicações. Costumavam distribuí-las aos cidadãos comuns, de porta em porta, arregimentando novos membros em sua luta contra a Igreja Católica de Roma definida como uma “satânica organização” .

A apreensão do livreto *Fascismo ou Liberdade*, em 1939, não se fez por acaso, durante a realização do Concílio Plenário Brasileiro, quando era cogitada a hipótese, ao menos por demonstração pública de uma parte da hierarquia católica, da assinatura de uma concordata entre o Brasil e o Vaticano. A proposta do padre Dainasse a Filinto Müller desagradava a Dom Leme, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro e a Alceu Amoroso Lima, fervoroso católico e diretor do Centro D. Vital. Contrários àquela idéia, intercederam junto ao governo de Getúlio Vargas a fim de abolir tal iniciativa, interpretada como sendo do Vaticano, que já havia realizado contratos similares com diversos outros países europeus. Como exemplo, citavam o Tratado de Latrão com a Itália em 1929 e o contrato com a Alemanha em 1933; duas concordatas que suscitariam reservas¹⁰ .

O que se deu por fim, foi o que Dom Aquino convencionou chamar de “concordata moral”, que, na prática, garantia à Igreja a reconquista de sua condição de religião oficial através de um pacto informal de cooperação entre o Estado governado por Vargas e a instituição religiosa. De qualquer forma, durante o Concílio Plenário Brasileiro, foram criadas comissões dedicadas a analisar os temas que afluíam a hierarquia católica e que dificultavam a hegemonia da Igreja sobre as classes dominadas como: a *questão social*, o *protestantismo* e o *espiritismo*. Preocupava os congressistas a ação dos comunistas e dos anarquistas que, atuando no meio operário, aliciavam os trabalhadores das bases católicas; assim como os protestantes e espíritas, que disputavam o campo da religião. Como contrapartida ao apoio oferecido a Getúlio Vargas, a Igreja procurou garantir a vigência do regime de “concordata moral” no combate aos seus inimigos “hereges”.

¹⁰ John Cornwell, *O Papa de Hitler. A História Secreta de Pio XII*, Rio de Janeiro, Imago, 2000, p. 224.

As Constituições de 1934 e 1937 introduziram um dispositivo legal que, na prática, legitimava a repressão às manifestações de afronta ao catolicismo. Em ambas as Cartas, permitia-se a liberdade de culto *desde que* mantida a ordem pública. No entanto, era subjetivo determinar o que infringia a essa ordem. Pelo senso comum, estabeleceu-se que todo tipo de reunião de igrejas protestantes e de centros espíritas não poderiam acontecer para além de seus muros, sob pena de afrontar o dispositivo da “ordem católica”, instituída por força do número de praticantes do credo romano no Brasil.

Tendo em vista tais pressupostos, procuramos concentrar este nosso estudo nas relações Igreja/Estado. Nesta trama, a força policial emerge como remediadora dos conflitos e contestações, posição que a autorizava a censurar grupos religiosos como o das Testemunhas de Jeová, que através de seu proselitismo anticlerical, vinham denunciando ações da Igreja sob a anuência do Estado. A pregação católica enfatizava o caminho da salvação final era o céu, desviando para a Igreja e seus santos, a esperança da resolução das mazelas de grande parte da população excluída do regime.

Consideramos que a aproximação da Igreja com o Estado se processou no momento em que, segundo Vavy Pacheco Borges, o Brasil entrava na “maioridade” ao se tornar centralizador, intervencionista e fundamental para a modernização. Data deste período o início do processo de interferência do Estado nas questões públicas que, definida desde as relações de trabalho até as ações repressivas do regime, caminhava para o autoritarismo. Neste contexto, devemos considerar o recrudescimento do regime e o lançamento de estratégias de controle da sociedade pelo Estado que investiu na dinamização da Polícia Política. Embuída de um discurso intolerante, este órgão deveria promover o saneamento ideológico poupando apenas o ideário conservador.

Este processo de construção do Estado moderno, com perfil autoritário, ganhou força durante o primeiro governo Vargas (1930-1945). A Constituição de 1934, em seu artigo 113, item 9, deixava explícito que não seria tolerada a propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política e social. Segundo a historiadora Tucci Carneiro, o clima de tensão e de censura à palavra

“... aumentou, ainda mais, após a Intentona Comunista de 1935, quando foram decretados estado de sítio e censura à imprensa. A censura estava admitida após 1937 e oficializada na figura do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939. Este atuava de forma a buscar a uniformização da informação, trabalho complementado pela ação da polícia política que, numa postura vigilante, saía à caça dos hereges¹¹”.

Durante o primeiro governo Vargas, os órgãos de controle e repressão às idéias e atos ditos subversivos ganharam força enquanto aparelhos repressivos do Estado. A propaganda oficial nacionalista e anticomunista fortaleceu-se com o advento do Estado Novo. Após a criação do DIP, em 1939, órgão vinculado diretamente à presidência da República¹², aperfeiçoou-se a intervenção estatal nos meios de comunicação.

No clima de repressão às idéias, o catolicismo servia como importante base de apoio na luta contra os subversivos, dando credibilidade às palavras de Aloysio Short, Secretário de Educação do Estado da Bahia à época: “da tradição cultural e católica de nosso povo”. Esta crença justificava a necessidade da manutenção da moral, da família e dos bons costumes, assim como de todo um arsenal ideológico de que se serviam os regimes fascistas na Europa. Exemplo disso é o caso de Mussolini, ateu confesso, que no poder resolveu a questão do Estado Papal – a “questão romana” – com a assinatura do Tratado de Latrão, de 11 de fevereiro de 1929. A partir desta data passou a usufruir do apoio do Vaticano, como o foi também com Hitler na Alemanha.

O Estado Novo representou um recrudescimento ainda maior no cerceamento às idéias, que, mesmo proibidas, continuavam a circular clandestinamente. Como disse Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere*: “O Estado Novo não nos impediu de escrever; tirou-nos a vontade”.

Imagens e símbolos difundidos pela propaganda nazi-fascista foram incorporados à propaganda estadonovista. Muitos deles encontraram terreno cultural fértil para a penetração na sociedade brasileira, habituada ao uso e culto de imagens e

¹¹ Maria Luiza Tucci Carneiro, *Livros Proibidos, Idéias Malditas: o DEOPS e as Minorias Silenciadas*, São Paulo, Estação Liberdade/Arquivo do Estado, 1997, p. 56.

¹² Maria Helena Rolim Capelato, “Estado Novo: Novas Histórias”, em Marcos Cezar Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Contexto, 2001, p. 203.

simbolismos que o catolicismo propagava desde os tempos da colonização. O vocabulário utilizado nas conferências proferidas por anarquistas, comunistas e partidários em geral do estado leigo adquiria, cada vez mais, um tom agressivo. A Igreja Católica era, na época, avaliada como sendo poderosa na condução da mentalidade e da moralidade popular, principalmente feminina.

O espaço político-social deixado para outras crenças, também reclamado pelos opositores ao regime, foi sendo reduzido e suas imagens estereotipadas, enquanto inimigos do Estado e da sociedade brasileira. Segundo Tucci Carneiro

“(...) Antijudaísmo, antiprotestantismo, anticomunismo, antimaçonaria, antibolchevismo e antiliberalismo são palavras de ordem que se confundiam, mesclando partidos, grupos e ideologias políticas com religião, fazendo parte de um ideário comum pregado pela Igreja/Estado¹³”.

Trata-se de um momento de recrudescimento do autoritarismo e da xenofobia no Brasil, implicando no endosso de práticas intolerantes como o confisco, a queima de livros e a perseguição aos indivíduos produtores de “idéias sediciosas”. Coincidia também com o fortalecimento de regimes totalitários na Europa que, fundamentados em um ideário fascista, iriam investir contra todos que se desviassem da ordem estabelecida. E, durante o governo nacionalista de Getúlio Vargas um conjunto de ações políticas nos permitem afirmar que tinha como referência os modelos alemão e italiano.

É importante lembrar que as Testemunhas de Jeová pretendiam oferecer uma opção para aqueles que estavam descontentes com a visão de mundo que o catolicismo fornecia. Daí a sua razão de ser ter implicado, muitas vezes, em uma feroz campanha anticlerical que contribuiu para intensificar a repressão policial sobre o grupo tratado pelo DEOPS como transgressores da “ordem”. As Testemunhas de Jeová levaram, e ainda levam, esta campanha ao radicalismo tanto em suas publicações, como em suas reuniões e congressos, à medida que conquistam cada vez mais adeptos e leitores nos

Estados Unidos e no resto do mundo. Nas décadas de 1930 e 1940, muitos se deixavam seduzir pelas críticas contra a Igreja Católica, cujo proselitismo era definido como uma falsa religião. Em *Enemies*, publicação lançada em Ohio em 1937, o “juiz” Rutherford – líder das Testemunhas de Jeová e presidente da Sociedade Torre de Vigia – denunciava o catolicismo como o “grande inimigo que agia sempre em prejuízo da humanidade”. Seus praticantes eram definidos como os “agentes do Diabo, estivessem conscientes desse fato ou não”. Ao apresentar o livro, Rutherford teria dito: “*Noteis que a capa é da cor de couro, bege, e com ele vamos passar o couro da velha dama (a grande meretriz)*”¹⁴. Esta apologia da Igreja Católica reforça nosso argumento de que, a perseguição às Testemunhas de Jeová no Brasil se fez não apenas em oposição aos seus princípios anti-civis, mas também por sua postura anticlerical.

¹³ Maria Luiza Tucci Carneiro, *O Anti-semitismo na Era Vargas: Fantomas de uma Geração (1930-1945)*, prefácio de Antônio Cândido, São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 112.

¹⁴ Testemunhas de Jeová, *Proclamadores do Reino de Deus*, Cesário Lange: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (Watchtower bible and Tract Society of Pennsylvania), 1993, p. 84.

I – PROCLAMADORES DO REINO DE DEUS

1.1 – As Testemunhas de Jeová e a Sociedade Torre de Vigia: organização, crenças e proselitismo.

O movimento religioso conhecido por Testemunhas de Jeová se apresenta como uma religião cristã não-trinitária. Adoram exclusivamente a Jeová e se consideram seguidores de Jesus Cristo. Seus adeptos estão espalhados pela maioria dos países e totalizam hoje mais de seis milhões e meio de praticantes, apesar de reunirem um número muito maior de simpatizantes, de acordo com fontes oficiais¹⁵. Crêem que a sua religião é a restauração do verdadeiro Cristianismo – esta afirmação é transmitida, às vezes, de maneira quase fundamentalista, por negarem o progresso e a ciência. As Testemunhas afirmam basear todas as suas práticas e doutrinas no conteúdo da Bíblia, adotando uma edição própria intitulada *A Tradução das Sagradas Escrituras do Novo Mundo*, editada nos anos 50, nos Estados Unidos, e hoje traduzida para mais de 200 idiomas. Esta nova versão da Bíblia foi produzida a partir da tradução das escrituras originais em grego e hebraico, suprimidos versículos, capítulos e até mesmo livros inteiros da Bíblia católica (*Vulgata Latina*).

As Testemunhas de Jeová são conhecidas pela sua regularidade e persistência na obra de evangelização de casa em casa. Possuem um dos maiores parques gráficos do mundo, visando a impressão e distribuição de milhões de exemplares da Bíblia e de publicações baseadas nela. Como parte da sua crença, assistem semanalmente a reuniões congregacionais e a grandes eventos anuais, em que o estudo da Bíblia constitui a principal temática.

A Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (*The Watchtower Bible and Tract Society*) é o nome da corporação jurídica usada pelas Testemunhas de Jeová. Esta sociedade foi fundada por Charles Taze Russell e hoje é designada por Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados da Pensilvânia (*The Watchtower Bible and Tract Society*

of Pennsylvania). A expressão “Torre de Vigia” não é exclusividade dos escritos de Russell, nem das Testemunhas de Jeová. George Storrs publicou um livro na década de 1850 intitulado *The Watch Tower: Or, Man in Death; and Hope for a Future Life* (A Torre de Vigia: Ou, o Homem na Morte; e a Esperança de Uma Vida Futura)¹⁶, título incorporado por vários periódicos religiosos. Esta expressão origina-se da idéia de manter-se vigilante sobre o “desenrolar dos propósitos de Deus”, conforme idéias expressas em versículos bíblicos¹⁷.

Esta comunidade religiosa era conhecida inicialmente como “Estudantes da Bíblia”, sendo seus membros chamados de “russelitas” ou “rutherfordistas”, alcunha usada de forma pejorativa por autores “não isentos” e também pelas autoridades do DEOPS/SP. Em 1931, buscando afastar-se de outros grupos, dissidentes que também se intitulavam “Estudantes da Bíblia” e também provavelmente para livrar-se de uma série de processos em nome da antiga organização, em um congresso realizado em Columbus (Ohio, Estados Unidos), no dia 26 de julho, o grupo adotou uma resolução intitulada “Um Novo Nome”, apresentada por Joseph Rutherford, segundo presidente da Sociedade Torre de Vigia. Optou-se por usar um nome descritivo e distintivo de “Testemunhas de Jeová” para os membros da organização, cuja escolha se fez legitimada com base no texto bíblico de Isaías:

“ ‘Vós sois as minhas testemunhas’, é a pronúncia de Jeová, ‘sim, meu servo a quem escolhi, para que saibais e tenhais fé em mim, e para que entendais que eu sou o Mesmo. Antes de mim não foi formado nenhum Deus e depois de mim continuou a não haver nenhum’¹⁸.”

As “Testemunhas” afirmam que sempre existiu apenas uma religião verdadeira, constituída por aqueles que a Bíblia menciona como “fazendo a vontade de Deus” e que todas as outras formas de adoração podem ser englobadas num império mundial de

¹⁵ Site de internet: www.watchtower.org, acessado em 23 de julho de 2007 e Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1993), p. 12.

¹⁶ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1993), p. 45.

¹⁷ *Idem*, p. 157.

¹⁸ Isaías 43:10-12 *apud* Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1993), p. 15.

“religião falsa” (império, segundo elas, governada pelo papa católico). Consideram que uma das características principais que fazem com que qualquer grupo religioso seja incluído no conjunto das falsas religiões, seja cristão ou não, é o de desprezar ou simplesmente não reconhecer e divulgar o “nome de Deus”, conforme apresentado na Bíblia pelo Tetragrama “Y-H-V-H” – em português “Jeová”¹⁹.

As Testemunhas de Jeová divulgam suas crenças através de vários meios e, em especial, através da página impressa. Em suas convenções anuais são sempre apresentados novos livros, brochuras e artigos para a divulgação doutrinária. Elas estão presentes na Internet com alguns sites oficiais e oficialmente não possuem emissoras de rádio ou TV. No entanto, no passado, foram pioneiras no uso do cinema sincronizado com som²⁰, além de manterem emissoras de rádio, principalmente nas décadas de 1930 e 1940. Hoje, sua mensagem é apresentada ao público, principalmente através de duas revistas: *A Sentinela, anunciando o Reino de Jeová*, publicada quinzenalmente em 158 idiomas, com tiragem de 28 milhões de exemplares, e *Desperta!*, publicada mensalmente em 81 idiomas com tiragem de 39 milhões de exemplares. Desta forma, as Testemunhas de Jeová mantêm hoje um dos maiores parques gráficos do mundo, sustentado, quase que exclusivamente, pelo serviço voluntário dos membros da religião, contribuições não voluntárias dos membros e doações de pessoas ligadas ou não à Sociedade Torre de Vigia.

As Testemunhas de Jeová encaram a sua religião como um modo de vida, sendo que todos os outros interesses, incluindo o emprego e a família, giram em torno de suas crenças. Assim, não importa o que façam, incluindo a seleção de diversão ou de vestuário, de carreira na escola ou na profissão, e mesmo a escolha do cônjuge, tudo passa pela religião que praticam. Pregam pelo comportamento e interação com a

¹⁹ Esta informação nos foi fornecida pelo sr. Pedro Catardo, dirigente da Sociedade Torre de Vigia no Brasil, em entrevista realizada em 25 de setembro de 2001, durante a realização da exposição “Triângulos roxos: as vítimas esquecidas do Nazismo”, no Memorial da América Latina, em São Paulo.

²⁰ Em 1912, Charles Russel, apostando na importância do cinema na comoção das pessoas para sua mensagem religiosa ordenou a elaboração, pela “Associação dos Estudantes da Bíblia”, do “Fotodrama da Criação”, uma junção da projeção de slides e filmes com cor e som, buscando doutrinar fiéis para sua religião, apresentando a criação segundo a Bíblia. A primeira exibição ocorreu em Nova Iorque, em 1914, para um público estimado em 3.000 pessoas. Cf. Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1993), p. 40.

comunidade, nos negócios ou no lazer, desde que norteadas pela decisão de dedicarem a sua vida à religião. Assim, a Bíblia é encarada como um verdadeiro manual de aplicação prática e obrigatória para a vida.

Além do estudo pessoal das escrituras, cada Testemunha participa, três vezes por semana, de reuniões congregacionais realizadas em locais de culto e oração conhecidos como “Salões do Reino”. Três vezes ao ano, reúnem-se ainda em “Salões de Assembléia”, momento no qual participam de congressos ministrados pelos dirigentes da organização.

Segundo o “Relatório Mundial do Ano de Serviço de 2006”, publicado na revista *Sentinela, anunciando o Reino de Jeová*²¹, as Testemunhas de Jeová tiveram, neste ano, 6.741.444 publicadores²², atingindo 236 países ou regiões autônomas, o que constitui o maior registro, até hoje, de membros ativos. Essa mesma fonte informa que 16.675.113 pessoas estiveram presentes na “Comemoração da Morte de Cristo”²³.

²¹ *Sentinela, anunciando o Reino de Jeová*, Cesário Lange, Sociedade Torre de Vigia, 1º de fevereiro de 2007, pp. 27-30.

²² “Publicador de Congregação” é o nome dado a todo membro das Testemunhas de Jeová. É dever de cada publicador ensinar à sociedade as “Boas Novas do Reino de Deus” de porta em porta (*call porters*). Assim, contam a população local nas suas casas, estabelecimentos e locais públicos, com a orientação de apresentar a mensagem bíblica e oferecer cursos – os estudos bíblicos domiciliares gratuitos, em base regular, para pessoas interessadas.

²³ Esta celebração, na qual estive presente nas últimas seis edições, é o principal evento do ano para as Testemunhas de Jeová praticado desde 1914. Nesta reunião anual, as Testemunhas de Jeová reúnem-se após o pôr do sol, segundo o horário de cada região do mundo, no dia do atual calendário que corresponda ao antigo décimo quarto dia do mês hebraico de “Nisã”. Não é usada qualquer decoração especial ou adereços específicos, apesar de especialmente no caso de salas alugadas, haver a preocupação de tornar o local digno para o evento. É colocada uma tribuna para o orador, usualmente com amplificação sonora, e uma mesa que contém os emblemas da “Comemoração”, ou seja, o prato com o pão ázimo, ou não levedado, e uma taça com vinho de uva. A reunião começa e termina com orações e cânticos. As Testemunhas julgam assim repetir algo que Jesus Cristo fez junto com os apóstolos em seus momentos derradeiros.

1.2 – Testemunha de Jeová: origens.

As Testemunhas de Jeová surgiram nos Estados Unidos da América em 1872. Vários autores indicam que os primeiros anos após a guerra civil naquele país foram o momento de um *revival* religioso que readequou o discurso sobre a nação a partir de então. Neste contexto, teriam surgido um conjunto de religiões milenaristas – também chamadas “apocalípticas”, que apontavam a chamada “Guerra de Secessão” como um divisor de águas e já especulavam sobre o segundo advento de Cristo, marcando inclusive datas para este acontecimento. Assim, caberia a este grupo de religiões, normalmente vistas como sectárias, preparar o cenário para o retorno de Jesus, selecionando os justos, que seriam salvos.

Cumprir dizer que a religião nos Estados Unidos ocupa papel de destaque na vida política do país desde a colonização das terras inglesas na América no século XVII. Os puritanos que vieram para a América comparavam-se à “Casa de Israel” e se apresentavam como em convênio com Deus, numa espécie de pacto especial. Consideravam que o destino da colônia puritana era o de construir uma “Nova Jerusalém”, cidade santa que seria luz e modelo para todas as outras, cuja sociedade deveria ser imitada. Este discurso acompanhou a constituição das demais colônias inglesas e seria peça-chave na construção do discurso do futuro país independente dos ingleses. John Adams, redator da Constituição norte-americana e futuro presidente dos Estados Unidos, por exemplo, apresentou, em 1765, seu projeto de nação, no qual o mal que ameaçava a “Nova Jerusalém” poderia ser identificado na monarquia e na força da Igreja. Na sua opinião, a história norte-americana teria começado com a Reforma Protestante e na rebelião contra Roma. Nem o Anglicanismo teria sentido, já que as igrejas fundadas na América diferenciavam-se das estruturas de poder episcopal anglicanas. Assim, surgiram igrejas “congregacionais” ou “presbiterianas”, indicando a divisão do poder dentro da religião, uma das bases da democracia norte-americana ainda em formação.

É reconhecido que a religião ocupou, desde a colonização, um papel de extremo destaque na mente e no corpo dos norte-americanos, de tal forma que a guerra de

independência contra a Inglaterra foi encarada, por autores como Timothy Dwight, como a “Conquista de Canaã”. Ela foi interpretada como uma guerra santa que proclamava o “destino manifesto” em levar a “revolução americana” à frente, o que justificaria, no século XIX, a conquista do Oeste, a guerra contra o México e a própria guerra civil, encarada pelos autores dos Estados Unidos como uma forma do Norte livrar o Sul do país de seu “pecado original” (no caso, a escravidão) e preparar o terreno para a volta de Cristo.

Aléxis de Tocqueville, em viagem ao país, percebeu que os missionários religiosos que se dirigiam para os novos estados do Oeste, estavam conscientes de sua condição de representantes de um sistema político, algo percebido como indissociável de sua fé. A própria luta dos negros por seus direitos naquele país partiu de dentro das Igrejas. Exemplo é o fato de Martin Luther King ter iniciado seu movimento pelos direitos civis dos negros no interior das igrejas batistas. Já os negros cativos, a partir de uma interpretação própria do Cristianismo, identificaram-se como os israelitas escravizados no Egito, sendo sensíveis ao evangelismo milenarista/apocalíptico, cuja mensagem central indicava para a redenção próxima.

O “paradigma bíblico” traçado pelos puritanos continuou impregnando o universo político norte-americano, podendo ser flagrado a partir da Guerra Civil, justificada, por ambos os lados, em termos religiosos. Com a virada do século XIX para o XX, passou a prevalecer nos Estados Unidos a idéia de que sua condição excepcional como nação deveria justificar não o seu isolamento em relação ao mundo, mas uma atitude inversa, de intervenção ativa. Os Estados Unidos teriam, pois, que assumir sua visão de redimir e civilizar regiões e os povos do mundo, desprovidos das qualidades sacras outorgadas pela providência aos norte-americanos. Ilustrando bem essa realidade, o Presidente McKinley (1897-1901), não sabendo o que fazer diante dos relatos de choques entre soldados norte-americanos e civis nas Filipinas, obteve em suas orações, “a luz e a orientação de Deus”. Tal crença teria lhe indicado que os Estados Unidos

deveriam se apoderar dessa ex-colônia espanhola, para educar e converter os filipinos ao Cristianismo²⁴.

Em alguns casos, o fervor religioso típico dos norte-americanos acabou, inclusive, prevalecendo sobre a identidade nacional e o sentimento patriótico. Foi o caso dos mórmons que, no século XIX, enfrentaram a repressão federal por suas pretensões de autonomia e incentivo a poligamia, e o das Testemunhas de Jeová, no século XX que, para manter sua tradição pacifista, recusaram-se a se alistar no Exército e a jurar a bandeira norte-americana, enfrentando perseguições e prisões por conta de sua fidelidade estrita ao princípio religioso. Esta intolerância partiu de grupos protestantes e católicos no período entre-guerras, quando o esforço nacional não permitia alteração no discurso do país. Assim, muitas Testemunhas de Jeová foram presas e acusadas, paradoxalmente, de lutar em favor do comunismo dentro dos Estados Unidos ou de serem “quinta-colunistas” infiltrados no país.

Foi pelo “medo da queda” e da quebra do discurso nacional, amparado pela religião que, após a “Guerra de Secessão” (1861-1865), os Estados Unidos passaram pelo *boom* religioso da década de 1870, que resultou, entre outras denominações religiosas, no surgimento das Testemunhas de Jeová. Dentro do discurso milenarista e apocalíptico norte-americano, as denominações religiosas protestantes mais conservadoras acabaram ganhando espaço, especialmente nos momentos de crise – não apenas após a Guerra Civil, mas entre as duas guerras mundiais, durante a “grande depressão” e na Guerra Fria (1945-1991), quando o “perigo vermelho” era a maior ameaça.

Em 1872, Charles Taze Russell (1852-1916), natural da Pensilvânia, fundou a “Associação Internacional dos Estudantes da Bíblia”, o que viria a ser, mais tarde, as Testemunhas de Jeová, em Pittsburgh. Russell era o segundo filho de Joseph L. e Ann Eliza Russell, presbiterianos de ascendência escocesa-irlandesa e, desde cedo, foi influenciado pelos seus pais, que tinham fortes inclinações religiosas. Aos onze anos, Russell tornou-se sócio comercial do pai, com quem desenvolveu uma loja de roupas

²⁴ Cecília Azevedo, “A santificação pelas obras: experiências do protestantismo nos EUA”, em Revista

masculinas em Pittsburg e Filadélfia. Tornou-se rico rapidamente. Seus críticos acusam-no de ter vendido neste período grande quantidade de trigo comum sob o nome de “trigo milagroso”, a um dólar a libra, ou sessenta dólares o fardo. Sustentam que, à base disso, Russell granjeou enorme lucro pessoal.

Russell pertencia à Igreja Congregacional, “por causa de seus conceitos mais liberais²⁵”. Não obstante, ao se tornar mais velho, sentia-se perturbado com certas doutrinas religiosas geralmente aceitas. Segundo seus biógrafos, preocupava-se com as doutrinas do inferno e da predestinação pessoal. Certa vez, segundo seus críticos, teria dito: “Um Deus que usasse seu poder para criar seres humanos, aos quais sabia de antemão e predestinara que fossem eternamente atormentados, não poderia ser sábio, nem justo ou amoroso²⁶”.

Em 1869, Russell participou de uma reunião na Igreja Adventista, onde pregava o pastor Jonas Wendell. A “fé oscilante” de Russell na Bíblia foi restabelecida e ele concluiu que vivia próximo do “tempo do fim”. Pouco depois, Russell, seu pai e outros, formaram um pequeno grupo de estudos em Allegheny, Pensilvânia, que haveria de evoluir gradualmente até se tornar um movimento religioso.

Negociante de sucesso, o “pastor”, que considerava insatisfatórios todos os sistemas religiosos, conseguiu adeptos, fundou classes de estudo da Bíblia e criou publicações que, mais tarde, tornar-se-iam sucessos editoriais, como a revista *Zion's Watchtower and Herald on Christ's Presence*, surgida em 1879 com 6.000 exemplares, mas que já contava, em 1914, com 50.000 exemplares. Russel fundou esta revista, mais tarde intitulada *A Sentinela*, com o objetivo de divulgar as suas idéias. Considerava ser a verdade bíblica um grande contraste com os erros doutrinários que atribuía a outras denominações religiosas. As pessoas que recebiam a revista começaram a se reunir em grupos para estudo da Bíblia. Assim, acabaram por tornar-se conhecidos como os “Estudantes da Bíblia” ou, quando *A Sentinela* começou a ser traduzida em outras línguas, “Estudantes Internacionais da Bíblia”. Originalmente, a impressão de *A*

Tempo, nº 11, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2001, p. 117.

²⁵ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1993), p. 69.

²⁶ *Idem*, p. 70.

Sentinela e tratados religiosos era feita por firmas comerciais. Visando uma maior divulgação de suas idéias, Russel fundou a “Sociedade de Tratados da Torre de Vigia de Sião”. Estava deste modo formado o principal instrumento legal do grupo religioso, que posteriormente ficaria conhecido como Testemunhas de Jeová.

Responsável por um proselitismo fervoroso de combate às outras igrejas, Russell e seus colaboradores iniciaram, no início do século XX, a montagem do complexo de prédios hoje existentes no bairro do Brooklin, em Nova Iorque, que ainda abriga a sede mundial das Testemunhas de Jeová. A primeira filial foi aberta em 1900, em Londres.

Proclamando o fim do mundo para 1914 – o “fim do tempo dos gentios” – Russell espalhou seus “estudantes” por todos os Estados Unidos e mais de 40 países nos anos de 1920, o que passa a lhe conferir notoriedade. Por ocasião de sua morte, num desastre de trem em 1916, seus sermões já eram impressos por mais de 2000 jornais.

Em 1917, Joseph Franklin Rutherford (1869-1942) sucedeu Russel no comando da Sociedade Torre de Vigia. Filho de pais batistas, Rutherford nasceu numa fazenda no Condado de Morgan, Missouri, EUA. Rutherford cursou Direito e, aos 20 anos, tornou-se escrivão do Tribunal de Missouri. Em 1894, teve o seu primeiro contato com os escritos de Charles Taze Russel. Em 1906, quando já ocupava o cargo de juiz no Missouri, Rutherford foi batizado como “Estudante da Bíblia” e, no ano seguinte, tornou-se consultor jurídico da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. Ele se tornou bastante popular entre os seus companheiros de crença porque, como advogado, travou diversas batalhas nos tribunais em defesa de Charles Russel. Debateu também, publicamente, em defesa das doutrinas dos Estudantes da Bíblia, como orador viajante da Sociedade.

Após a Primeira Guerra Mundial, teve início a perseguição institucional a Rutherford e seus colaboradores. Em países como o Canadá, eles tiveram suas publicações proscritas. Em junho de 1918, foram presos e condenados a 20 anos de prisão nos Estados Unidos, supostamente, segundo explicações das Testemunhas de

Jeová, por “suas publicações fazerem referências bem cortantes ao clero da cristandade”²⁷.

Durante a década de 1920, a Sociedade Torre de Vigia presidida pelo “juiz” Rutherford foi pioneira em estabelecer uma das primeiras estações de rádio – a “WBBR” que, mais tarde, passaria a transmitir os discursos do líder da Sociedade. A partir de então, o número de membros dos “Estudantes da Bíblia” cresceu de maneira surpreendente. Rutherford, além de seus discursos no rádio, passou a ter seus sermões gravados em discos de vinil, tocados em praças pelo interior dos Estados Unidos e traduzidos em outros países. Foram também impressos tratados com os discursos do “juiz” – reproduzidos nas revistas da Sociedade ou transformados em *booklets*, que dariam impulso ao proselitismo dos “Estudantes da Bíblia”. Foi durante o mandato de Rutherford que, em 1931, os “Estudantes da Bíblia” tornaram-se “Testemunhas de Jeová”.

A perseguição às Testemunhas, tanto nos Estados Unidos, quanto no restante do mundo, viria a se intensificar no mundo no início de 1930 e, especialmente nos anos 40, em decorrência da Segunda Guerra Mundial e a partir de sua suposta neutralidade no conflito. Em 1933, por exemplo, a Sociedade Torre de Vigia da Alemanha foi proscrita e seus adeptos passaram então a serem enviados para os campos de concentração nazistas, onde recebiam como marca distintiva um triângulo roxo²⁸, por se negarem a saudar Hitler e a prestar o serviço militar.

Rutherford escreveu uma série de livros, tratados e *booklets* em nome das Testemunhas de Jeová. Morreu em 1942, sendo sucedido por Nathan Knorr. Nascido na

²⁷ Idem, *Ibidem*. As fontes policiais consultadas neste trabalho indicam que, legalmente, Rutherford e seus colaboradores foram indiciados e presos por interferirem no esforço de guerra norte-americano, ao pedir que os “estudantes” não se alistassem no exército, alegando neutralidade no conflito. Foi num crescendo que as perseguições policiais e de grupos da sociedade norte-americana às Testemunhas de Jeová foram registradas em todo o país. A libertação dos dirigentes da Sociedade só ocorreu em 1919, ocasião em que o governo norte-americano retirou-se do caso, negando-se a instalar um processo.

²⁸ Na Alemanha nazista, as Testemunhas de Jeová foram perseguidas em razão de sua insubordinação ao governo de homens e à participação em agremiações e comemorações cívicas como o exército e juramento a bandeiras e hinos. Especialmente naquele país, negavam-se a fazer o *Heil Hitler*, respondendo com um sonoro bom dia. A perseguição de Hitler resultou no envio de diversas Testemunhas para campos de concentração, no qual ganharam uma distinção especial: um triângulo roxo.

Pensilvânia e ex-membro da Igreja reformista holandesa, Knorr é recordado pelo empenho em estruturar e organizar mundialmente as Testemunhas de Jeová. Ainda em 1942, por exemplo, acompanhado o esforço de guerra norte-americano e a “política da boa-vizinhança” de Roosevelt, Knorr criou a “Escola do Ministério Teocrático”, com o objetivo de treinar publicadores. Em 1943, inaugurou a “Escola Bíblica de Gileade”, para formar evangelizadores em tempo integral para o Serviço Missionário que seriam enviados para vários países.

Foi de Knorr também a iniciativa de traduzir a Bíblia a partir dos escritos originais em grego e hebraico, resultando na *Tradução das Escrituras Sagradas do Novo Mundo*, que ainda hoje é utilizada pelas Testemunhas de Jeová em suas reuniões e publicações.

Como grande divulgador da obra das “Testemunhas” e em consoante ao esforço de expansão norte-americana, Knorr foi o primeiro presidente da Sociedade Torre de Vigia a visitar o Brasil, em 1944.

1.3 – Os pioneiros no Brasil

Dois fatos marcaram a presença das Testemunhas de Jeová no Brasil antes de sua instalação definitiva: desde 1899, Sarah Bellona Ferguson, considerada a primeira Testemunha de Jeová brasileira, tornou-se leitora da revista *Watchtower*, que recebia dos Estados Unidos através de seu irmão; em 1918, os tripulantes de um navio brasileiro atracado para reparos em Nova Iorque tomaram contato com os “Estudantes da Bíblia”. Após dois anos, os marinheiros chegaram ao Brasil e começaram a angariar assinaturas para as edições em espanhol da revista *Watchtower*. Joseph Franklin Rutherford, constatando o crescimento do número de assinaturas da citada revista, percebeu que havia espaço para a proliferação de suas idéias no Brasil. Entusiasmado, enviou George Young, que chegou ao Rio de Janeiro em 1922, realizando ali os primeiros batismos e assembléias. Até o início dos anos 40, o número de Testemunhas de Jeová no Brasil não chegavam aos 1000. Não obstante, a *Torre de Vigia*, *Luz da Verdade*, *Consolação* e *Atalaia* destacavam-se entre os títulos aqui publicados e que passavam a ser comercializadas de porta em porta nos grandes centros urbanos e no interior do país. A circulação destas publicações era de 88.122 exemplares em 1950²⁹. Em 1931, em Maniquiri, na Amazônia forma-se uma congregação de Testemunhas de Jeová com 70 pessoas.

No início, restrita a poucos membros, as Testemunhas de Jeová não mereceram atenção do governo brasileiro e da Igreja Católica que, nos anos 30, conquistou espaço junto as esferas de poder. Sem barreiras, as publicações da Sociedade Torre de Vigia circularam normalmente no Brasil, pois seu conteúdo, até então, era considerado exclusivamente religioso. Em 1939, no entanto, a situação política era outra. Se considerarmos o recrudescimento das práticas autoritárias e nacionalistas sustentadas pelo Estado Novo, após a passeata de agosto das Testemunhas pelo bairro da Luz com a distribuição de panfletos e publicações, o DEOPS/SP efetuou várias prisões, confiscou publicações e levou a termo o processo que culminou com a proscrição das

²⁹ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1974), p. 71.

Testemunhas de Jeová do Brasil no início dos anos 40. Durante essa década, as reuniões das Testemunhas, que contavam então com menos de 500 membros no Brasil, passaram a ser realizadas secretamente. Enquanto isso corria o processo que pedia a legalização da sociedade. Somente no final da década é que as Testemunhas de Jeová recuperaram seu registro, no contexto do processo de redemocratização promovido pelo governo Dutra. Acompanhando o aumento da vigilância sobre o comunismo, as Testemunhas tiveram novamente seu registro cassado em 1949, situação que só seria modificada, em definitivo, em 1957, por força de um novo processo, que concedeu o status de organização religiosa sem fins lucrativos para a Sociedade Torre de Vigia. Entretanto, como visto, este grupo religioso continuou sob investigação, especialmente durante o período da ditadura militar.

1.4 – A Igreja Católica e o Estado Brasileiro: negociações para uma nova ordem.

“No Brasil há agentes nazistas religiosos, quinta-colunistas que falsamente acusam as Testemunhas de Jeová de serem subversivas, porque eles próprios estão sendo expostos pelas publicações desta sociedade³⁰.”

O trecho acima foi retirado de um documento enviado pelo representante das Testemunhas de Jeová no Brasil, Nathaniel Alston Yuille, em 15 de setembro de 1942, com a mensagem “a quem possa interessar”, para a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo, em resposta ao constante estado de vigilância em que foi colocada a Sociedade Torre de Vigia do Brasil após os acontecimentos de 1939, quando da distribuição em praça pública de *Fascismo ou Liberdade*. Ao menos com base na documentação por nós consultada, este foi o primeiro episódio em que publicamente um representante da Sociedade Torre de Vigia reproduzia no Brasil o principal argumento utilizado pelas Testemunhas de Jeová para justificar sua perseguição, confisco de publicações e proscrição de atividades que ocorriam em países – de governos autoritários ou democráticos: a existência de uma pressão sobre as autoridades governamentais por parte da chamada “hierarquia” católica, que supostamente queria calar o anticlericalismo manifesto pelas Testemunhas de Jeová em suas publicações.

Não é possível afirmar que este argumento é plenamente verdadeiro. Em nossas pesquisas junto ao Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de São Paulo, a documentação oficial da Igreja tem seu acesso restrito à pesquisa a partir de 1930, até os dias atuais³¹. Entretanto, tivemos acesso aos periódicos da Igreja que circulavam no Brasil durante o período de 1930 a 1954. Assim, um documento expressivo que embasaria as críticas das Testemunhas de Jeová à perseguição que sofriam no Brasil é

³⁰ Carta “A quem possa interessar”, de Nathaniel Alston Yuille, representante da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados no Brasil. Rio de Janeiro, 15/09/1942. *Dossiê N.º. 50-G-033 (001)*, DEOPS/SP, APESP.

³¹ A justificativa da direção do arquivo para o cerceamento das informações sobre o período pós-1930 da documentação eclesiástica é direta: neste período, a Igreja voltaria a compactuar com as esferas de poder,

um artigo de Dom Agnelo Rossi³², religioso católico e, à época, membro do “Secretariado Nacional de Defesa da Fé” e professor do Seminário Central do Ipiranga.

Veiculado na *Revista Eclesiástica Brasileira* de setembro de 1941, o artigo de Rossi caracteriza as Testemunhas de Jeová sob o rótulo de “modernos iconoclastas”, visão que corroboraria a ação das autoridades policiais em agosto de 1939, quando da prisão de Testemunhas de Jeová e o confisco de publicações:

“Em maio de 1939, grupos de homens percorreram as ruas centrais de São Paulo levando cartazes de propaganda subversiva contra as agremiações religiosas, em geral, e o clero. Foi a primeira demonstração pública de Jeová em terras brasileiras. A ostensiva agressividade dos modernos iconoclastas das condições religiosas e sociais mereceu a atenção da polícia que, por várias vezes, sustou suas manifestações externas e mesmo deu-lhes busca em casa, deixando, porém, intacto o depósito dos perniciosos livros, astutamente escondidos a tempo³³.”

Para Rossi, as idéias exóticas dos “fanáticos seguidores de Russell e Rutherford” chocavam-se frontalmente com a conformação social brasileira. O religioso colocava em um mesmo nível a crença contrária das Testemunhas no inferno católico e o não juramento à bandeira brasileira. Segundo o Padre Agnelo Rossi, tais suspeitas se faziam fundamentadas no fato do ideário dessa organização não ser religioso, mas sim político:

“(…) espalharam doutrinas que dão margem a suspeitas fundadas, não só no Brasil como em outras plagas, que outro fim e não religioso proclamam. Querem talvez, a bolchevização de nossa Pátria?³⁴”

como o fez ao lado de Vargas. Por conta disso, e por envolver pessoas ainda vivas, muitas informações presentes nos arquivos ainda não podem ser divulgada ao público.

³² Dom Agnelo Rossi (1913-1995), foi o décimo sexto bispo de São Paulo, sendo seu quarto arcebispo (1964-1970) e segundo cardeal. Foi sagrado bispo de Barra do Piraí (RJ) e arcebispo metropolitano de Ribeirão Preto e Campinas (SP). Foi um dos brasileiro que mais alto subiu na hierarquia eclesiástica, sendo considerado um de seus maiores expoentes, chegando a ser cardeal-decano do Colégio Cardinalício. Auxiliar direto do papa Pio XII, em sua trajetória acadêmica escreveu vários livros sobre o protestantismo na América Latina, a Ação Católica e a catequese. Cf. entrevista com o padre Alcibides Schenel, realizada em São Paulo, no dia 11 de abril de 2004.

³³ Padre Agnelo Rossi, “Testemunhas de Jeová”, em *Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 1, fascículo 3, Rio de Janeiro, Editora da Arquidiocese, p. 481.

³⁴ Idem, p. 482.

Após uma comparação detalhada do corpo de crenças das Testemunhas de Jeová ao da Igreja Católica, o padre Rossi aponta o anticlericalismo das Testemunhas de Jeová como seu maior crime:

“(…) por mal-falar da única igreja de Cristo – a Igreja Católica.”³⁵”

Apontando que este inimigo de “Deus e da pátria” não dormia, Rossi imputa às Testemunhas de Jeová adjetivos desqualificadores: nas páginas do artigo, elas aparecem como “furiosas”, “dogmáticas”, “pouco escrupulosas”, “hereges russelistas”, “perigosas” e “ousadas exegetas”³⁶.

Para o religioso católico, a “seita” das Testemunhas era resultado do “maior crime permitido pelo Protestantismo: o livre exame das escrituras”. Rossi afirma que, por este descaminho, o protestantismo acaba negando-se a si mesmo. Assim, segundo ele, o movimento das Testemunhas de Jeová encontrava oposição dentro do próprio meio evangélico:

“O livre exame da Bíblia é a base por excelência do protestantismo. Firmado neste mesmo princípio, com a Bíblia na mão, Russel e agora Rutherford apregoam ao mundo as mais abstrusas revelações. Insurgem-se contra a religião. Vão mesmo de lança em riste contra as demais organizações protestantes. E assim temos um exemplo típico do resultado da livre interpretação da Sagrada Escritura e, dessa forma, o protestantismo nega-se a si mesmo. Por que as outras seitas e sociedades guerreiam os russelistas, que até pouco tempo eram conhecidos com o nome tão simpático de ‘estudantes da Bíblia’?”³⁷”

Este foi um registro, oriundo de uma autoridade religiosa católica, que imputou ao anticlericalismo das Testemunhas de Jeová, os motivos para sua perseguição e proscricção de atividades no Brasil. Corroborando esta tese, ao final do artigo, Rossi apóia as atitudes dos governos europeus da Itália e da Alemanha, que haviam proscrito

³⁵ Idem, Ibidem.

³⁶ Idem, pp. 481-487.

³⁷ Idem, p. 482.

as atividades das Testemunhas de Jeová, e condena as autoridades norte-americanas que, segundo ele, “só julgavam e continuavam a permitir a livre circulação daquela inverdade bíblica”. Neste sentido, conclui o religioso:

“(…) isso só poderia acontecer em um país de formação protestante, cujo maior crime foi a permissão da livre interpretação da Bíblia, o que nos permite ver concretamente a que excessos conduz o princípio básico do protestantismo: o livre-exame.³⁸”

Após esta exposição, Agnelo Rossi recomendava ao governo brasileiro que atuasse firme, agindo como os governos europeus, que haviam limpado de suas terras a “organização russelista”. Com base neste argumento, o religioso católico corroborava a atuação de governos totalitários, como os da Alemanha, Itália, Espanha e Portugal que, em suas primeiras medidas, cercearam liberdades e perseguiram minorias.

Em sua opinião, as atividades das Testemunhas eram “perniciosas”, por serem antipatrióticas, por estarem disseminadas por todos os estados brasileiros e, especialmente, porque seus divulgadores estavam atuando no meio operário. Rossi atenta ainda para o fato de sua literatura ser de caráter “acentuadamente comunista” e recomendava, então, que as autoridades brasileiras tomassem uma atitude mais enérgica:

“Os depósitos de livros estão sempre ocultos porque, doutra forma, seriam facilmente confiscados pela Polícia de Costumes. Apesar do trabalho da polícia contra a distribuição de alguns livros de Rutherford, a propaganda se faz sorrateiramente. Aqui, como na Austrália, compete ao Tribunal de Segurança Nacional examinar esta atividade, perniciosíssima para nossa Pátria e de caráter acentuadamente comunista³⁹.”

Não é possível afirmar, através apenas de um documento, que a Igreja Católica influenciou a ação policial em direção às Testemunhas de Jeová ou que as autoridades agissem para reprimir o anticlericalismo de suas publicações ou seu profundo

³⁸ Idem, p. 489.

proselitismo anti-católico. Provavelmente, chocava às autoridades do DEOPS/SP o profundo sentimento anti-fascista nutrido pelos seguidores de Rutherford.

A pressão da Igreja Católica não pode ser encarada como a única razão para a vigilância policial sobre as Testemunhas de Jeová em São Paulo. Outras fontes consultadas apresentam razões políticas para o cerco às Testemunhas: embora constituíssem uma organização religiosa, as autoridades policiais julgavam que se fosse mal utilizada por elementos interessados na subversão da ordem, esta “seita” poderia apresentar resultados opostos àqueles pretendidos por seus dirigentes, e a luta anti-fascista ou contra as guerras poderia facilmente enveredar para o Comunismo e o anarquismo⁴⁰.

Este argumento fica explícito na documentação, anexada aos prontuários do acervo DEOPS/SP. Além da perseguição às Testemunhas de Jeová, constatamos que mais de 100 igrejas, organizações religiosas ou membros de religiões não-católicas também tiveram suas ações vigiadas pela Polícia Política de São Paulo. Fazia parte deste controle a obrigatoriedade imposta pelo Estado destas solicitarem autorização para a realização de suas reuniões de culto, com base nos dispositivos que regulamentavam a ordem pública. Os prontuários abertos para associações católicas, e até mesmo, padres estrangeiros, aparecem apenas no período de guerra, pois como “súditos do Eixo”, eram colocados em suspeição por conta de seu idioma e atividades políticas^{41,42}.

Desta forma, podemos considerar que a perseguição às Testemunhas de Jeová, entre os anos de 1930 e 1945, reflete uma reorganização da ordem política promovida a partir do estreitamento de laços entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica. Diante da

³⁹ Idem. Ibidem.

⁴⁰ Relatório de investigações de Luiz Apollonio, assistente do “s.s.” do processo de investigações nº 329 sobre a Sociedade dos Estudantes da Bíblia, Departamento de Ordem Política e Social, São Paulo, 14 fev. 1949, *Dossiê 50-G-033*, DEOPS, APESP.

⁴¹ Em 1943, por exemplo, os padres Johannes Dreisewerd e Guilherme Holver foram chamados à polícia de Registro (SP), para prestar declarações sobre a apreensão de um aparelho de mimeógrafo, utilizado para comunicações em língua japonesa. Ambos os padres pertenciam à Congregação do Verbo Divino, encarregada de missões católicas no litoral do Estado de São Paulo. Quando requerida a devolução do aparelho para que se fizessem as comunicações apenas em português, a polícia indeferiu o pedido. *Pront. 46922 – Congregação do Verbo Divino (Missões Católicas)*, DEOPS/SP, APESP.

⁴² Na amostragem por nós consultada, esta documentação representa cerca de 10% de um total de 150 prontuários. Cf. parte II: “Inventário de prontuários”, de Eduardo Góes de Castro, *op. cit.*

projeção política alcançada por Vargas e do impasse da oligarquia cafeeira, a Igreja Católica negociou seu papel junto aos centros de poder político. Um novo país começava a surgir, com um Estado que interferia diretamente na economia e na sociedade, que administrava a ascensão de uma burguesia industrial e das classes médias urbanas, além do segmento estudantil e do baixo oficialato do Exército. Cresciam também os “inimigos da Igreja”: as crenças liberais da pequena burguesia, o Socialismo e o Anarquismo ateus, o Integralismo, além de seus “concorrentes na fé” – notadamente protestantes e espíritas. Esta posição incitou o debate sobre as relações da Igreja com o Estado, principalmente porque nesse momento foram criadas formas de participação política dos religiosos, até então alijados do poder. Os ativistas católicos chegaram, até mesmo, a idealizar a criação de um partido político que representasse os desejos do clero para o novo governo.

Igreja e poder no Brasil.

Com base na nova realidade do país, os membros do clero católico vislumbravam a possibilidade de uma aliança com o Estado varguista que, se não devolvesse à Igreja o *status* de religião oficial do país, ao menos garantiria sua supremacia espiritual sobre o Brasil, excluindo outras correntes de pensamento que pudessem representar uma ameaça. Assim, em 1935, o Monsenhor Álvaro Negromonte, em conferência realizada no Rio de Janeiro, proferiu o discurso “A salvação do Brasil depende do Clero”, quando afirmou que

“(…) quem observa um pouco o movimento religioso do Brasil percebe que nossos maiores problemas são a falta de clero, a ameaça protestante, a endemia espírita e a descristianização dos costumes. O número de padres é ínfimo, e se agrava por serem muitas paróquias mais extensas que dioceses da Europa⁴³.”

⁴³ Monsenhor Álvaro Negromonte, discurso “A salvação do Brasil depende do Clero”, Petrópolis, Vozes, 1935.

O religioso indicava ainda que, de maneira sorrateira e com uma estratégia bem elaborada, tanto a “penetração” protestante, como uma espécie de “endemia” espírita, encontravam terreno livre no Brasil, onde a descristianização dos costumes, a desagregação moral e administrativa do país, além da redução do papel político da Igreja, eram palavras de ordem desde a instalação da República:

“(…) a penetração protestante se faz organizadamente, através de uma propaganda tenaz e bem financiada, servida por numerosos colégios (mantidos por católicos), ou por missões estrategicamente colocadas nos lugares menos assistidos pela Igreja. A disseminação espírita só não impressiona os que não querem vê-la, ou preferem fechar-lhes os olhos, ou já não têm sensibilidade para os males religiosos do povo. A corrupção moral dispensa insistências, porque está chegando aos extremos⁴⁴.”

O Monsenhor Negromonte afirmava que o processo de crescimento das outras religiões se dava justamente diante dos grupos menos assistidos pela Igreja. Além disso, expunha que a ignorância religiosa era o grande mal vivenciado pelo país. Neste quadro, apenas uma campanha de “catequização em massa”, poderia representar a recristianização do país. Evocando Pio X, Negromonte afirmava que só a Igreja possibilitava a prática de virtudes, estabelecia o equilíbrio social, impedia a corrupção dos costumes privados e públicos, além de afastar os ditos inimigos da fé – protestantes e espíritas⁴⁵. A Igreja deveria atuar então não apenas sobre as crianças, mas sobre os trabalhadores e mulheres.

Para a Igreja Católica, a República havia representado uma perda imensa de poder. Juntamente com esse novo regime de governo o liberalismo, o protestantismo e o positivismo haviam ganho espaço, concorrendo com a visão de mundo proposta pela Igreja. Vista como contrária aos interesses do Estado e da sociedade, bem como às idéias modernas, a Igreja Católica foi rejeitada por alguns por configurar o atraso e o conservadorismo. No plano internacional, a resistência à Roma papal atingira seu cume nos reflexos da Revolução Francesa, quando, no século XIX, a condenação do

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

modernismo da encíclica *Quanta Cura*, a promulgação do *Syllabus* por Pio IX (1864) combatendo as idéias progressistas e o cientificismo, e a definição da infalibilidade papal no Concílio Vaticano I (1870), tornaram o catolicismo suspeito às classes mais cultas⁴⁶.

No Brasil, através do Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, ocorreu o rompimento definitivo entre a Igreja e o Estado brasileiros. O decreto proibia a intervenção da autoridade federal e dos estados em matéria religiosa, concedia plena liberdade de culto e abolia o padroado. Seguiam-se a isto decretos do Governo Provisório instituindo o casamento civil e secularizando os cemitérios⁴⁷. A Constituição de 1891, que vigoraria até 1934, acabou por disciplinar a questão, estabelecendo, além da liberdade de crença e de culto, o casamento civil, o ensino leigo nas escolas públicas, a proibição de qualquer subsídio do Estado ou qualquer relação de dependência ou aliança entre o Estado e qualquer Igreja. Legislou também sobre a perda de direitos políticos de quem se isentasse de algum dever cívico por motivo de crença religiosa e a proibição de voto ou para a ocupação de cargos eletivos para membros de ordens monásticas, associações ou congregações sujeitas a voto de obediência⁴⁸.

Dom Sebastião Leme⁴⁹, através de uma carta pastoral dirigida aos seus diocesanos por ocasião de sua posse em Olinda, em 1916, traçou um programa de luta para reivindicar, junto ao governo, a posição do catolicismo como religião da maioria absoluta do povo brasileiro, então asfixiada pelo regime republicano:

“O Brasil que aparece, o Brasil-nação, esse não é nosso, é da minoria. A nós católicos, apenas nos dão a licença de vivermos. Que humilhação para a nossa fé⁵⁰.”

⁴⁶ Thales de Azevedo, *Igreja e Estado em Tensão e Crise*, São Paulo, Ática, 1978, p. 80.

⁴⁷ Idem, p. 82; José Scampini, *op. cit.*, p. 84 e José Oscar Beozzo, *op. cit.*, p. 277.

⁴⁸ Thales de Azevedo, *op. cit.*, p. 83.

⁴⁹ Dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda (1916-1921), arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro (1921-1930) e cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro (1930-1942), foi a principal autoridade católica brasileira durante o governo Vargas. É considerado o principal articulador do “renascimento católico” dentro da República, a partir dos anos 20.

⁵⁰ Damião Duque de Farias, *Em defesa da ordem. Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*, São Paulo, Hucitec/História Social – USP, 1998, p. 42.

Desde que passou a fazer parte da Hierarquia, Dom Leme organizou e mobilizou setores da Igreja com intenção de reconquistar uma posição legítima aos católicos na vida pública. Ao contrário de outros países, em que a Igreja foi retirada do domínio público e nunca mais voltou, a Igreja brasileira conseguiu realizar um esforço de renovação e reintroduziu sua influência nas esferas de poder em bases privilegiadas⁵¹.

O ano de 1922 foi marcante por um conjunto de manifestações que, apesar de isoladas, expressavam momentos de mudanças na vida política e cultural do país: protestos e greves incitadas grupos anarco-sinicalistas, as primeiras movimentações tenentistas, a realização da “Semana de Arte Moderna” e a fundação do Partido Comunista e o Congresso Nacional Eucarístico. A grande adesão ao Congresso, por parte das autoridades demonstrava a correspondência das autoridades aos apelos da Igreja pelo retorno às esferas de poder. Durante esse evento, Dom Aquino Correia, em um momento de grande exaltação, afirmou que o grito comemorativo do centenário da independência brasileira seria agora “Cristo ou morte!”⁵². Em vista da crise de hegemonia por que passava a “República Velha” (1889-1930), as palavras do religioso não eram de tudo desprovidas de sentido: consta que ainda em 1922, em final de mandato, o presidente Epitácio Pessoa (1918-1922), sentindo-se ameaçado pelos movimentos revolucionários, solicitou a Dom Leme que aparecesse ao seu lado em público, a fim de mostrar o apoio do clero ao seu governo. Durante o período mais crítico do governo de Arthur Bernardes (1922-1926), ocorreram a primeira visita de um chefe de governo republicano a um líder da Igreja (Dom Leme), assim como o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e Vaticano⁵³.

A Igreja no governo Vargas.

Desembarcando da Europa, onde se tornara cardeal, Dom Leme insistia em não trabalhar a favor de qualquer revolução. Não obstante, foi ele quem conseguiu um

⁵¹ Thomas Bruneau, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, São Paulo, Loyola, 1974, p. 75.

⁵² Damião Duque de Farias, *op. cit.*, p. 94.

acordo junto a Washington Luís, que poupou a vida do presidente, no momento em que o Palácio da Guanabara encontrava-se cercado e começava a ser bombardeado pelas tropas insurretas comandadas por Getúlio Vargas em 1930. Esta atitude foi considerada um marco nas relações entre a Igreja e o Estado no Brasil. Thomas Bruneau considera que este gesto, creditado pelo presidente Getúlio Vargas a uma “salvação de Deus” para uma “revolução sem sangue”, reaproximou a Igreja Católica do poder federal, dando legitimidade a ele e afastando a ameaça de um levante revolucionário urbano ou rural⁵⁴.

A primeira grande concentração popular católica sob o governo de Vargas deu-se por ocasião da chegada da imagem de Nossa Senhora Aparecida à cidade do Rio de Janeiro. Em 31 de maio de 1931, a santa negra seria consagrada como padroeira do Brasil⁵⁵, ocasião em que estavam presentes o chefe do governo provisório – Vargas, seu ministério e corpo diplomático.

Em outubro, repetiu-se a concentração popular e dos membros de governo na capital federal, para a inauguração da estátua do Cristo Redentor no alto do Corcovado⁵⁶. A inauguração da estátua, no aniversário da conquista europeia da

⁵³ Cf. José Scampini, *op. cit.*, p. 138.

⁵⁴ Thomas Bruneau, *op. cit.*, p. 289.

⁵⁵ A escolha de Aparecida como santa padroeira do Brasil não se fez por acaso. Havia, no panteão de santos católicos, outros nomes que poderiam ter certa penetração nos meios populares, como Santo Antônio de Lisboa e São Francisco de Assis, ambos de grande devoção no país. Aparecida, no entanto, tinha uma história singela: após ter sido retirada das águas do Rio Paraíba nas redes de pescadores encarregados do peixe para a comitiva do Conde de Assumar, em 1717, foi guardada na casa de Felipe Pedroso, sendo em 1743 erigida uma capelinha no local. Aparecida serviu como um imenso capital espiritual e social acumulado pelo apego e fidelidade do povo, especialmente das classes pobres e excluídas, que buscavam na santa negra a esperança de dias melhores. Frente a uma igreja liderada por uma elite branca, não era de se estranhar a escolha de uma virgem padroeira negra que, sendo a virgem dos pobres, poderia ser a virgem de todos. Cf. Thomas Bruneau, *op. cit.*, p. 289.

⁵⁶ A idéia do erguimento da estátua do Cristo datava do início do século XX mas, somente em 1921, por iniciativa de Afonso Celso, presidente da Ação Social Nacionalista, iniciaram-se os estudos da obra, que tiveram impulso com a chegada de Dom Leme ao Rio de Janeiro. A consecução do projeto levou anos pelos obstáculos que apareceram, fossem eles de ordem financeira, técnicos, artísticos ou, especialmente jurídicos. Afinal, como poderia ser erguida uma estátua religiosa num pico da capital sem a autorização dos poderes públicos? Da mesma forma, como poderia ser concebida a construção de uma estátua que, de alguma forma, fazia a apologia de uma religião em um regime de separação entre a Igreja e o Estado e que prezava pela liberdade religiosa? O presidente Epitácio Pessoa (1918-1922), embora pressionado pela esposa – católica fervorosa – aguardou o parecer do jurista Rodrigo Otávio que, simpático à idéia, abriu caminho para que o presidente autorizasse a construção do Cristo. O projeto ficou sob a supervisão do arquiteto Heitor da Costa e Silva e a confecção da estátua, com o Cristo em forma de cruz com os braços abertos sobre a cidade, foi confiada ao escultor francês Paul Landowsky. Cf. Damião Duque de Farias, *op. cit.*, p. 111, e José Oscar Beozzo, *op. cit.*, p. 297.

América – 12 de outubro de 1931, contou com a presença de todo o alto escalão do governo que, espremido na pequena plataforma montada para a visitação popular, testemunhou a consagração do Cristo por Dom Leme e o poder absoluto do catolicismo no Brasil. Presente na ocasião, um dos mais importantes auxiliares do presidente, Oswaldo Aranha, afirmou:

“Quando chegamos do Sul, nós pendíamos para a esquerda! Mas depois que vimos os movimentos religiosos populares em honra de Nossa Senhora Aparecida e do Cristo Redentor, percebemos que não podíamos ir contra o sentimento do povo⁵⁷!”

Por ocasião da inauguração do Cristo, a Igreja conseguiu a sua “redenção”: sensibilizou o Estado, galvanizou os católicos e reconquistou a posição e a influência de algum modo perdidas durante a Primeira República. A grande imprensa, em tom ufanista, estampava em suas primeiras páginas fotos e relatos do ato de consagração, além da presença, no mesmo palanque das autoridades governamentais e religiosas católicas do Brasil. Em sua manchete, *A Gazeta* anunciava: “Um monumento de fé e piedade do povo brasileiro”.

Com as suas manifestações de força e de cordialidade em relação ao Estado, a Igreja Católica colheu rapidamente o resultado de suas investidas: a pedido de D. Leme, o padre Leonel França consultou o Ministério da Educação sobre a possibilidade de institucionalizar o ensino do catolicismo nas escolas públicas. Quinze dias mais tarde, em 30 de abril de 1931, foi aprovado o decreto que permitia à Igreja ensinar religião nas escolas públicas. Com efeito, em 1935, a Igreja contabilizava 91% de crianças em ensino primário catequizadas⁵⁸.

As aparições públicas e a realização de atos simbólicos pelos dois poderes não pararam desde então. As imagens, cuja força discursiva foi percebida pelo governo de Getúlio, ganharam valor, ao serem sacralizadas pelo Estado. Entraram para a vida social, suscitando a valorização de atitudes idealizadas pelo Estado e pela Igreja. O

⁵⁷ Thomas Bruneau, *op. cit.*, p. 297.

⁵⁸ Idem, p. 200.

Estado apropriava-se dos valores religiosos aceitos socialmente, podendo com isso influenciar vários segmentos sociais e instituir novas relações de poder. As

Os desocupados



Mo te censa nunca disse "dote la niente"?
A v'eyra, sim.
Que fazes, então?
Deviamo um pouco



A GAZETA



Gerente: P. A. MONTALEONE
Diretor: **EURICO MARTINS**
Red., Adminis. e Ofic.: D. Ribeiro Bastos, 4
S. Paulo — Terça-feira, 13 de Outubro de 1939
Anno XXVI Telephone: 2-4104
C A Z E T A N. 7

Um monumento de fé e piedade do povo brasileiro

CERIMONIA DA BENÇAM DA IMAGEM DO
CHRISTO REDEMPTOR

A IMPONENCIA DO ACTO INAUGURAL DA
GRANDIOSA ESTATUA



A benção do monumento por D. Sebastião Leme

RIO, 12 (17h) — Devesá hoje, 12, o monumento ao Cristo Redentor, em São Paulo, planejado pelo arquiteto Paulo Pignatelli do Rio de Janeiro. A benção do monumento foi realizada no templo da Igreja do Espírito Santo, em São Paulo, às 17h, sob a presidência de D. Sebastião Leme, bispo de São Paulo. O monumento, que será inaugurado em 1941, tem 30 metros de altura e será o maior do mundo. O monumento será construído em pedra e terá uma base de concreto. O monumento será construído em pedra e terá uma base de concreto. O monumento será construído em pedra e terá uma base de concreto.

Dois saões do Exército noando sobre o monumento.

Construção em favor, segundo um novo dia à forte cadeia que estende a Itália ao Brasil e que permite de dar grandes honras à terra e a sua população. O monumento será construído em pedra e terá uma base de concreto. O monumento será construído em pedra e terá uma base de concreto.

O sr. Getúlio Vargas, o cardeal, ministros, prelados e concelebrados, assistem a toda a benção do monumento.

Em 12 de outubro de 1939, às 17h, realizou-se a benção do monumento ao Cristo Redentor, em São Paulo. O monumento, que será inaugurado em 1941, tem 30 metros de altura e será o maior do mundo. O monumento será construído em pedra e terá uma base de concreto. O monumento será construído em pedra e terá uma base de concreto.

representações simbólicas eram cuidadosamente manipuladas pelos dirigentes civis e eclesiásticos, que dignificavam determinados objetos, tornando-os parte de um projeto político do Estado autoritário e da elite católica⁵⁹. Para Lenharo, o que ocorreu foi uma “sacralização do profano”, quando o ato político ganhou aura moral e religiosa, adquirindo valor e dignidade não existente. Prova maior desta afirmação seria a realização de missas campais, que precediam as comemorações varguistas do “dia da bandeira”⁶⁰.

Na Constituição de 1934, tornaram-se princípios legais uma série de prerrogativas católicas. Muito em parte por pressão dos deputados eleitos com o apoio da LEC (Liga Eleitoral Católica)⁶¹, estabeleceu-se o reconhecimento civil do casamento religioso (artigo 145), a proibição do divórcio (artigo 144), o ensino religioso nas escolas públicas durante o período de aulas (artigo 153) e assistência religiosa às Forças Armadas (artigos 113 e 116)⁶².

Neste mesmo ano, o Brasil recebeu a visita do Cardeal Eugênio Pacelli, então secretário de Estado do papa Pio XI, mas futuro papa Pio XII. Foi ele o defensor e signatário do Tratado de Latrão, assinado pela Igreja com Benito Mussolini, líder da Itália fascista, que criou o Estado do Vaticano dentro da cidade de Roma em 1929, e da concordata com a Alemanha nazista em 1933. Estes acordos permitiram, nos dois países, o monopólio da Igreja Católica sobre o ensino religioso⁶³, além de uma série de outros privilégios.

A visita de Pacelli tinha um significado especial, pois coroava os esforços de Dom Leme na aproximação entre o Estado e a Igreja no Brasil. A despeito do regime de liberdade de cultos que o país pretendia demonstrar existir, o presidente da República

⁵⁹ Damião Duque de Farias, *op. cit.*, p. 101.

⁶⁰ Alcir Lenharo, *A Sacralização da Política*, Campinas, Papirus, 1986, p. 112.

⁶¹ A Liga Eleitoral Católica (LEC) foi uma organização de leigos católicos criada em 1922 e que se apresentava, por seus estatutos, com um duplo objetivo: 1) Instruir, congregar e alistar o eleitorado católico; 2) Assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja, mediante a aceitação, por parte deles, dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte de 1934. Cf. José Oscar Beozzo, *op. cit.*, p. 304.

⁶² Thomas Bruneau, *op. cit.*, p. 83.

⁶³ John Cornwell, *op. cit.*, pp. 63-64.

deu claras mostras do papel que a Igreja ocupava na política e oferecia a ela uma senha para uma atuação mais incisiva no combate aos inimigos comuns dos dois poderes:

“Quem percorrer as páginas da fundação de nossas grandes cidades, do desenvolvimento da instrução, da origem e da evolução de nossas liberdades e das nossas instituições sociais, encontrará, em todas elas, eficiente, perseverante e benemérita, a ação da Igreja. E desta ação imprescindível continua sempre o Brasil a esperar o concurso inestimável para a construção do seu porvir⁶⁴.”

Na inauguração do Concílio Plenário Brasileiro de 1939, o presidente Getúlio Vargas fez um discurso de abertura que deixou ainda mais clara a participação que seria delegada à Igreja Católica em seu governo. Durante o Estado Novo (1937-1945), disse o presidente:

“Apesar de separados em campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca entre nós houve choques de maior importância (...). O Estado deixando à Igreja ampla liberdade e pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar seu domínio sobre as almas. (...) Tão estreita cooperação nunca se rompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes, e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade de nossa história⁶⁵ .

Tratava-se este de um momento em que a Igreja acreditava-se madura no Brasil, a tal ponto de se cogitar a assinatura de uma concordata no país, que daria aos católicos o *status* de religião oficial do país, o que concederia à Igreja a ampliação de seus privilégios no campo da fé. Não obstante, a assinatura de um acordo formal entre a Igreja e o Estado brasileiros suscitava reservas, especialmente para Dom Leme que julgava que, sob o acordo, a Igreja no Brasil poderia ser duplamente controlada: pelo governo e pelo Vaticano.

⁶⁴ Getúlio Vargas, *A nova política do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938 a 1941, p. 306.

⁶⁵ *Idem*, p. 325.

O que se deu, por fim, foi o que Dom Aquino convencionou chamar de “concordata moral” que, na prática, garantia à Igreja a reconquista de sua condição de religião oficial, efetivada com o estabelecimento de um pacto informal de cooperação entre Getúlio Vargas e a instituição religiosa. Ao final da Segunda Guerra Mundial, com o governo desgastado pelos pedidos de abertura democrática, a Igreja brasileira inicia um novo processo de modernização, que culminaria na reestruturação hierárquica da instituição. Com a morte de Dom Leme, em 1942, a Igreja brasileira perdia seu principal líder. Durante a vigência do governo Vargas, cada vez mais atacado – inclusive pela própria intelectualidade católica – aglutinaram-se grupos que ajudariam a compor a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), organizada sob a liderança de Dom Hélder Pessoa Câmara, um ex-coordenador de Dom Leme.

Foi neste contexto, de fortalecimento político da Igreja no cenário brasileiro, que as Testemunhas de Jeová se projetaram como se fossem “um corpo estranho” à nação católica. Por suas crenças e interpretação literal da Bíblia, nem sempre eram bem compreendidas, questão que trataremos no próximo capítulo.

II – PECADOS IMPRESSOS, HERESIAS CONFISCADAS

2.1 – Testemunhas nos tribunais.

Pelo conjunto de suas crenças religiosas e por sua interpretação muitas vezes literal da Bíblia, as Testemunhas de Jeová encontraram problemas com as autoridades na maioria dos países em que se instalaram. Por instruírem seus congregados a não participar de cultos cívicos, não se alistarem no Exército, e não aceitarem transfusões sanguíneas, as Testemunhas de Jeová sofreram agressões físicas e tiveram propriedades destruídas e suas publicações confiscadas. Perderam o registro legal de atividades onde atuavam em conflito com os governos estabelecidos, até mesmo nos Estados Unidos, país umbilicalmente ligado à religião (que justifica o discurso nacional na idéia do “país eleito”), berço desta organização religiosa. Inicialmente, os processos sofridos pelas Testemunhas dirigiam-se ao seu fundador, Charles Russell, e seus colaboradores diretos. Na maior parte dos casos, referiam-se ao dinheiro sem comprovação de origem que circulava pelas contas da Sociedade Torre de Vigia. Não obstante, ao final da Primeira Guerra Mundial, oito integrantes da Sociedade – incluindo o novo presidente, o “juiz” Joseph Rutherford – passaram oito meses na prisão, supostamente após a publicação de *O Mistério Consumado* (1917). Não tivemos acesso a esta publicação, mas, para as Testemunhas, a prisão devia-se às críticas do livro sobre a Igreja Católica. Rutherford iniciava sua estratégia proselitista anticlerical, imputando aos católicos e ao papa os males do mundo e a própria motivação do conflito mundial. Para o governo norte-americano, as Testemunhas de Jeová haviam interferido no esforço de guerra do país, ao pedir a seus membros que não se alistassem no Exército norte-americano. Por conta disso, suas principais lideranças foram mandadas para a cadeia.

Após este primeiro grande embate, os anos 30 e 40 foram decisivos na perseguição às Testemunhas de Jeová nos Estados Unidos, sobretudo após sua recusa em saudar a bandeira norte-americana por parte dos membros da religião. A questão chegou ao Supremo Tribunal dos Estados Unidos e, em 1940, no caso conhecido como

“Gobbitz”, o recurso interposto pelas Testemunhas foi recusado por oito votos contra um. A saudação compulsória à bandeira nas escolas resultou na expulsão de muitos estudantes que eram Testemunhas de Jeová. Em razão disto, as Testemunhas abriram as primeiras “Escolas do Reino”, instituições de ensino particulares. Nestas aulas, professoras habilitadas entre as Testemunhas de Jeová devotavam o seu tempo em instruir as crianças, filhas de Testemunhas que haviam sido expulsas de escolas públicas. As próprias Testemunhas organizavam e financiavam estas escolas particulares.

Segundo fontes não-oficiais, em 1933, efetuaram-se 268 prisões relatadas de Testemunhas de Jeová através dos Estados Unidos, por motivos exclusivamente de crença. Em 1936, o número aumentou para 1149, sendo muitas vezes, as Testemunhas de Jeová classificadas de pedintes ou vendedores, ao invés de proclamadores do evangelho⁶⁶.

Foi especialmente no final da década de 30 que uma onda de perseguições assolou as Testemunhas de Jeová norte-americanas. Àquela época, a violência justificava-se de diversas maneiras: uns diziam que as Testemunhas eram agentes comunistas infiltrados nos Estados Unidos a mando da União Soviética aguardando o momento para iniciar a revolução; outros diziam que as Testemunhas eram “quintacolonistas” de Hitler, à espreita, esperando o momento de acabar com a liberdade do povo norte-americano e instaurar no país um regime fascista⁶⁷. As Testemunhas especulam que esta perseguição era orquestrada pelo clero católico local, ressentido pela propaganda que as Testemunhas faziam ao final das missas por todo o país, ocasionando queda vertiginosa no número de católicos. Este fato era justificado por uma série de outros fatores, notadamente pelo fato de que as religiões protestantes tradicionais e pentecostais ofereciam aos fiéis uma idéia de redenção mais apropriada ao contexto da Segunda Guerra Mundial.

⁶⁶ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1993), p. 123.

⁶⁷ Shawn Francis Peters, *Judging Jehovah's Witnesses: religious persecution and the dawn of the rights revolution*, Kansas, University Press of Kansas, 2000, p. 9.

Embasando a teoria de uma suposta ação da Hierarquia Católica na perseguição às Testemunhas norte-americanas, o jornal *O Estado de S. Paulo*, afirmou em 1940, que membros da “Ação Católica”, organização leiga do Vaticano que congregava a juventude para as fileiras da religião, foram fotografados batendo e xingando as Testemunhas de Jeová que faziam seu trabalho de evangelização em Illinois⁶⁸.

Em razão das privações sofridas pelas Testemunhas de Jeová norte-americanas, pelas prisões, confisco de publicações e ataques físicos, autores como Shawn Peters e Francis Heller consideram o “caso das Testemunhas” como “ponto de mutação para a liberdade religiosa nos Estados Unidos”. Especialmente, pelo fato de “terem introduzido uma nova leitura dos valores constitucionais que iriam inevitavelmente afetar o *American Way of Life*⁶⁹”.

⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 25 de setembro de 1940, p. 12A, Hemeroteca, APESP.

⁶⁹ Shawn Francis Peters, *op. cit.*, p. 14.



Fotografia de manifestantes da “Ação Católica” que atacaram Testemunhas de Jeová que pregavam em Illinois (Estados Unidos). Fotografia publicada em *O Estado de S. Paulo*, 25 de setembro de 1940, p. 12A, Hemeroteca, APESP.

2.2 – Triângulos roxos: as vítimas esquecidas do nazismo.

A perseguição às Testemunhas viria a se intensificar na Europa no início dos anos 30 e, especialmente nos anos 40, por sua suposta neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1933, por exemplo, a Sociedade Torre de Vigia da Alemanha foi proscrita pelo governo nacional-socialista e seus adeptos passaram a serem enviados para os campos de concentração nazistas, ao lado de judeus, ciganos e outros, onde recebiam como marca distintiva um triângulo roxo costurado em suas roupas. Eram assim discriminados por se negarem a saudar Hitler e a prestar o serviço militar. Enquanto grupo religioso, representado legalmente pela “Sociedade Torre de Vigia”, foi colocado em suspeição em todos os países em que atuou.

Em 1933, havia aproximadamente 25.000 Testemunhas de Jeová que distribuíam literatura bíblica em toda a Alemanha. Apesar das liberdades garantidas pela constituição alemã, as Testemunhas de Jeová sofriam oposição naquele país, principalmente por parte de oponentes religiosos. No entanto esse problema antecedeu a chegada de Hitler ao poder. Constatamos que em 1921, as Testemunhas de Jeová, então chamadas de *Ernste Bibelforscher* (Fervorosos Estudantes da Bíblia), já eram acusadas pelos dirigentes da “República de Weimar” de manterem ligações com os judeus envolvidos em movimentos subversivos.

Em 30 de janeiro de 1933, Adolf Hitler foi nomeado novo chanceler na Alemanha. Em poucos meses, o Estado nazista iniciou a perseguição às Testemunhas alemãs, interpretadas assim como comunistas, como inimigos políticos do regime. Identificamos como razões para esta repressão: 1. o escopo internacional das Testemunhas de Jeová; 2. sua oposição ao racismo; 3. sua posição de neutralidade para com o Estado. Respeitando seus conceitos bíblicos, as Testemunhas recusavam-se a fazer a saudação a Hitler e, mais tarde, de participar das atividades militares nazistas. Resultado: as Testemunhas de Jeová sofreram ameaças, interrogatórios, invasão policial em suas casas e outras importunações por parte da SA (*Sturmabteilung*, tropas de assalto ou camisas pardas de Hitler).

Em 24 de abril de 1933, as autoridades nazistas confiscaram e lacraram a sede da Torre de Vigia de Magdeburgo, Alemanha. Após uma busca cabal sem encontrar nenhuma evidência incriminadora, e sob pressão do Departamento de Estado americano, a polícia devolveu-lhes a propriedade. Porém, em maio de 1933, as Testemunhas de Jeová já haviam sido banidas de vários estados alemães.

Na Alemanha, à época em que Adolf Hitler ascendeu ao poder, as Testemunhas contabilizavam menos de 25.000 adeptos. Não obstante, encontravam resistência entre a população, pela pregação que faziam de porta em porta, e pela presença das tradicionais religiões católica e protestante no país, que as consideravam uma “seita herege”. Alguns estados alemães e autoridades locais tentaram restringir o proselitismo da entidade acusada de venda ilegal de suas publicações religiosas como *The Watchtower* e *The Golden Age*, proscritas em 1933. Neste meio tempo, as tropas de assalto nazistas, sem respaldo jurídico, já interrompiam as reuniões do estudo da Bíblia, agrediam as Testemunhas de Jeová e queimavam suas publicações⁷⁰.

Ainda em 1933, preocupado com as crescentes tensões na Alemanha, Joseph Franklin Rutherford, então presidente mundial da Sociedade Torre de Vigia, juntamente com Paulo Balzereit, administrador da filial na Alemanha, decidiram fazer uma campanha para informar o chanceler Hitler, às autoridades do governo e ao público que as Testemunhas de Jeová não representavam nenhuma ameaça ao povo e ao Estado alemães. Rutherford achava que Hitler não tinha conhecimento dos ataques às Testemunhas de Jeová ou então que havia sido mal informado sobre elas por opositores religiosos. Por conseguinte, o Salão do Reino de Magdeburgo providenciou a realização de um congresso fazendo uso do direito de reivindicação dos cidadãos da Alemanha. As 7.000 pessoas ali reunidas adotaram uma resolução intitulada “Declaração de Fatos”, documento que protestava contra as restrições impostas à obra das Testemunhas de Jeová na Alemanha. Neste documento, apresentavam suas posições políticas e negavam as acusações de ligações subversivas com causas políticas de quaisquer tipo:

⁷⁰ Cf. Revista *Desperta!'*, Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, 22 de agosto de 1995, p. 9.

“Há um conflito direto entre a sua lei e a lei de Deus. Por conseguinte, esta tem por fim avisá-los de que, a todo custo, obedeceremos aos mandamentos de Deus, vamos reunir-nos para o estudo de sua Palavra, e iremos adorá-lo e servi-lo conforme Ele ordenou⁷¹.”

Outras manifestações chegavam à sede do governo alemão. Por telegrama, Testemunhas de Jeová canadenses informavam ter reproduzido nos jornais de seu país, em tom de denúncia, a seguinte mensagem:

“Seus maus tratos para com as Testemunhas de Jeová chocam a todas as pessoas boas da Terra e desonram o nome de Deus. Refreie-se de continuar perseguindo as Testemunhas de Jeová. De outra forma, Deus o destruirá, bem como a seu partido nacional⁷².”

Em vista da nova realidade que a Alemanha enfrentava, as Testemunhas de Jeová adotaram, inicialmente, o argumento padrão para justificar sua perseguição: a pressão da hierarquia católica sobre autoridades governamentais visando por um fim às publicações da Sociedade Torre de Vigia, notadamente anticlericais:

“Temos sido falsamente acusados perante as autoridades desse governo (...). Pedimos, com respeito, que os governantes da nação e o povo analisem com justiça e imparcialidade a declaração de fatos aqui apresentada.

Não estamos em litígio com pessoas ou com instrutores religiosos, mas temos que chamar a atenção ao fato de que, em geral, quem nos persegue e nos difama perante os governos são aqueles que afirmam representar a Deus e a Jesus Cristo⁷³.”

Em um país cujo líder havia assinado uma concordata com a Igreja Católica, parecia certo às Testemunhas de Jeová que a motivação para a perseguição sobre elas na Alemanha passava pela ação da hierarquia da Igreja, que pressionava Hitler a fazer o mesmo que nos outros países. Com esta idéia, as publicações das Testemunhas de Jeová

⁷¹ Testemunhas de Jeová, resolução “Declaração dos fatos”. Reproduzida em *Despertai!*, Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, 22 de agosto de 1995, p. 8.

⁷² *Despertai!*, Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, 22 de agosto de 1995, p. 5.

⁷³ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1995), p. 8.

passaram a reproduzir, mundialmente, denúncias da aliança católico-nazista, um “conluio malévolo”, na opinião de Rutherford. Na medida em que a repressão às Testemunhas aumenta na Alemanha, surgem nas páginas das publicações da Sociedade Torre de Vigia, relatos de agressões e prisões que constituíram, muitas vezes, denúncias pioneiras da perseguição, inclusive, dos judeus no país.

Em nossas pesquisas, duas imagens chamaram a atenção, por conta de seu forte apelo. Datadas provavelmente de meados da década de 1930, estas duas iconografias circularam em publicações das Testemunhas de Jeová, alertando aos leitores sobre o pacto firmado entre a Igreja Católica e o Estado nazista, com vista a diminuir as liberdades na Alemanha e causar “tribulações” ao mundo.

A primeira delas, intitulada *Catholic Action*, toda em tons de vermelho – associando o cenário provavelmente ao inferno, mostra um momento de flerte de uma mulher com o diabo. A referida senhora é gorda – o que associa sua figura à alimentação farta – e tem um sorriso sedutor para seu admirador. Parecendo tê-lo totalmente sob controle, ela ostenta um chapéu papal, que traz no topo uma serpente a espreita, ao lado da cruz. Uma outra grande cruz ornamenta o colar que a mesma senhora traz no pescoço. No centro de seu vestido, lê-se a palavra “hierarchy” e na espada que ela segura com a mão direita, vê-se escrita a palavra “terrorism”. O diabo parece encantado por esta mulher. Ele veste uma capa preta, com uma suástica nazista postada no braço esquerdo. Também o diabo traz uma cruz pendurada no pescoço, além de um conjunto de medalhas cravadas no peito, o que o faz parecer membro do Exército. Sobre sua cabeça, observamos um halo, visto apenas sobre a cabeça dos santos. Como a Igreja é a única entidade que faz dos homens santos, subentende-se que a entidade religiosa santificou o diabo.

O pano de fundo deste encontro amedrontador parece uma lápide, na qual se lê “Catholic Action”. Neste caso, estas palavras parecem fazer referência à ação da Igreja sobre o Estado nazista, e não à “Ação Católica”, organização de leigos da Igreja. Um conjunto de almas penadas gravitam sobre a lápide e uma destas almas está acorrentada à ela. Em relação às imagens centrais, estas figuras são esquiladas e disformes.



“Catholic Action”, reprodução de imagem veiculada pelas Testemunhas de Jeová em suas publicações em meados dos anos 30, denunciando o nazismo e a ação da Igreja Católica, em *Desperta!*, Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, 22 de agosto de 1995, p. 8.

Esta imagem tem um forte sentido simbólico pois, mesmo divulgada em publicações religiosas, sua mensagem é pontual e de alcance irrestrito: a imagem faz crer que a Igreja apoiava totalmente o nazismo. Se o diabo, figura animalizada, de orelhas pontudas, chifres e garras é apresentado como santo e possui uma cruz no peito, supostamente ele já fazia parte do corpo de membros da Igreja. Poder-se-ia afirmar ainda que o brasão postado na capa do diabo é um emblema papal. Entretanto, a falta de detalhamento da iconografia não permite uma análise mais detalhada.

Em outra representação, que circulou no mesmo período da primeira, a cor predominante é o roxo – muitas vezes associado à morte e ao luto. Com o título *World Tribulation*, o centro da imagem é novamente o casal Igreja-nazismo, identificados aqui por uma freira e um soldado nazista. A religiosa, também muito gorda – associado na linguagem simbólica à ostentação, luxo e riqueza; segura na mão direita uma rosa. Totalmente seduzida, ela parece estar muito feliz ao ser levada nos braços pelo forte soldado e por gravitar sobre uma pequena multidão “na tribulação mundial”. Esta mulher tem um longo terço e uma grande cruz pendurada em seu pescoço. Seu corpo não é completamente formado, pois o sua veste de religiosa parece não ter fim. Ela é disforme, o que nos dá a impressão de vôo. Parece confundir-se com uma fumaça negra, oriunda de uma grande explosão que ocorre no plano inferior da iconografia. Ao longo de sua cintura e perna direita lê-se “hierarchy”.

O homem que a carrega nos braços é a figura central da iconografia. Ocupando toda a altura da imagem, este homem parece um soldado nazista, por conta da suástica postada em seu braço esquerdo. Ele é muito forte e masculinizado traz no peito uma faixa em que está escrito “totalitarism”. Este soldado, de feições quase animais, solta uma grande gargalhada, em uma espécie de comemoração ou prazer sobre a “tribulação mundial” e por ter a hierarquia em seus braços.

No plano inferior da iconografia percebe-se uma multidão sem face que é tomada pelos efeitos devastadores de uma guerra em que poucos estão armados. Sem grandes detalhes – pois tudo parece uma grande confusão com pânico generalizado, é possível ver corpos dilacerados, pessoas com lanças enfiadas em suas costas ou ainda arremessadas para longe por uma explosão. Do lado esquerdo da imagem, percebe-se o

foco de tal explosão: possivelmente um prédio do governo com sua cúpula despedaçada e tombada à esquerda, enquanto um grande clarão e incêndio o consomem. A fumaça desta explosão confunde-se com as vestes da freira. Tanto ela quanto o soldado nazista parecem assistir tudo muito alegres.

A impressão geral que se tem desta imagem é que o “totalitarismo” (o soldado), além de ter seduzido a “hierarquia” (a freira), parece tê-la salvo da ecatombe representada no plano inferior do quadro. Novamente aqui, as Testemunhas de Jeová veiculam em suas publicações ataques à Igreja católica, acusada pelas Testemunhas de fazer parte de um pacto sangrento para abafar as denúncias contra as atrocidades nazistas, patrocinadas pelo Vaticano. O totalitarismo nazista tem a Igreja dominada em seus braços. Não obstante, a hierarquia parece muito lisonjeada com isso.

Muito embora as Testemunhas de Jeová tenham sido ferrenhas em seu anticlericalismo, o mesmo não ocorreu na denúncia do anti-semitismo alemão em suas publicações. Inicialmente, temendo que ocorresse com elas o mesmo que com os judeus da Alemanha, as Testemunhas tentaram mostrar sua distância em relação ao governo de Hitler, mas associavam a perseguição ao suposto conluio entre o governo e a Igreja.

As Testemunhas de Jeová reunidas no *Wilmsdorfer Tennishallen* à época da elaboração da “Declaração dos fatos” contavam, segundo registros da época, com bandeiras da suástica decorando o salão. Iniciaram seus trabalhos ao som do hino alemão. Com o governo em fase de transição e o país em tumulto, as Testemunhas de Jeová procuraram demarcar seu espaço e posição através da “Declaração”: negavam as acusações de envolvimento financeiro ou vínculos políticos com os judeus, afirmando:

“Os nossos inimigos alegam falsamente que a nossa obra recebe apoio financeiro de judeus. Nada mais longe da verdade. Até esse momento, jamais houve a menor contribuição financeira para a nossa obra por parte dos judeus⁷⁴.”

⁷⁴ Idem, Ibidem.



“World Tribulation”, reprodução de imagem divulgada pelas Testemunhas de Jeová em suas publicações em meados dos anos 30, denunciando o nazismo e a ação da Igreja Católica, em *Desperta!*, Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, 22 de agosto de 1995, p. 8.

Além de negar o apoio financeiro dos judeus à obra das Testemunhas, a declaração também denunciava as práticas injustas do alto comércio judaico:

“São os financistas judeus do império britânico-americano que criaram e que praticam o Alto Comércio como meio de explorar e oprimir os povos de muitas nações⁷⁵.”

Talvez numa tentativa de estreitar laços com o novo governo, as Testemunhas de Jeová expressaram-se inicialmente a favor do anti-semitismo. Não obstante, os acontecimentos seguintes aproximaram judeus e Testemunhas, ambos envolvidos pelas atrocidades que marcariam o Holocausto. Segundo um relatório publicado no *Anuário das Testemunhas de Jeová* de 1975, algumas Testemunhas alemãs ficaram desapontadas com o tom da “Declaração”, considerando que o anti-semitismo deveria ter sido mais explícito. Teria, naquela época, o novo administrador da filial, Paul Balzereit, suavizado o texto do documento? Provavelmente, haja vista que dois anos mais tarde renunciou às Testemunhas.

Após o congresso, as Testemunhas de Jeová distribuíram 2,1 milhões de cópias da “Declaração”. Alguns representantes foram presos imediatamente e enviados aos campos de trabalho forçado. Desta forma, o governo nazista revelou plenamente a sua natureza opressiva e violenta para, em seguida, lançar um ataque total contra esse pequeno número de cristãos. Em resposta ao Congresso realizado em 1933 e à “Declaração”, o Estado alemão investiu contra as Testemunhas de Jeová: em 1936, os judeus e as Testemunhas de Jeová foram excluídos do funcionalismo público, pensões e benefícios trabalhistas foram cancelados e seus filhos expulsos de escolas e enviados para reformatórios. Estar casado com uma Testemunha de Jeová passava a constituir, após a promulgação das Leis de Nuremberg, base legal para o divórcio.

Em 1936, as Testemunhas de Jeová começaram a ser enviadas para os campos de concentração sob a alegação do governo nazista de que elas eram insubmissas ao

Reich, negando-se a participar das agremiações e comemorações cívicas nazistas, servir ao Exército – cujo serviço voltou a ser compulsório – de não jurar a bandeira e não cantar o hino pátrio. Prova maior de sua insubordinação seria a negação das Testemunhas de Jeová em pronunciar o *Heil Hitler*, ao qual respondiam com um sonoro “bom dia”. Por seu escopo internacional e pela denúncia que passaram a fazer do Holocausto, as Testemunhas foram acusadas de fazer conluio com os judeus em sua suposta “conspiração internacional”⁷⁶.

A perseguição de Hitler resultou no envio de milhares de Testemunhas de Jeová para campos de concentração. Lá, eles recebiam um triângulo roxo invertido costurado em suas roupas. Este triângulo fazia parte de um sistema simbólico de identificação por cores e signos que os nazistas implantaram nos campos de concentração. Assim, além da estrela de Davi amarela, aplicada aos judeus, os prisioneiros políticos eram marcados com a cor vermelha, os ciganos com o preto e os homossexuais com um círculo rosa.

A censura às publicações e reuniões das Testemunhas de Jeová, assim como o seu envio para os campos de concentração nazistas foram denunciados sistematicamente nas publicações da Sociedade Torre de Vigia desde sua sede nos Estados Unidos. Uma carta aberta, assinada pelo presidente da Sociedade, Joseph Rutherford foi enviada em 1934 à Adolf Hitler, na qual o líder das Testemunhas afirmava que a proscricção às Testemunhas de Jeová não fazia sentido e que o líder alemão não devia se render à sedução da Igreja Católica, interessada em banir as Testemunhas de Jeová do mundo, numa espécie de “nova inquisição”⁷⁷.

Em 1939, a Sociedade Torre de Vigia publicou *Fascismo or Freedom*, um livreto de 63 páginas que continha um discurso de Joseph Rutherford condenando as “potências do Eixo” e, em especial, a Alemanha nazista. Este livreto, também traduzido no Brasil como *Fascismo ou Liberdade*, circulou por mais de 100 países do mundo denunciando o Holocausto. Esta publicação despertou a ira de diversos governos, como

⁷⁵ Idem, Ibidem.

⁷⁶ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1993), p. 333.

⁷⁷ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1995), p. 11.

o do Brasil, que mandou confiscar esses exemplares, além de prender seus distribuidores⁷⁸.

Com estas denúncias, aumentou também o número de Testemunhas de Jeová nos campos de concentração, chegando a cerca de 6.000 pessoas em 1939, incluindo as Testemunhas encarceradas na Áustria e na Tchecoslováquia, países anexados pelos nazistas a partir de 1939. Muitas delas morreram nos campos. Ao contrário de outros grupos presos, bastava às Testemunhas assinar um termo abdicando de sua fé. Apesar dos espancamentos e torturas infringidas pelos guardas, poucas assinaram, defendendo seus princípios e reafirmando sua crença em uma provação divina:

⁷⁸ *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia, DEOPS/SP, APESP.*

Departamento II

Eu, _____, nascido a _____,
em _____ faço por meio desta a seguinte declaração:

1. Eu vim a saber que a Associação Internacional dos Estudantes da Bíblia está divulgando ensinamentos falsos e, sob o manto da religião, empenha-se por objetivos hostis ao Estado.
2. Por conseguinte, abandonei inteiramente essa organização e libertei-me totalmente dos ensinamentos dessa seita.
3. Por meio desta dou garantia de que jamais voltarei a participar nas atividades da Associação Internacional dos Estudantes da Bíblia. Qualquer pessoa que venha a mim com os ensinamentos dos Estudantes da Bíblia, ou que de algum modo revele suas ligações com eles, denunciarei imediatamente. Toda publicação dos Estudantes da Bíblia que seja enviada ao meu endereço entregarei imediatamente à delegacia mais próxima.
4. Prezarei de agora em diante as leis do Estado, e em especial na eventualidade de guerra, de arma em punho, defenderei a pátria, e me integrarei de toda maneira na comunidade do povo.
5. Fui informado de que serei imediatamente colocado de novo sob prisão preventiva, se eu vier a agir contrário à declaração feita hoje.

_____, data de _____.

Assinatura.”

“Declaração de renúncia das crenças”, reproduzida de Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1993), p. 661.

Das 25.000 Testemunhas de Jeová ativas na Alemanha por ocasião da ascensão de Hitler ao poder, em 1933, entre 2.000 e 2.500 foram enviadas para os campos de concentração, onde sofriam em condições inóspitas. Irreverentes, preservavam sua fé negando-se a assinar o termo de abdicação de sua religião. O número de Testemunhas de Jeová que morreu nos campos até 1945 é estimado em 1.000 alemãs e 400 pessoas de outros países. Outras 250 Testemunhas foram executadas pelos nazistas após serem julgadas e condenadas pelos tribunais militares por se recusarem a prestar o serviço militar.

Muito embora estes números atestem ser pequena a cifra de Testemunhas de Jeová executadas pelo governo de Adolf Hitler entre 1936 e 1945, se comparados aos 6 milhões de judeus, este grupo religioso tem sido resgatado pela historiografia sobre o Holocausto. Destacam-se por sua postura paradigmática na exposição das atrocidades do *Terceiro Reich* sobre judeus, versão que carece de estudos acadêmicos. Com abrangência mundial, suas publicações denunciaram, de maneira pioneira, o anti-semitismo e os crimes praticados contra os judeus. Soma-se a isso, a persistência de sua defesa das convicções religiosas e sua incansável luta pela liberdade de consciência. Este tema merece aqui nossa atenção, considerando-se a existência de fontes históricas importantes que se encontram sob a guarda de instituições brasileiras⁷⁹.

⁷⁹ O mapeamento, identificação e reprodução destes documentos existentes em arquivos brasileiros fará parte do *Arquivo Virtual sobre Holocausto e Anti-semitismo*, projeto FAPESP coordenado por Maria Luiza Tucci Carneiro junto ao LEER – Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação/USP.



Fotografia de Testemunhas de Jeová presas em campo de concentração alemão portando o triângulo roxo invertido que as distinguiu dos outros prisioneiros. Sem local especificado, 1938. Em *A Sentinela*, Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, 1º de março de 2003 (Capa).

III – MODERNOS ICONOCLASTAS

3.1 – A repressão ao anticlericalismo em tempos de República.

As Testemunhas de Jeová destacam-se entre os grupos religiosos fichados pelo DEOPS de São Paulo. Ainda que não fossem considerados como “inimigos nº 1” do regime, seus seguidores incomodavam por suas crenças e também por sua postura de crítica ao nazismo, seguida de denúncia ao Holocausto. Fichados por prática de crime político, assim como muitos outros grupos religiosos (espíritas, protestantes, etc), as Testemunhas tiveram seu cotidiano vigiado e suas idéias censuradas como “perigosas à Segurança Nacional”. Tais indícios de subversão devem ser analisados no contexto de práticas anticlericais. Por acontecerem no circuito da vigência de um Estado autoritário que pactuava com a Igreja Católica, essas manifestações transformaram-se em caso de polícia.

Importante retomar aqui o sentido da palavra anticlericalismo, empregada normalmente para designar um conjunto de idéias e práticas em relação à Igreja e ao clero católico. Este termo pode ser visto como uma atitude crítica à corrupção, aos vícios, à ganância, à prepotência e à intolerância da ordem sacerdotal, acusada de trair e de se afastar dos princípios evangélicos. Pode também ser a crítica à tendência eclesiástica de invadir e dominar o âmbito da sociedade civil e do Estado⁸⁰.

As raízes deste movimento foram observadas já na Idade Média, e percorreram os séculos sucessivos até se manifestarem particularmente durante o Renascimento, a Reforma, o Iluminismo e, finalmente, na Revolução Francesa e decênios sucessivos (especialmente durante o século XIX). Neste período, observa-se um anticlericalismo que justificava e sustentava uma tendência à laicização do Estado e da sociedade, de seus costumes e de sua mentalidade. Em meados do século XIX, o anticlericalismo agravou-se frente à romanização da Igreja Católica e de suas posições cada vez mais

⁸⁰ Guido Verucci, “Anticlericalismo”, em Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e G. Pasquino, *Dicionário de Política*, trad. Carmem C. Varriale e outros, Brasília, Editora da UNB, 1993, p. 137.

anti-modernas. Neste momento, pedia-se a redução da Igreja ao direito comum e da religião a um fato privado⁸¹.

O movimento anticlerical tomou vulto e invadiu as obras de grandes literatos e as páginas dos jornais europeus. Em países como a França e a Alemanha, em muitas ocasiões os padres foram acusados de perseguir interesses contrários aos nacionais e de atentar contra a independência dos países. Sobretudo na Itália, no final do século XIX, a Igreja foi atacada, por ser a entidade que estava atravancando o processo de unificação do país, conduzido por Mazzini e Cavour. O anticlericalismo deísta observado até então, pedia o afastamento da Igreja do Estado, o fim do ensino religioso nas escolas do governo e a volta dos religiosos católicos às premissas pregadas no cristianismo primitivo (como a caridade e a pobreza como meios de salvação).

Entre os anarquistas e socialistas, projetou-se um anticlericalismo ateu e agnóstico, com grande aceitação nos meios operários. Segundo essa teoria anticlerical, a burguesia se aproximava da Igreja com o objetivo de calar o proletariado e de domesticá-lo para as massas cristãs.

Nesse ínterim, observa-se a proliferação do pensamento anticlerical na América e, especialmente, nos países da América Latina – onde o poder da Igreja atuava em conluio com o poder das antigas metrópoles (Portugal e Espanha). Com a ascensão dos regimes de governo republicanos na América Independente, percebe-se um afastamento da Igreja Católica das fileiras do poder e até, em alguns casos, a nacionalização de suas posses e a expulsão de religiosos.

Caso atípico configurou o Brasil, onde, após a independência em 1822, foi adotado o regime de governo monárquico, ainda sob o controle da antiga Família Real. Neste sentido, a Constituição outorgada em 1824 manteve todos os privilégios da Igreja Católica enquanto religião oficial do Estado. Aqui, os religiosos eram subvencionados pelo Estado e o controle da Igreja nacional exercido, de fato, pelo próprio imperador. Ficaram proibidos os casamentos religiosos mistos e as manifestações públicas de outras religiões. Os sepultamentos deveriam ser realizados nas próprias igrejas.

⁸¹ Idem, p. 138.

Somente após a década de 1870 é que as primeiras críticas anticlericais começaram a aparecer na imprensa da capital federal, acompanhando o crescimento do movimento republicano. Os ideólogos liberais consideravam a Igreja uma terrível aliada da monarquia e uma das representantes do atraso econômico e social do país.

Após a Proclamação da República, em 1889, a Igreja foi separada do Estado por força da lei, perdendo assim sua influência política junto às esferas do poder. Mesmo assim, foi alvo de críticas, especialmente no início do século XX, quando sua ação estava restrita a realizar batismos e casamentos. Estas críticas partiam especialmente dos operários, que a acusavam de domesticar seus adeptos para o conformismo, além de sanear ideologicamente a população – e, especialmente, as mulheres⁸².

Este movimento anticlerical verificou-se em todos os países considerados católicos, especialmente porque a Igreja optara mundialmente por uma postura conservadora contra o progresso, o avanço da ciência e da razão. As lutas emancipatórias promovidas pelos setores oprimidos e mesmo os interesses estratégicos de políticos liberais fizeram com que ocorresse uma acentuada descristianização e uma laicização cada vez mais militante⁸³. A este respeito, Hobsbawn escreveu:

“O anticlericalismo se tornou um problema central da política dos países católicos por duas razões principais: porque a Igreja Católica Romana optara por uma rejeição total da ideologia da razão e do progresso, só podendo, portanto, ser identificada à direita política, e porque a luta contra a superstição e o obscurantismo, mais que dividir capitalistas e proletários, uniu a burguesia liberal e a classe trabalhadora⁸⁴.”

Durante a República Velha, inúmeras publicações políticas, muitas das quais estrangeiras, circulavam pelos grandes centros urbanos. Especialmente no estado de São Paulo, que concentrava um considerável número de indústrias e abrigava a nascente

⁸² José Eduardo Montecchi Valladares de Oliveira, *O Anticlericalismo na República Velha. A Ação dos Anarquistas*, Dissertação de Mestrado em História Social, Departamento de História/FFLCH/USP, 1996, p. 4 e Marisa Fernandes, *Sob os focos d'A Lanterna: a mulher na imprensa anticlerical de 1909 a 1916*, Dissertação de Mestrado em História Social, Departamento de História/FFLCH/USP, 1997, p. 115.

⁸³ José Eduardo Montecchi Valladares de Oliveira, *op. cit.*, p. 10.

⁸⁴ Eric Hobsbawn, *A Era dos Impérios: 1875-1914*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 368.

classe operária, esta situação teve um vulto ainda maior. Nas páginas dos seus periódicos, os anarquistas afirmavam que, ante a ameaça do inferno pregada pelos padres a todos aqueles que se desviassem do caminho de Cristo, a diferença era, talvez, de apenas um grau. Em *La Battaglia*, conhecido jornal libertário, a religião era compreendida como um conjunto de preceitos que estabeleciam a dependência do pobre ao rico, do trabalhador ao capitalista, do povo ao governo e ao Estado. Segundo o periódico, tudo isso santificaria a dependência do escravo ao tirano⁸⁵.

A denúncia das violações das normas sexuais de abstinência dos religiosos constituía uma das mais características críticas do discurso anticlerical. Na iconografia dos periódicos libertários – ou simplesmente anticlericais, surgiam padres obesos, normalmente bêbados e sedentos por virgens que corriam a sua frente temerosas. Entre 1910 e 1912, destacou-se na imprensa anticlerical e anarquista a campanha de denúncia sobre o desaparecimento de uma menina de dez anos, Idalina de Oliveira, uma interna do Orfanato Cristóvão Colombo, em São Paulo. Os jornais libertários acusavam o padre Stefani de ter estuprado a menina, que teria sido morta a golpes de pá pelo padre Faustino Consoni, diretor do orfanato, quando esta tentava fugir.

Ao ganhar repercussão na imprensa, a notícia da ocultação do cadáver fez com que outros alunos enviassem carta às redações, denunciando outros crimes cometidos pelos padres daquela instituição e de outros locais do estado de São Paulo. Ocorreram manifestações públicas que pediam o indiciamento dos acusados, mas as autoridades policiais responsáveis pelo inquérito foram apontadas como coniventes, por não procurarem elucidar o ocorrido com a menina Idalina⁸⁶.

Por fim, os padres acusados não foram castigados. Pelo contrário, a polícia prendeu Edgard Leuenroth, diretor do jornal anticlerical brasileiro *A Lanterna* e Oresti Ristori, diretor do *La Battaglia*, e quase os levou a julgamento. Foi pela pressão popular e pela atuação do advogado Benjamin Mota – anarquista, maçom e fundador de *A Lanterna* – que os prisioneiros foram libertados.

⁸⁵ *La Battaglia*, nº 379, 6 de dezembro de 1912 apud Raquel de Azevedo, *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002, p. 45.

⁸⁶ Marisa Fernandes, *op. cit.*, p. 154.

A força do anarquismo e, particularmente, do anarco-sindicalismo, somados ao fortalecimento do movimento comunista – com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, constituíram elementos de grande preocupação para o Estado, que respondeu com a legislação repressiva⁸⁷. O presidente Arthur Bernardes, fazendo um balanço de seu governo comentou: “Como Presidente da República, eu fui apenas um chefe de polícia”.

No período de 1922 a 1926, tanto o governador de São Paulo, Carlos Campos, como o presidente do Brasil, Arthur Bernardes, tentavam controlar a profunda crise na qual se encontravam seus governos. Além de uma permanente ameaça de revolução, em razão de desentendimentos com os militares, o país sofria com os efeitos da Primeira Guerra Mundial. O presidente governava com o “Estado de Sítio” e sofria forte oposição nas zonas urbanas. Arthur Bernardes recorreu ao Congresso Nacional, propondo medidas fortalecedoras do poder Executivo e que proporcionassem um maior cerceamento da população. Visando aos trabalhadores imigrantes, acusados de organizarem as greves por melhores salários e condições de trabalho, foram propostas a limitação do *habeas-corpus* e maior facilidade na expulsão dos estrangeiros considerados perigosos à Nação.

Logo após a posse do presidente Bernardes, no marcante ano de 1922, eclodiu o movimento tenentista, marcado pela ocorrência do episódio da “Revolta dos 18 do Forte de Copacabana”, em 1922 e, pela revolta dos tenentes em São Paulo, em 1924, quando a cidade caiu sob os tenentes durante 23 dias, obrigando o governador do estado, Carlos de Campos, a fugir do palácio do governo. Os revoltosos conseguiram contagiar dissidentes de outros estados, como no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Amazonas e Sergipe. Neste ínterim, tomava corpo a Coluna Prestes.

Alguns historiadores concordam que foi durante esse período conturbado e, especificamente, como resposta ao movimento tenentista que, em 30 de dezembro de 1924, através da lei nº 2.034/24, foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), órgão ligado ao Gabinete Geral de Investigações,

⁸⁷ Maria Aparecida Aquino e outros, *A Constância do Olhar Vigilante: a Preocupação com o Crime*

subordinado ao Chefe de Polícia Estadual e ao Secretário de Justiça e Segurança Pública do estado de São Paulo.

O aparato repressivo do Estado brasileiro passou por um processo de aperfeiçoamento, e este tipo de controle político-social voltou-se contra indivíduos suspeitos, ou que portassem algum estigma, que pudesse associá-los a grupos ideológicos considerados subversivos. Assim, surgiu o DEOPS/SP⁸⁸ enquanto resposta institucional à ameaça representada por aqueles que atentavam contra as elites dominantes. Percebe-se um processo de anulação da sociedade civil, a partir do momento em que os descontentes eram perseguidos e julgados pelas suas faltas.

Durante o período em que esteve ativa (1924-1983), o DEOPS/SP utilizou-se de recursos violentos e ilegais como forma de garantir as informações que lhe eram necessárias. O Estado passou a se utilizar de meios espúrios de obter confissões e de forjar provas, ou eliminar grupos ditos subversivos. Assim, a tortura tornou-se recorrente e as leis passaram a ser aplicadas de forma arbitrária, o que abriu espaço para o autoritarismo.

Junto ao acervo DEOPS/SP, observamos que o controle estatal seguia uma determinada lógica, segundo a qual era percebido um pacto tácito entre a elite governante e os grupos adeptos do pensamento conservador, o que favorecia a extrema direita. Durante os anos de 1930, por exemplo, tiveram livre circulação as publicações integralistas, nazistas e fascistas, assim como jornais católicos. Ao mesmo tempo, a Polícia Política confiscava como subversivos os impressos produzidos por anarquistas e comunistas. Em meio a estas publicações “hereges” encontravam-se também os impressos das Testemunhas de Jeová.

Político – Famílias 10 e 20, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002, p. 21.

⁸⁸ De acordo com o Decreto de 23 de abril de 1930, assinado pelo presidente da república Washington Luiz, competia aos DEOPS de todos os estados a prevenção e a repressão das infrações que atentavam contra a existência da República; a governabilidade do presidente; a segurança interna do país, a sedição e o ajuntamento ilícito; a segurança dos meios de transportes ou comunicação e das sociedades secretas e contra as fraudes eleitorais. Eram também atribuições da Delegacia: o processo de entrada de estrangeiros no território nacional, acompanhado do registro de fiadores e afiançados e de acordo com os modelos aprovados pelo chefe de polícia; a organização das estatísticas operárias pelos métodos mais adequados; a fiscalização e observação do trabalho e da movimentação operária e as decorrentes das leis e decretos em

Ao longo da década de 1920, nenhuma manifestação anticlerical ou inquérito policial foi aberto em virtude de ocorrências anticlericais em São Paulo. Não obstante, em 1931, uma notícia publicada no jornal *A Platéia* informava que um comício promovido pelo *Comitê Pró-Liberdade de Consciência* no Largo da Concórdia, no centro de São Paulo, fora abortado pela polícia um pouco antes de seu início. Este recorte encontrava-se anexado ao prontuário aberto em nome do referido comitê, cujo nome encontra-se grifado em vermelho no recorte. Há uma imagem reproduzida junto à notícia. Ao lado das pessoas da imagem, aparecem seus nomes: 1. Francisco Neves, 2. Diogo Gimenez, 3. Martín Garcia, 4. Ângelo Las Heras, 5. José Neves. Todos foram prontuáriados pelo DEOPS/SP sob o crime de anarquismo.

Ao local da manifestação haviam comparecido mais de 400 pessoas, interessadas em ouvir a “propaganda de idéias modernas”. Apesar dos líderes do comitê terem conseguido autorização legal para o referido evento, as autoridades policiais justificaram seu cancelamento alegando que, naquele mesmo momento, estaria ocorrendo na cidade uma “grande procissão religiosa”⁸⁹.

Trata-se de uma das primeiras tentativas de manifestação anticlerical pública realizada durante o governo provisório liderado por Vargas. Tal investida refletia a recente reaproximação entre a Igreja e o Estado, institucionalizada pelo decreto que instituía o ensino religioso nas escolas públicas do país. Neste caso, as autoridades policiais afirmavam que a dispersão da reunião dos defensores da liberdade de consciência tinha como motivo a presença de anarquistas infiltrados entre seus palestrantes, o que poderia perverter o propósito do referido encontro. De acordo com o relatório de Antonio Ghioffi, investigador do DEOPS/SP destacado para a cobertura do evento do Comitê:

“Terminadas essas palavras, quando os presentes iam dispersar-se, apareceu do alto do coreto o Sr. Aristides Lobo que, de surpresa, começou dizendo que o Sr. Tristão de Ataíde fizera a defesa do catolicismo no Teatro

vigor; a prevenção e a repressão ao Anarquismo e às demais doutrinas de subversão social. Cf. Maria Aparecida Aquino e outros, *op. cit.*, p. 34.

⁸⁹ *A Platéia*, São Paulo, 1931, *Pront.* 829 – *Comitê Pró-Liberdade de Consciência*, DEOPS/SP, APESP.

A polícia proibiu um comício pró-liberdade de consciencia

O DELEGADO DE ORDEM POLITICA EXPLICOU QUE TOMAVA
ESSA RESOLUÇÃO POR ESTAR-SE REALIZANDO NA CIDADE
UMA PROCISSÃO CATHOLICA

Estava marcada para hontem ás 17 horas, no Largo da Concordia, um comicio promovido pelo Comité Pró-Liberdade de Consciencia.

Ao promover essa reunião, os seus lideres foram á policia, e conseguiram della autorização para fazer naquella praça publica a propaganda das suas idéas modernas.

Uma grande massa popular, avaliada em 400 homens, compareceu ao local, e aguardava com



A COMISSÃO QUE VEIO A' NOSSA REDACÇÃO PARA PROTESTAR CONTRA
A PROHIBIÇÃO DO COMICIO

vivo interesse o inicio dos primeiros discursos quando chegou o delegado de Ordem Política e Social, acompanhado de 20 inspectores, praças e 4 carros de presos.

Verificou-se logo, como era de esperar, um pequeno reboliço, porque a autoridade mandou suspender o comicio.

E por que motivo?

Porque no centro da cidade — disse — se realizava naquelle momento uma grande procissão religiosa.

Alguns protestaram, e foram effectuadas parece que duas prisões.

Os organizadores do comicio vieram á redacção da "A Platéia" trazer ao publico o conhecimento desse facto.

Municipal, no decurso de quatro conferências, e a polícia não se tinha incomodado, e que agora uma manifestação pública era proibida⁹⁰.”

Com efeito, Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima) era o principal líder da intelectualidade católica no período. Ao lado de Dom Leme, foi ele o responsável pelo renascimento católico verificado nos anos 20. Neste momento, pareciam proféticas as palavras de um outro anarquista que, no palanque, sentenciava a falta de liberdade em que se inaugurava o novo regime:

“Nesse momento, Hermínio Marcos, também intempestivamente irrompe com uma oração: ‘Estamos vivendo na República Nova e o povo não tem liberdade de manifestar sua opinião...’⁹¹.”

Resgatando a velha “tradição inquisitorial”, o DEOPS tinha como procedimento acumular uma miríade de informações sobre pessoas e setores potencialmente perigosos para, posteriormente, comprovar os crimes políticos para elas acometidos. Prioritariamente, não se buscava o criminoso a partir do crime, mas o crime a partir do suposto criminoso. Sendo assim, embora desligados de movimentos considerados atentatórios ao regime, o fato de ser anticlericalista constituía um estereótipo sobre cidadãos avaliados como tendencialmente criminosos, haja vista que eles combatiam a Igreja Católica. Muitas vezes, o anticlericalismo era interpretado como parte intrínseca do ideário comunista – caracterizado pelo ateísmo. De forma generalizada, costumava-se incluir todos estes indivíduos em um único grupo, o dos “vermelhos”, a despeito do paradoxo que isso pudesse representar.

Esta lógica, talvez, justifique a abertura de uma série de prontuários para as chamadas ligas anticlericais, que reuniam pessoas de todas as cores políticas, mas

⁹⁰ Relatório de Investigações (cópia) de Antonio Ghioffi para Ignácio da Costa Ferreira, delegado de ordem social, Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 8/06/1931, doc.4, fls. 5 e 6. *Pront. 829 – Comitê Pró-Liberdade de Consciência*, DEOPS/SP, APESP.

⁹¹ Idem. *Ibidem*.

que nutriam um ódio comum pela prática eclesiástica e a ingerência da Igreja no campo político.

À despeito da mobilização dos novos adeptos, os dirigentes das ligas anticlericais entendiam que se fazia necessário uma produção impressa que desse vazão às “novas idéias”. Era através dos jornais que esses grupos iriam denunciar o clericalismo, detectado pela aproximação da Igreja com o Estado, assim, como os princípios básicos da religião católica: a adoração aos santos, os dogmas e os serviços religiosos, sobre os quais a Igreja usufruía de grandes lucros.

Dentre esses jornais estava *A Voz da Igreja*, que surgiu em Bauru (SP) em maio de 1933, e que se intitulava como um órgão de divulgação das atividades da “Liga Anticlerical Marquez de Pombal”. A primeira edição já adiantava a intenção do jornal de estar desligado do partidarismo político. Propunha-se a luta pela liberdade de pensamento e de consciência, amordaçadas – segundo o editorial da capa “A guisa de apresentação” – pela Igreja Católica e os “homens de saia preta”.

Intitulando-se “nascido da luta e para a luta”, *A Voz da Igreja* pretendia seguir seu programa apoiado pela boa vontade de todos os livres-pensadores que quisessem “*extirpar do organismo brasileiro, esse cancro gangrenoso que se chama clero*”. A atitude anticlerical do jornal pode ser interpretada como reação de uma parcela da população contra uma religião que se queria fazer novamente oficial, “*escravizando as mentes de todos e restabelecendo os tribunais da Inquisição*”.

Dentre os periódicos anticlericais anexados aos prontuários do DEOPS/SP, foi, sem dúvida, *A Lanterna*⁹², o que mais despertou a atenção das autoridades, que julgavam ser este um jornal corrosivo por contar na sua direção e na sua lista de colaboradores, com conhecidos intelectuais e ativistas ligados ao anarquismo e ao

⁹² O título *A Lanterna* repetia o esforço de vários países, como França e Portugal, que já editavam jornais com o mesmo nome. Tratava-se de uma analogia às “luzes” trazidas pelo jornal para o obscurantismo pregado pela Igreja Católica. Em Portugal, por exemplo, o jornal apareceu junto ao anticlericalismo levado ao poder com a República, em 1910. Nos últimos anos da dinastia Bragança, a Igreja aproximara-se ainda mais da monarquia naquele país. Como reação a esta aproximação, a propaganda republicana intensificou ainda mais seus ataques, espalhando a antiga defesa iluminista: “Os homens só serão livres quando o último rei for enforcado nas tripas do último padre”. Cf. Maria Luiza Tucci Carneiro e Boris Kossoy (orgs.), *Jornais confiscados pelo DEOPS, 1924-1954*, São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2003, p. 55.

A VOZ DA EGREJA



Organ anti-clerical — Propriedade da "L. A. C. Marquez de Pombal"

ANNO I || Baurú, (S. Paulo) Maio de 1933 || N.º 1

A GUIA DE APRESENTAÇÃO

Filho de um legítimo esforço de um grupo de homens livres, sem nenhuma ligação partidária e sem nenhum compromisso político, surge, o primeiro numero do nosso jornal.

Nascido da luta e para a luta, seguirá o seu programa, mesmo a custa de qualquer sacrificio, apoiado pela boa vontade de todos os que, espontaneamente, queiram contribuir, moral e materialmente, para extirpar do organismo Brasileiro, esse cancro gangrenoso que se chama CLERO.

A VOZ DA EGREJA, jornal de combate pela liberdade de pensamento e de consciencia, será o porta-voz da Patria oprimida e, no cumprimento da sua missão irá aos mais longínquos rincões do Brasil para levar o grito de guerra contra os vilões, contra os rapaces, os intrujões mandatarios de Roma.

Como acima dissemos, não tem os partidarismo político, não combateremos por esta ou aquella facção desde que, qualquer que ela seja, não procure escravizar a consciencia do Povo pretendendo impor, como é o desejo da CORJA NEGRA, uma religião oficial e estabelecer na nossa terra as praticas sanguentas e nefandas do Tribunal da chamada "SANTA INQUISICÃO" (sic).

Combateremos, UNICA E

EXCLUSIVAMENTE, o clero e os clericos porque, os primeiros, estrangeiros na sua maioria, ingressaram no territorio nacional como agentes representantes de um GOVERNO EXTRANJEIRO, de uma entidade caricata e grotesca que se aproveita da ignorancia de uns e da estupidez de outros, para se lo cupletar com as riquezas que lhe são enviadas por esses mesmos agentes no estrangeiro e os seguidos porque, homens embora, deixam-se iludir pelas FANTOCHADAS CARNAVALESICAS da CAMORRA ROMANA e, pelo medo do inferno ou do purgatorio (lugares creados pelos papas para uso e fruto da EGREJA ROMANA), servem de instrumento passivo para as mais vis trapacas e bandalheiras dos HOMENS DE SAIA PRETA, sacrificando, ao serviço dos Eunuchos do Vaticano a propria familia, a propria dignidade e a propria Patria se isto lhes for exigido pelos seus reverendos padres confessores!

Ja é tempo do povo despertar! Mais ainda, já é tempo do povo perceber que os Padres nada mais são senão um FORMIDAVEL SYNDICATO DE EXPLORADORES E DE ESPÍOES postos ao serviço de quem melhor pagar — porque tudo na Igreja Romana se vende!

Nos, humildes soldados do grande exercito que ora se arregimenta para livrar a Patria dessa praga hedionda, nada almejamos, nada pedimos senão que os nossos leitores procurem ler as obras que, em cada numero, formos indicando e que, lendo-as convençam-se de que devem cerrar fileiras para que o Brasil, seguindo as pegadas das nações civilizadas veja se livre da terrivel ameaça que sobre ele pesa — O dominio dos Padres!

Entretanto, como e de praxe, teremos o nosso programa e dele não sahiremos: combateremos, com toda as armas em todos os momentos e por todos os meios licitos, até o final do campanha que deve ser a expulsão de todo e qualquer elemento que pretenda representar, entre nos, o dominio PAPA -ROMANO e a nacionalização de todos os bens moveis e imoveis que, por descúria dos nossos governantes e a cumplicidade de alguns elementos de nossos governos, temos visto passar para mãos estrangeiras e sahirem do Brasil como parte do Tesouro de Roma o que, na realidade, pertence a Nação porque foi doado pelo povo!

Afinal, qual o resultado pratico que nos tem advindo do CLERICALISMO? Qual o proveito que tem tirado o Brasil dessa vergonhosa subservencia ao Vaticano? Qual o progresso do povo brasileiro en-

quanto este ve sob a tutela do Papa?

Eis o que nos cumpre informar aos nossos leitores e o que faremos, na medida das nossas forças e das nossas possibilidades.

Si, como esperamos, os nossos leitores nos derem bom acolhimento, teremos o prazer de fazer o nosso jornal hebdomadario com a sua tiragem aumentada de 3.000 para 10.000.

A todos os nossos leitores, os nossos agradecimentos e os nossos prestimos.

Que Deus os illumine e guarde.

Viva a Liberdade de Consciencia!

Abaixo o Vaticano e seus satelites!

**

— Separatista ?
— Não. Papista. Votei na C. U. dos catolicos.

Expediente

A 'Voz da Igreja' publica-se mensalmente e a sua distribuição será gratuita.

Os pedidos de assignatura bem como toda a correspondencia, deverão ser enviadas á nossa sede social ou entregue aos nossos correspondentes.

Não vivendo de assignatura, 'A Voz da Igreja' aceitará qualquer donativo dos seus leitores.

comunismo. Semanário porta-voz das ligas anticlericais do estado de São Paulo, o jornal surgiu em 7 de março de 1901, dirigido pelo advogado maçom Benjamin Motta com uma tiragem de 10.000 exemplares. Em 1904, *A Lanterna* interrompeu sua publicação após ter produzido 60 números. Distribuído inicialmente de forma gratuita, o jornal apresentava-se em uma primorosa edição de quatro páginas que, ao longo dos anos, caracterizou-se por suas caricaturas anticlericais. Em julho de 1933 processou-se a última fase do jornal, sob a mesma direção, mantendo-se até outubro de 1935, período em que foram publicados 45 números.

Através de uma linguagem acessível, este periódico costumava retratar de forma humorística e ilustrada a ação da Igreja Católica no Brasil que, cada vez mais próxima do Estado, era apresentada como um atraso, já retirado da vida política dos países desenvolvidos. No Brasil, afirmava o jornal, a ação da Igreja tinha crédito por ser uma atuação entendida como a venda de seus serviços e o abuso da mentalidade de trabalhadores e mulheres. Esta foi a imagem apresentada em uma edição de julho de 1933, apreendida pelo DEOPS/SP, sob o título “Quando os povos civilizados limpam a sua casa, atiram o lixo para o Brasil”. Chama-nos a atenção uma iconografia publicada na primeira página do periódico, na qual se vê um barco abarrotado de santos, padres, freiras e anjos barrocos que, vindos da Europa, avistavam o Brasil. Neste momento, um dos personagens grita: “Terra! Terra! O Pão de Açúcar! O Brasil! Eis o nosso paraíso!”

Nesta mesma edição, anexada ao prontuário aberto pelo DEOPS/SP para o jornal e seus editores, encontramos uma outra imagem, em que observamos um padre sedento e com feições animais que, correndo atrás de uma mulher aparentemente indefesa – alegoria sensual da própria República, grita para ela: “É escusado tentar escapar, pois serás minha, como a ‘velha’ o foi”. O que se vê aqui é um discurso muitas vezes similar ao de outros grupos anticlericais, que aproximavam a Igreja do Estado, em uma relação quase conjugal, quando os interesses pareciam tão próximos, que as esferas de poder se confundiam.

Além dos registros anticlericais produzidos pelos grupos libertários, livres pensadores, comunistas, defensores do Estado leigo, etc, identificamos em nossas

A Lanterna

JORNAL DE COMBATE AO CLERICALISMO

ASSINATURAS: Anos... 15000 — Semestre... 8000 Avulso, 200 — Estranho, 400

Director: EDGARD LEUENROTH Redação e Administração: Rua Senador Feijó n.º 8-B Caixa Postal, 2122 — S. Paulo.

ANO XI — N.º 355 SAO PAULO, 29 DE JULHO DE 1933 Aparece às quintas-feiras

Quando os povos civilizados limpam a sua casa, atiram o lixo para o Brasil

A Questão clerical e "A Lanterna"

Nunca se delineou mais intensamente, com obras mais vivas e fortes do que agora, o perigo clerical.

Nem há trinta anos atrás, quando a padralhada expluiu de outros países vinha em demanda de nossas plagas, o elemento clerical se mostrou mais tenaz do que neste momento da nossa história.

É que naqueles tempos os padres, escorrações de seus covis, espalharam-se pelo mundo, notadamente no Brasil, à procura de um abrigo seguro para as suas inúmeras pessoas. E o exemplo das passadas amarguras e sobressaltos por que passaram fitou-os prudentes e cautos nos países que escolheram para o exercício das suas atividades diletivas.

Pelo menos assim sucedeu nos primeiros tempos da sua estadia entre nós. Depois, mais grato e formidável campanha movida ao elemento — negro pelo ardoroso jornalista Benjamin Mota, pelas colunas de "A LANTERNA", em sua primeira fase, explorando do aos poderes públicos a sua longanimidade em receber esta carga indesejável, inimiga de todos os direitos da liberdade, o direito de mulher para a consecução do seu poderio e domínio na vida pública.

Hoje, metido de uma mal compreendida tolerância, o clero no Brasil é uma força tanto mais temível, quanto é certo que, no tocante à política do país pelo direito do voto, utiliza-se da mulher para a consecução do seu poderio e domínio na vida pública.

E hoje mais do que nunca se impõe uma luta enérgica e formal contra o clericalismo invasor, o grande flagelo que através da história da humanidade, deixou profundos vestígios da sua passagem, em largos saucos de sangue, de miséria, de rapina, de perseguições, de fogueiras e de consternação.

Concomitantemente instalados em seus templos, em seus círculos, em suas congregações, o elemento clerical plasmou o beaterio à sua vontade, embria do espírito, amula as consciências, obscurece a razão e a inteligência e, graças à miragem absurda das penas eternas e das recompensas problemáticas de um paraíso ainda não localizado, arrebancha as orelhas em torno de si, manuseia-lhes todos os atos no sentido de garantir a sua supremacia nas diretrizes da administração pública.

ores, mais gananciosos e mais inuteis ministros.

Tal é o pé em que está a questão clerical no Brasil. Querido de vida ou de morte em cujo embate nos empenhamos com tanto mais ardor e sinceridade quanto é certo que dela depende a garantia da nossa liberdade.

Agora que estão periclitando todas as prerrogativas democráticas que nos foram legadas em 1789 no reconhecimento caluniosa dos poderes públicos de transição, todos os homens livres que pensam por si, que não abdicaram do seu precioso direito em benefício das trevas da fé, devem congregarem-se, unirem-se, cerrar fileiras em torno de "A LANTERNA", desta origem de combates, auxílios, moral e materialmente para que se não quebrem as conquistas que nos legaram os nossos maiores e para que não se abarricem os ultramontanistas nefastos e ameaçadores.

Sendo certo que os negratos propósitos dos padres não são de abandonar as escolas, apoderarem-se cada vez mais do elemento feminino, sob a proteção ilusória do direito do voto, embrutecer tanto quanto possível as massas populares, explorar o pauperismo e as classes proletárias, não devemos permitir, como já fizeram alguns, que se implantem aqui um regime fascista clerical à moda Mussolini e Hitler, se não queremos ver a verdade e a justiça sepultadas sob os escambros de santamento, campanha estréfica e decidida, se não queremos assistir ao doloroso espetáculo da derrocada do patrimônio das nossas liberdades, vendo surgir sobre os seus destroços as temerárias fogueiras inquisitoriais.

A Igreja não muda e hoje como ontem acalanta as mesmas ideias de domínio universal, e, por isso, impõe-se uma rigorosa campanha de santamento, campanha estréfica e decidida, se não queremos assistir ao doloroso espetáculo da derrocada do patrimônio das nossas liberdades, vendo surgir sobre os seus destroços as temerárias fogueiras inquisitoriais.

Auxílios "A LANTERNA", porta-voz da emancipação humana, arauto da verdade, do amor e da justiça, contra as investidas do obscurantismo clerical.

LUIZ ROGERIO.

Uma interessante "enquete",

Ação do clericalismo no Brasil

"A Lanterna" dirige uma consulta às personalidades mais em destaque no campo da atividade literária, artística, jornalística e associativa

Vamos fazer um inquérito sobre a ação desenvolvida pelo clericalismo no Brasil, dirigindo-nos para esse fim a todas as pessoas que, de qualquer forma, se tenham posto em evidência no mundo das letras, entre as que se dedicam às artes e às profissões liberais, no meio jornalístico, no campo associativo, da propaganda, etc.

Julgamos ser esta *enquete* um excelente meio para conseguirmos ficar ao par de muitas minúcias sobre a atividade sacerdotal e malféfica que, desde os tempos coloniais até os nossos dias, vem desenvolvendo o clericalismo neste recesso da América: de sabermos como é encarada essa ação nos vários meios de atividade social; de ficarmos conhecendo novos amigos da nossa causa; de travarmos relações com outros combatentes que agiram ao lado do nosso campo; de termos aqui os meios mais práticos para a realização de nossas ideias.



Terra! Terra! O Pão de Açúcar! O Brasil! Eis-nos em nosso Paraíso!

Pela vida de "A LANTERNA"

Um apelo que deve ser prontamente atendido

Quem, de fato, sente a necessidade de uma revista, não temeremos a possibilidade de publicar a obra a que se destina "A Lanterna" deve dar prova de uma maneira concreta, pagando imediatamente sua assinatura.

Francamente: sem que se faça isso sem perda de tempo, não teremos possibilidade de publicar a obra a que se destina "A Lanterna" deve dar prova de uma maneira concreta, pagando imediatamente sua assinatura.

Esta não é uma empresa comercial com fins de lucros. É uma iniciativa desinteressada objetivando a campanha em prol de um ideal.

Todos aqueles que querem que "A LANTERNA" se publique como porta-voz da campanha anticlerical, devem, pois, concorrer para a sua manutenção, pagando prontamente suas assinaturas.

"A LANTERNA" não tem subvenção alguma, não manuseia as letras dos cofres públicos, não tem a renda fácil do balcão de igreja, conta, apenas, com a contribuição dos amigos do seu obra.

Nem mesmo matéria paga temos. A propaganda precisa de todo o espaço do jornal e nós não podemos distrair tempo e esforços na anagnição de anúncios.

prodire as partes essenciais do apelo publicado no numero anterior.

É indispensavel. Precisamos convencer francamente com os amigos do jornal. Não temos capital algum e as despesas são avultadas.

Tenham, pois, bem em conta este fato os anticlericais.

Quem quer que "A LANTERNA" se publique semanalmente? Resoltem sem perda de tempo a sua contribuição.

Se não recebermos recursos, o jornal não aparecerá.

E isso não se deverá verificar. Porquê escrever a Igreja Católica tanto tempo para saber que havia um QUESTÃO SOCIAL a resolver? Porque esquecer o critério de legalidade que anima o clericalismo primitivo em que até havia lenda e os ricos tudo vendiam para reparti-los com os que nada tinham? Porque a Igreja se levanta do acúmulo riquíssimo sobre riquezas, desce sobre desgraças, heranças sobre heranças, não deu tudo aos pobres, aos humildes e miseráveis, aos órfãos e órfãos, aos órfãos e órfãos?

Sermões ao ar livre

"Fóra Igreja não ha salvação"

Analisar as experiências J. R. o cronista literário da seção literária de "O ESTADO DE S. PAULO" de domingo, 9 de Julho.

Quando desluzas, quanto mais de preceito é necessário para fazer uma afirmação de tal qual, para proclamar um dispositivo de tal qual e sublinhar: "Fóra Igreja não ha salvação".

Mas, ilustrando e reverenciando Jesus de cabeça, as suas instituições que você tanto exaltou e tanto justificou e tanto defendeu; a Igreja Católica no sermão, da qual vos encontráreis e que naturalmente vos pagará boas preceitos pelo vosso culto e pregação continua; se essa instituição não vos dá a mais vasta e poderosa e ramificada e opulenta empresa do planeta, tão prestigiosa e obediente e tímida, por via de outras imperadores em posição, contritas e arrependidas ao seu pé, utilizando humilhantemente o poderio e as boas graças de Igreja, o levantamento da excomunição a que tinham sido condenados pelo papa; se tem todas estas forças, com todo este infinito patrimônio, com esta inmensa riqueza e domínio, e durante um lapso de tempo tão longo e dilatado, a Igreja católica não consegue de leno para o povo, da sili para o pobre, de sobre para a humanidade, a que propõe, agora, na hora do ajuste de contas, vem os seus antigos escritos e fazizes arrependidos, gritar que a solução dos problemas, a questão social, a paz do mundo, a concórdia das povos, a liberdade de creches e de pensamentos, o regresso do trabalho tratado, são o refil deus Igreja que vem culpado o seu prestigio, o seu poderio, o seu instrumento inextinguível pelas forças físicas que se erguem contra ela e manejado todas as suas violências e crueldades para impedir que se cumpra o ideal?

Se não recebermos recursos, o jornal não aparecerá.

E isso não se deverá verificar. Porquê escrever a Igreja Católica tanto tempo para saber que havia um QUESTÃO SOCIAL a resolver? Porque esquecer o critério de legalidade que anima o clericalismo primitivo em que até havia lenda e os ricos tudo vendiam para reparti-los com os que nada tinham? Porque a Igreja se levanta do acúmulo riquíssimo sobre riquezas, desce sobre desgraças, heranças sobre heranças, não deu tudo aos pobres, aos humildes e miseráveis, aos órfãos e órfãos, aos órfãos e órfãos?

Porque não acatamos aos reis e aos imperadores, sua serva obediente, a remedia as doenças, as lutas, as proclamações fúndas, os castigos apedrejados, as vitórias e abusos nefandíssimos, nos guerras lúpias e abomináveis?

Porque não acatamos aos reis e aos imperadores, sua serva obediente, a remedia as doenças, as lutas, as proclamações fúndas, os castigos apedrejados, as vitórias e abusos nefandíssimos, nos guerras lúpias e abomináveis?

Porque não acatamos aos reis e aos imperadores, sua serva obediente, a remedia as doenças, as lutas, as proclamações fúndas, os castigos apedrejados, as vitórias e abusos nefandíssimos, nos guerras lúpias e abomináveis?

Porque não acatamos aos reis e aos imperadores, sua serva obediente, a remedia as doenças, as lutas, as proclamações fúndas, os castigos apedrejados, as vitórias e abusos nefandíssimos, nos guerras lúpias e abomináveis?

Porque não acatamos aos reis e aos imperadores, sua serva obediente, a remedia as doenças, as lutas, as proclamações fúndas, os castigos apedrejados, as vitórias e abusos nefandíssimos, nos guerras lúpias e abomináveis?

“Eles” e a Republica Nova



— E' excusado tentar escapar, pois serás minha, como a “velha” o foi.

pesquisas no acervo DEOPS/SP também outras tantas expressões de religiosos não católicos, que tornaram públicas suas críticas ao estreitamento de relações entre o Estado brasileiro e a Igreja, nas décadas de 1930 e 1940.

Fica explícito na documentação confiscada pela Polícia Política de São Paulo que as Testemunhas de Jeová não foram o único grupo a ter publicações censuradas e confiscadas e suas atividades colocadas sob vigilância. Durante os anos 30, especialmente, outras agremiações religiosas tiveram seus impressos confiscados por tecerem críticas consideradas “nocivas” à Igreja Católica. Exemplar desta postura repressiva é o recorte do jornal *Correio da Tarde*, de agosto de 1931, anexado ao prontuário nº 829, do *Comitê Pró-Liberdade de Consciência*. Este, reproduzia uma entrevista realizada com o Reverendo Guaracy Silveira, pastor da Igreja Metodista Central (e futuro deputado constituinte) na qual o religioso resumia os pontos de um memorial que elaborara criticando a legislação que permitia o ensino religioso nas escolas brasileiras.

O reverendo Silveira lamentava a promulgação do decreto e afirmava que não cabia ao governo federal impor a vontade do clero católico e despeito das consciências alheias, ou seja: tratava-se de uma lei que facultava aos alunos a escolha da religião a ser ensinada, mas que prejudicava os protestantes, que se encontravam em menor número nas salas de aula. Indagado sobre o tratamento dado pelos católicos aos protestantes, o reverendo salientou que, em detrimento de uma minoria de católicos que respeitavam os evangélicos, a maioria (composta do clero estrangeiro) apedrejava, incendiava templos e perturbava os cultos públicos. A não punição a estes criminosos configurava, a seu ver, desrespeito ao cumprimento do Código Penal.

Segue-se a este recorte um comentário da autoridade policial que organiza o prontuário. Neste, o investigador afirma que estavam sendo tornadas públicas queixas contra a convivência das autoridades policiais com o preconceito religioso promovido pelos católicos em cidades do interior; da mesma forma, a autoridade justificava ter anexado o recorte do jornal como forma de legalizar uma possível investigação sobre Guaracy Silveira, supostamente ligado ao Comitê Pró-Liberdade de Consciência, cuja direção era ocupada por anarquistas.

Um outro prontuário expressa a disputa entre metodistas e católicos na cidade de Cunha, no início dos anos 40. Nesta ocasião, a pedido de César Dacôrso Filho, bispo da Igreja Metodista do Brasil, foi aberto inquérito para apurar a depredação da casa de oração local e a suposta perseguição do pastor local Antonino José da Silva, atribuída ao padre católico da localidade, Septínio Ramos Arantes. Supostamente, para César Dacôrso, havia grande participação das autoridades locais no caso.

O prontuário aberto para a apuração das denúncias do Bispo César, contém um conjunto de dez depoimentos tomados pela autoridade policial de testemunhas metodistas que afirmavam ser antiga a perseguição do padre aos protestantes de Cunha. Desde que o referido religioso chegara á cidade, realizava passeatas em frente à Igreja Metodista local, gritando “vivas aos católicos e morras aos protestantes”. Após esse fato, o pastor Antonino Silva teria publicado o livreto *O Congresso Eucarístico* (1942), anexado ao prontuário. Este apresentava um conteúdo que denunciava as atitudes da Igreja Católica a despeito dos princípios do cristianismo, publicação que o padre Septínio interpretou como insulto e reagiu, oito dias após a publicação, promovendo uma procissão. Ao chegar em frente da casa de oração e da casa do pastor, além das “morras” tradicionais, o padre teria conclamado os católicos a jogarem pedras na casa de cultos, quebrando os vidros.

Nas palavras dos metodistas que prestaram declarações, apesar dos pedidos do pastor para abertura de inquérito e intervenção policial, somente após a intercessão da autoridade superior do bispo metodista é que foram tomadas algumas iniciativas. Neste caso, a versão final da Polícia Política sobre a investigação, afirmava o contrário: tudo teria começado por força do pastor metodista que, anos antes, estaria promovendo uma campanha difamatória contra a Igreja Católica daquela cidade, muito antes da publicação dos livretos sobre os Congressos Eucarísticos. A autoridade policial afirmava ainda que o vigário local, Septínio Arantes, ao fazer a alocução na praça, em frente à casa de orações dos metodistas, teria sido impedido pelo soldado José Lorena, que fazia a guarda local. Como resultado do tumulto provocado, pedras teriam sido arremessadas contra a casa de oração produzindo “ligeiros danos materiais”. Acalmados os ânimos, os manifestantes católicos teriam partido em direção à casa do pastor. A

opinião final da Polícia Política incriminava o pastor, avaliado como o verdadeiro culpado, devendo ele ser punido dentro da sua igreja e aconselhado por seus superiores

“a viver recolhido dentro de um padrão de vida respeitosa às crenças dos outros, quando não por índole tolerante, ao menos por um princípio de educação⁹³”.

Uma série de suspeições e proscricções pairavam também sobre as atividades de outros grupos protestantes e, também de espíritas, interpretados pela Polícia Política como “subversivos”, embora a maioria das denominações cristãs pregassem a submissão aos governos constituídos. A cooperação implícita entre Estado e Igreja brasileira durante a Era Vargas gerou um dispositivo legal que, na prática, legitimava a repressão às manifestações religiosas não protestantes que iam de acordo ao escopo católico de domínio do campo da salvação espiritual das almas:

“É inviolável a liberdade de consciência e de crença, e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública e aos bons costumes⁹⁴”

Esse dispositivo presente na lei, passou a ser usado como moeda de troca em relação aos não católicos. Houve emendas à Constituição de 1934 das bancadas baiana e gaúcha, que não queriam incluir o dispositivo restritivo “desde que não contravenham à ordem pública e aos bons costumes”. O receio era de que na interpretação pudessem surgir dificuldades e abusos⁹⁵.

Os mesmos argumentos utilizados contra grupos protestantes foram retomados para justificar a ação policial contra centros espíritas, que foram investigados nas décadas de 1930 e 1940. Inúmeras foram as ocorrências em que a definição do crime

⁹³ Relatório de Investigações sobre a Igreja Metodista Brasileira, de Carlos Ribas de Mello Leitão, delegado regional de polícia de Guaratinguetá, Delegacia regional de polícia. Guaratinguetá, 3/12/1943, fl. 7. *Pront. 7725 – César Dacôrso Filho*, DEOPS/SP, APESP.

⁹⁴ José Scampini, *op. cit.*, p. 156.

⁹⁵ *Idem*, p. 157.

político vinha atrelada à religião. Este foi o caso de Carlos Teixeira⁹⁶, indiciado como comunista em Santos e posto em liberdade dias depois por falta de provas. Em 1939, ainda sob investigação, o prontuário foi novamente intimado a prestar depoimento sob um panfleto de sua autoria, intitulado *Congressos Eucarísticos*. Neste impresso, Teixeira tecia comentários sobre a ganância da Igreja na realização da reunião dos Bispos em São Paulo. Há indícios de que um dos motivos da prisão de Carlos Teixeira residisse no fato dele ser diretor do Centro Espírita “Jesus Consolador”.

No panfleto *Congressos Eucarísticos*⁹⁷ percebe-se, mais uma vez, a recorrência à crítica anticlerical, interpretada pela polícia como um crime político. Em suas palavras, o autor afirmava que a atitude da Igreja em organizar congressos, longe de ser o de homenagear a Cristo, era mais uma forma de auferir rendimentos para a instituição. Para Teixeira, aqueles que doavam dinheiro para a igreja, eram “gente crédula pronta a ser guiada por cérebros alheios” que fornecia fundos para a construção de igrejas cujas obras jamais se concluíam, servindo apenas para aumentar o dinheiro dos cofres da Igreja, cheios com “*peditórios de toda a espécie*” – como as quermesses e a “mendicância”⁹⁸. A polícia, após ter apreendido vários panfletos na residência de Teixeira, concluiu que a propaganda “*feita (...) contra os Congressos Eucarísticos, partia das pessoas que cultuavam o Espiritismo*”⁹⁹. Constata-se que havia uma evidente ligação entre crime e religião, articulação que se repete no prontuário da Federação Espírita Paulista. Por ocasião de uma comemoração ao quarto aniversário da “União Mocidade Espírita Paulista”, a polícia – presente no local – registrou que não havia observado em nenhum canto, declamação ou polêmica sobre o catolicismo. Em atenção ao pronunciamento de Jenny Grassman, diretora de propaganda da União, cumpriu ao investigador frisar que não houve uma crítica à Igreja, mas sim menções indiretas ao corpo eclesiástico, acusado de abusar nos gastos – crítica comum do anticlericalismo¹⁰⁰.

⁹⁶ *Pront. 3742 – Carlos Teixeira*, DEOPS/SP, APESP.

⁹⁷ Panfleto “Congressos Eucarísticos”, de Carlos Teixeira. São Paulo, 1939. *Pront. 3742 – Carlos Teixeira*, DEOPS/SP, APESP.

⁹⁸ *Idem*.

⁹⁹ Relatório nº 45 para o delegado especializado de Ordem Política e Social sobre Carlos Teixeira. Seção de Ordem Social. São Paulo, 9/06/1942. *Pront. 3742 – Carlos Teixeira*, DEOPS/SP, APESP.

¹⁰⁰ *Pront. 48921 – Federação Espírita Paulista*, DEOPS/SP, APESP.

3.2 – O crime político das Testemunhas de Jeová em São Paulo.

As perseguições as Testemunhas de Jeová também não tardaram a acontecer no contexto autoritário do Estado Novo brasileiro. Em 1939, o DEOPS/SP efetivou cerca de 20 prisões de Testemunhas de Jeová, entre elas a de Piroska Solyon, então com 13 anos de idade. Estas pessoas foram acusadas de perturbar a ordem pública, por ocasião da distribuição da publicação *Fascismo ou Liberdade* durante uma marcha pública realizada simultaneamente na Praça da Sé e no Jardim da Luz¹⁰¹.

Considerando a situação política do Brasil após 1937, percebemos que a repressão policial às Testemunhas de Jeová assumia outras dimensões, extrapolando a questão do anticlericalismo. Apesar de contar com um parco número de adeptos no Brasil – menos de 500 até 1940, esta organização tornou-se alvo de investigações pelas polícias políticas de vários estados brasileiros, supostamente por sua proclamação anti-patriótica. Podemos interpretar esta repressão como um arremedo às ações repressivas praticadas pelos nazistas na Alemanha, guardadas as devidas proporções. No entanto, não podemos deixar de considerar que, até o momento da adesão do Brasil ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas não ocultou suas simpatias pelos regimes totalitários¹⁰².

Na publicação intitulada *Aviso*, que circulou no Brasil em 1938, à qual tivemos acesso no Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, pareciam estar fincadas as bases da suspeita a que foram colocadas as Testemunhas de Jeová a partir do final dos anos 30, e que resultariam, mais tarde, na anulação do registro de atividades da Sociedade Torre de Vigia no país.

Na capa deste livreto *Fascismo ou Liberdade*, observa-se um cenário assustador: águas revoltas, fortes ventos tombando árvores, raios vindos do céu e o deslizamento de montanhas, tudo orquestrado, aparentemente, por uma ação divina. A mensagem parecia clara: o conteúdo da publicação, assinada pelo líder das Testemunhas de Jeová – “juiz”

¹⁰¹ Relatório de investigações policiais de “S.S.” (nome ilegível) para a chefia do gabinete de investigações. São Paulo, sem data. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.

¹⁰² Cf. Maria Luiza Tucci Carneiro, *op. cit.* (1988).

Rutherford – pretendia expor, às vésperas da guerra, a proximidade da volta de Cristo a Terra, e os fatos que, supostamente, comprovavam isto:

“As principais organizações religiosas do mundo entregam-se a todos os meios de planos políticos e comerciais a fim de dominar a riqueza da Terra.

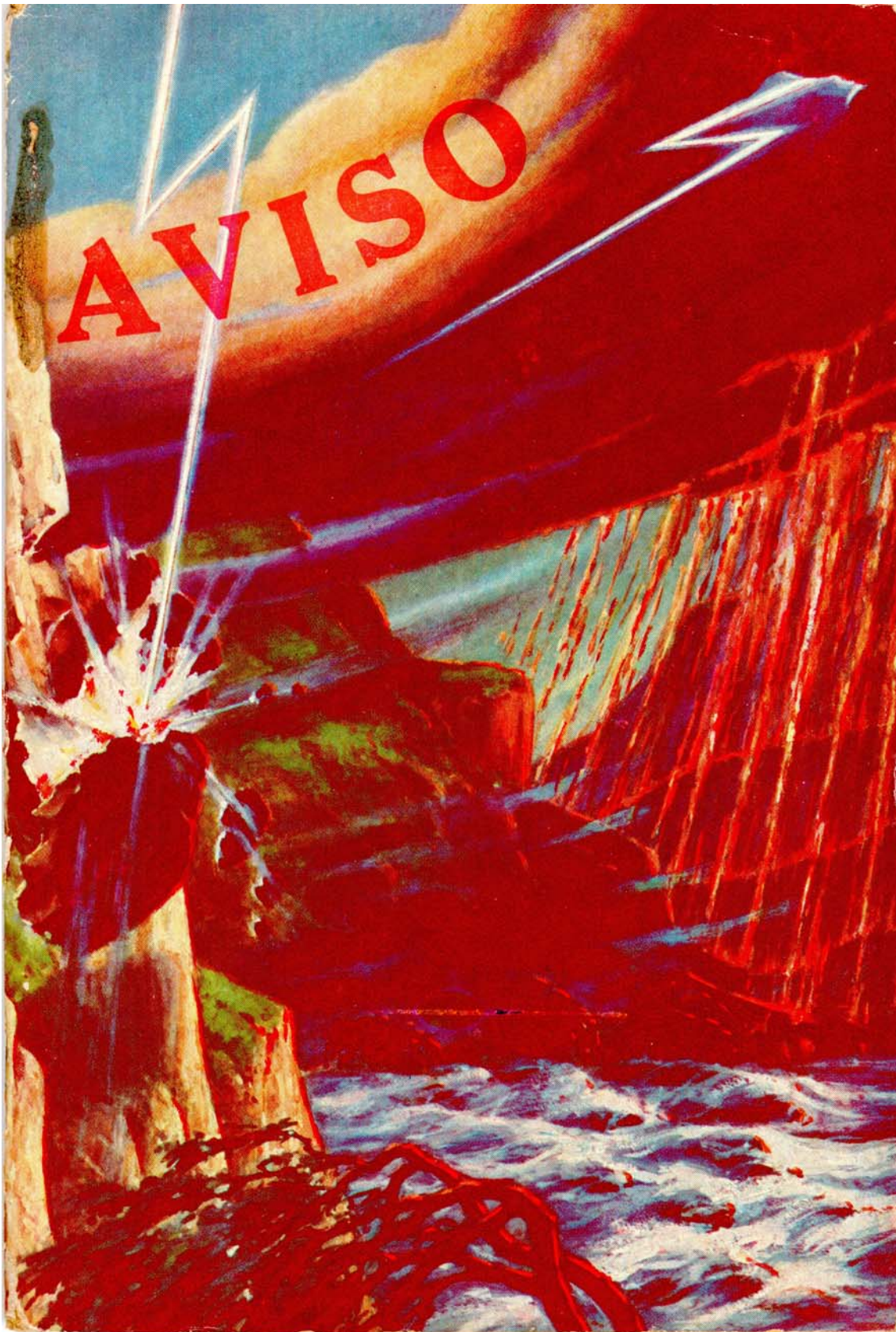
(...) A Cristandade progrediu durante os dias dos apóstolos, mas depois da morte deles, o inimigo, Satanás, empregou homens egoístas, cobiçosos de influência e poder, para introduzir as práticas religiosas, às quais chamaram erradamente de ‘religião cristã’. A hierarquia católico-romana assumiu o poder, e essa organização pretende ser a mãe e aquela que deu começo ao que se chama ‘religião cristã’. Os chamados protestantes saíram da organização religiosa e formaram outras organizações religiosas, dando também erradamente a estas o nome de ‘religião cristã’¹⁰³.”

Em um cenário no qual todas as religiões eram apresentadas como extensões do poder demoníaco na Terra, as Testemunhas de Jeová anunciavam serem elas as únicas portadoras do caminho para a salvação. O propósito da publicação *Aviso* era o de convidar àqueles homens e mulheres sem fé que pretendessem servir apenas a Jeová – não aos governos totalitários que, em conluio com a Igreja Católica, sobrepujassem o “poder do Altíssimo”. Como estes governos ditatoriais agiriam contra as Testemunhas? Rutherford esclarece:

“Esses governos ditatoriais monstruosos tentam por em vigor regras ou leis tais como a saudação de homens, a saudação obrigatória da bandeira e coisas semelhantes, fazendo assim ou tentando fazer que o povo reconheça, que sua proteção e salvação vem do homem e do poder dos homens, representado por um emblema ou bandeira. Dito em outras palavras, os religionistas concordaram prontamente em que a proteção e salvação do povo vem do poder do homem, e não de Jeová mediante Cristo Jesus. As organizações religiosas anuíram plenamente na doutrina de ‘o Estado’ estar acima ou ser superior a Jeová. Pelo decreto e caminho que seguem, sustentam que ‘o Estado’ pode fazer qualquer espécie de lei, inteiramente contra a lei de Deus e em desafio a ele, e que todas as pessoas têm de obedecer essa lei do ditador, sem considerar o que a lei de Deus ordena¹⁰⁴ (...).”

¹⁰³ Joseph Franklin Rutherford, *Aviso*, New York, Watch Tower Bible and Tract Society, 1938. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP, p. 14.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 22.



Joseph Franklin Rutherford, *Aviso* (Capa), New York, Watch Tower Bible and Tract Society, 1938. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

Estavam expostas ali as bases da argumentação que as autoridades também do Brasil utilizariam para justificar o constante estado de vigilância e a posterior ação policial sobre as Testemunhas de Jeová. Não por acaso, aqui também as Testemunhas de Jeová diziam-se perseguidas pela Igreja Católica, que através da força policial, confiscava suas publicações e prendia seus membros.

Era com base na defesa do “Estado” que Rutherford creditava a perseguição às Testemunhas de Jeová em países totalitários, como a Alemanha, ou sob governos democráticos, como no caso dos Estados Unidos:

“Estas fiéis testemunhas de Jeová estão agora sofrendo grande oposição e violência por causa de sua fidelidade em dizer a verdade a respeito do reino de Deus, que trará alívio e bênçãos ao povo. Milhares dessas testemunhas fiéis estão agora sofrendo em inundas prisões na Alemanha – os chamados ‘campos de concentração’, e muitas delas foram mortas violentamente. Em muitos outros países, incluindo os Estados Unidos, as testemunhas de Jeová sofrem grande violência, sendo lançadas na prisão, açoitadas e maltratadas de outros modos, por causa de sua fidelidade em dizer ao povo a verdade a respeito da meiga providência de Deus para este¹⁰⁵.”

A reprodução deste trecho demonstra também que as publicações das Testemunhas de Jeová, ao lado da denúncia que faziam da perseguição que sofriam, expunham ao mundo o drama sofrido pelos judeus dentro dos campos de concentração.

Não é possível afirmar que, especificamente, a circulação do livreto *Aviso* tenha colocado as Testemunhas de Jeová sob suspeição policial. Outras de suas publicações, divulgadas anteriormente, faziam referência à ascensão dos regimes totalitários na Europa e teciam críticas à Igreja Católica¹⁰⁶. Não obstante, foi no ano seguinte que, durante a distribuição do livreto *Fascismo ou Liberdade*, em São Paulo, em 27 de agosto de 1939, houve uma ação policial em relação a elas. Na ocasião, as Testemunhas

¹⁰⁵ Idem, pp. 38 e 39.

¹⁰⁶ Consta que para o livro *Inimigos*, que também circulou no Brasil a partir de 1937, Joseph Franklin Rutherford teria ordenado à gráfica da Sociedade Torre de Vigia que a capa da publicação fosse feita na cor bege, da cor de couro. No lançamento deste livro, o “juiz” teria exposto então o seu propósito: “Notareis que a capa é bege, com a qual passaremos o couro na velha dama, a grande meretriz”. Seu comentário era uma alusão à Igreja Católica, tema principal da publicação. Cf. Prof. Maurício Ramos, em entrevista realizada em Cesário Lange, 13 de julho de 2002.

de Jeová usaram cartazes para divulgar um outro discurso proferido pelo “juiz” Rutherford em Londres, na Inglaterra, intitulado *Encare os fatos e aprenda a ouvir a única voz de escape*. Ambos os livretos são libelos anticlericais e anti-fascistas.

Mensagens de ordem como “Servi a Deus e a Cristo, o Rei”, invocavam princípios teocráticos bíblicos; “Religião é laço e Extorsão”, criticava diretamente a religião católica durante a distribuição dos livretos. No contexto do governo totalitário, tais proclames invocaram uma ação direta da força policial.

Nesta ocasião foram presos o representante da Sociedade no Brasil, Nathaniel Alston Yuille¹⁰⁷ e as Testemunhas de Jeová Carlos Solyon, Ernest Wascchkuhn, Arthur de Campos, Gregório Domingos Bugarim, Manoel Chico Ramos, Rosa Gasda, Antônio Grenhewski, Miguel Zawislack, Estevam Rossiz, Julia Molnar, José Rodrigues de Menezes, Pedro Markovitz, Américo Csengori, Antonio Pires de Andrade, Julio Demeter, Antonio Ramos Cintas¹⁰⁸, além de Steman Maglovieski, José Rufino da Silva, Miguel Misocski e Martha Draguite.

Os prontuários de algumas destas Testemunhas de Jeová presas foram localizados junto ao acervo DEOPS/SP. Não obstante, encontram-se dentro deles apenas a ordem de prisão, datada de 27 de agosto de 1939 e a ordem de soltura, datada de 29 de agosto de 1939. Ambos os documentos foram expedidos pela Delegacia Central de São Paulo, local onde as Testemunhas estiveram presas. Não há nenhum tipo de depoimento, fotografia frente e perfil dos indiciados ou informações pessoais anexadas. No entanto, ao mesmo tempo em que este fato prejudica o trabalho de investigação histórica, ele é revelador: quais seriam as reais motivações da força policial em dispersar tal manifestação? Por que nenhum registro foi realizado? Desprovida de um sentido político mais amplo, cumpre analisar a racionalidade policial implícita nesta ação específica.

¹⁰⁷ *Pront. 67080 - Nathaniel Alston Yuille, DEOPS/SP, APESP.*

¹⁰⁸ *Prontuários 7278, 7279, 7280, 7281, 7282, 7283, 7284, 7285, 7286, 7287, 76112, 67146, 76553, 76554, 76557 e 76559, DEOPS/SP, APESP.*



Fotografia de Testemunhas de Jeová em manifestação no bairro da Luz, em São Paulo, que resultou no confisco de publicações e na prisão de várias pessoas. São Paulo, 27 de agosto de 1939. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

Uma das publicações distribuídas neste dia às pessoas que circulavam por duas das principais áreas de concentração urbana da cidade – a estação da Luz, ponto de chegada e de partida, inclusive de migrantes e imigrantes, e a praça da Sé, no centro da cidade e próximo à principal igreja católica – era *Encare os fatos e aprenda a única via de escape*.

Traduzido para o português em 1938 e publicado pela Watchtower norte-americana, *Encare os fatos* tem em sua capa, duas portas que se abrem, para uma espécie de “grande verdade”: a reprodução de um discurso de Joseph Rutherford, líder das Testemunhas de Jeová, no qual o “juiz”, ao longo das 61 páginas do livreto, traça um panorama mundial recente e aponta “fatos”, que embasam sua argumentação:

“Atualmente não existe governo justo na Terra, e será abertamente admitido que em todas as nações há grande perplexidade entre o povo e o coração dos homens desfalece por causa do temor. Só uma vez antes na história do mundo existiu condição semelhante à do tempo presente. A causa então era a mesma que agora trouxeram as presentes condições turbulentas.

(...) Jesus especificou os fatos físicos que se dariam mostrando a chegada do fim do mundo. Segundo a profecia de Jesus, quais são as coisas que se deveriam esperar quando o mundo chegasse ao fim? A resposta é: a guerra mundial, a fome, pestes, angústia das nações e, entre outras coisas mencionadas, o aparecimento da monstruosidade na Terra (Mateus 24, Lucas 21). A guerra mundial veio em 1914 em cumprimento desta profecia, marcando o tempo quando Deus enviou a Cristo Jesus para governar enquanto o Diabo está ainda agindo – Salmo 110: 1, 2.¹⁰⁹”

Para o religioso, o fim do mundo era novamente previsto e desde o início da Primeira Guerra Mundial o mundo já era governado pelas forças satânicas. Através de uma esquematização escatológica da história mundial, os fatos apresentados pelo “juiz” justificariam isso: nazismo, fascismo, comunismo, perseguição às Testemunhas, confisco de publicações sob o pacto da Igreja Católica ao lado do Estado, etc.

As Testemunhas de Jeová, analisadas dentro de um conjunto de seitas milenaristas/apocalípticas, baseavam seu corpo de crenças em um possível novo

advento de Cristo e o chamado “fim do tempo dos gentios”. Neste contexto, cabia a elas recrutar o máximo de pessoas que sobreviveriam a esta fatalidade. Contabilizando o número exato de 144.000 pessoas que seriam salvas quando da vinda de Cristo, as Testemunhas buscavam angariar o maior número de adeptos em tempos de crise mundial, como no final dos anos 30, com as ações nazistas na Europa e as primeiras movimentações dos países em direção a um novo conflito mundial.

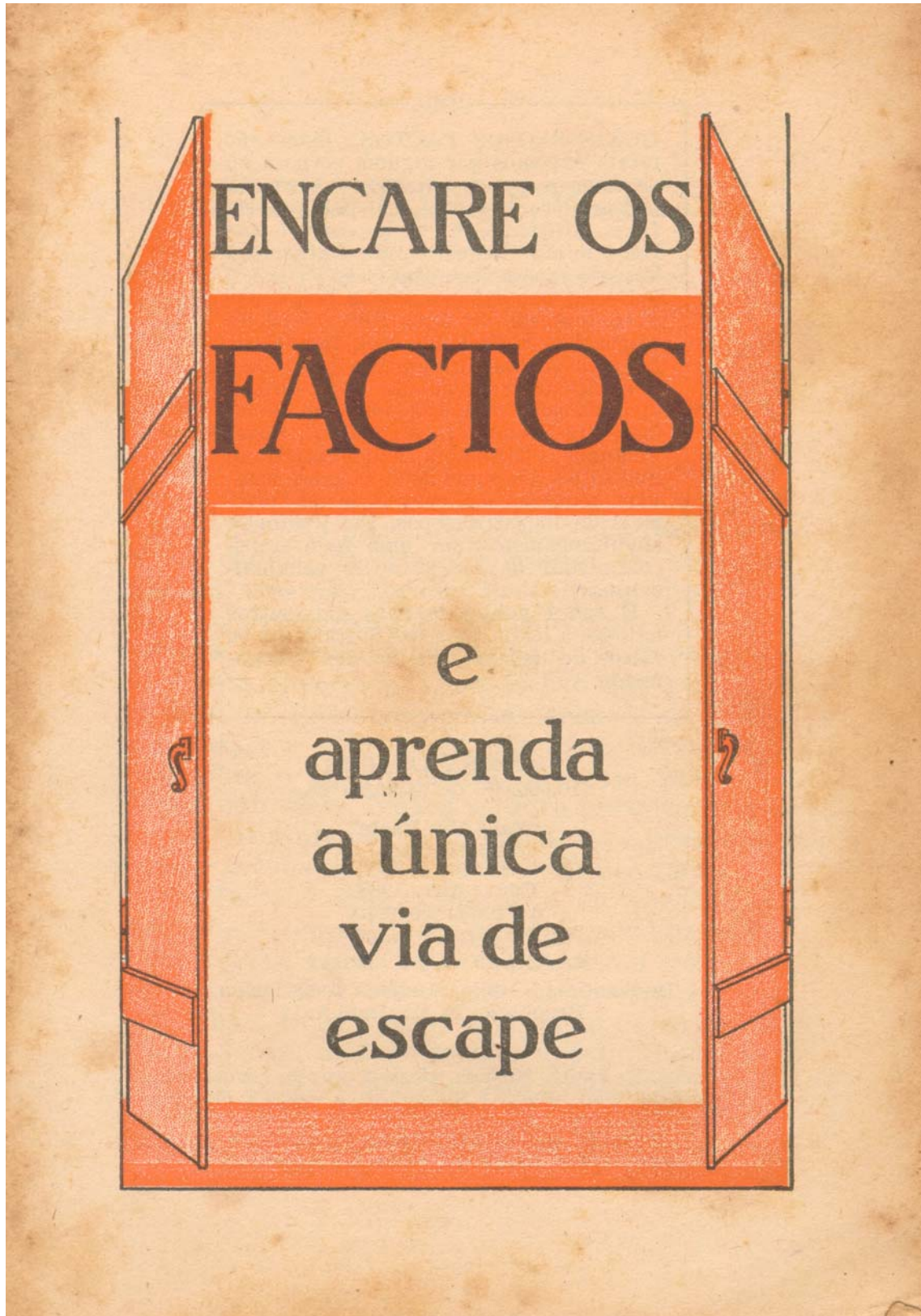
Rutherford reaviva assim o argumento do “Armagedon”, que percorre todas as publicações de sua autoria que foram alvo de análise. Com base nos discursos do “juiz” ao qual tivemos acesso, é possível afirmar que a sua linha de pensamento é homogênea, e seus argumentos previsíveis, por alguns fatores: 1. O fim dos tempos estava próximo (a data específica seria divulgada em data oportuna, pelos dirigentes da Sociedade); 2. Uma série de fatos comprovariam esta tese: a realização de uma primeira guerra entre os países do mundo (1914-1918), bem como a crise do capitalismo que afetou grande parte dos países do mundo a partir de 1929; 3. O racismo e a intolerância, advindos da degradação das condições de vida e dos costumes; 4. A ação de governos em direção à religião, com base a sedimentar ideologicamente seus projetos autoritários; 5. A perseguição às Testemunhas de Jeová, que se consideravam exclusivas na defesa do reino de Deus; 6. A atuação da Igreja Católica e de parte do “clero protestante” na perseguição às Testemunhas, como parte de um plano malévolo para ofuscar a segunda vinda de Cristo e o Apocalipse.

O plano de argumentação de Rutherford, que surge como base dos outros livretos analisados, é predito em *Encare os fatos*, através de sucessivos fatos históricos, que comprovariam a aproximação do “Armagedon”:

“A profecia cumprida mostra que em 1914 Jeová entronizou a Cristo Jesus e o enviou para governar, enquanto Satanás exercia ainda seu poder no mundo (Salmo 110: 1, 2). Em 1917, Satanás estabeleceu o governo comunista ou bolchevista na Rússia, que foi o primeiro aparecimento do domínio

¹⁰⁹ Joseph Franklin Rutherford, *Encare os Factos e aprenda a única via de escape*, New York, Watch Tower Bible and Tract Society, 1938. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP, pp. 4, 8 e 9.

totalitário, e que se opõe a Deus e a seu reino. Declara que o Estado é supremo e persegue aqueles que servem a Deus e a Cristo Jesus.



Joseph Franklin Rutherford, *Encare os Factos e aprenda a única via de escape* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1938. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

Em 1922 a Itália tornou-se um governo totalitário, que desafia Deus e a seu reino, declara que o Estado é o poder superior, e se opõe vigorosamente à proclamação do reino de Deus dentro do território italiano.

Em 1933 os nazistas apoderaram-se da Alemanha, e agora é dominada por um ditador arbitrário, e esse governo também declara que o Estado é supremo, desafia a Jeová Deus e seu reino, e persegue cruelmente a todos aqueles que pronunciam o nome de Jeová e de sua Palavra, a Bíblia, e de seu justo governo, dirigido por Cristo Jesus¹¹⁰.”

As aparições de governos totalitários na Europa e na Ásia – como no caso da Rússia, não teriam êxito, na opinião de Rutherford, sem uma espécie de “verniz espiritual”, que tornasse estes governos palatáveis às populações submetidas. Desta forma, um outro “fato” apontado pelo “juiz” dava mostras da participação da hierarquia católica em consonância com estas espécies de governos totalitários, em discordância dos princípios de Deus e mundanos:

“O papado está pronto a fazer aliança com qualquer poder político que reconheça a Hierarquia católico-romana como a parte espiritual das potências do mundo.

(...) Quando Mussolini marchou sobre Roma para apossar-se dela, era ateu confesso, opunha-se a Deus e a seu reino e não tolerava a ninguém que apoiasse o reino de Deus ou o anunciasse. (...) Mas em 1929, Mussolini e o papa, o cabeça daquela poderosa organização religiosa, entraram em aliança pela qual foi restaurado ao papa o poder temporal na Itália, e Mussolini tornou-se católico devoto, portanto sustentador da religião.

Da mesma sorte, o ditador do governo totalitário da Alemanha entrou em aliança com o papa, e é católico reconhecido, sustentador da religião católica, e a protege dentro daquele governo arbitrário.

Recentemente o Sr. Forbes, secretário executivo do partido comunista, propôs cooperação mútua entre o comunismo e a Hierarquia Católico-romana nos negócios do Estado¹¹¹.”

Aos olhos do leitor mais desavisado, a Igreja Católica emergia nestas linhas do discurso de Rutherford como uma organização de poderes sobrenaturais, haja vista ter convertido um ditador – Mussolini – e se infiltrado nas fileiras do partido comunista

¹¹⁰ Idem, pp. 12 e 13.

soviético. O anticlericalismo das Testemunhas de Jeová postava-se claramente nesta publicação. Lembremos que este livreto foi distribuído em locais públicos da cidade de São Paulo, no ano de 1939. Naquele momento, a ação do governo Vargas caminhava, cada vez mais, para o autoritarismo e para uma aproximação, guardadas as devidas proporções, com os governos autoritários europeus, justamente aqueles que eram denunciados pelas publicações da Sociedade Torre de Vigia.

Não por acaso, em 1940, a Sociedade foi notificada de que, em vista de seus proclames de neutralidade, insubmissão aos governos civis, a não prestação do serviço militar obrigatório e o não juramento junto aos símbolos nacionais, além do teor de suas publicações (contrários à nacionalidade), suas atividades estavam proscritas do Brasil e de que seus locais de reuniões deveriam ser fechados imediatamente.

Ainda em 1939, quando ocorreram as prisões de Testemunhas de Jeová no mês de agosto, foram apreendidos pelas autoridades do DEOPS/SP, 20.000 exemplares de uma outra publicação da Sociedade Torre de Vigia. O livreto *Fascismo ou Liberdade* foi apreendido ao ser analisado pela Polícia Política em São Paulo, que o considerou “subversivo”.

Não é possível saber se as autoridades paulistanas tinham conhecimento do teor das publicações da Sociedade. Em nossas pesquisas junto à documentação policial, não há nenhum documento anterior ao dia das prisões e ao confisco dos livretos, em 1939. Temos como hipótese que, pela conformação católica da sociedade brasileira e de suas autoridades, as mensagens que as Testemunhas de Jeová divulgavam no dia da manifestação, assim como a capa do livreto apreendido, justificaram, ao menos inicialmente, as prisões. Prova disso é o fato de que o livreto *Encare os fatos*, que tem um conteúdo similar a *Fascismo ou Liberdade*, não teve nenhum exemplar anexado ao prontuário aberto em nome da Sociedade Torre de Vigia. Neste caso, pode-se afirmar que a capa de *Fascismo ou Liberdade*, e até mesmo seu título, colocaram as Testemunhas de Jeová sob suspeição.

¹¹¹ Idem, pp. 14 e 15.

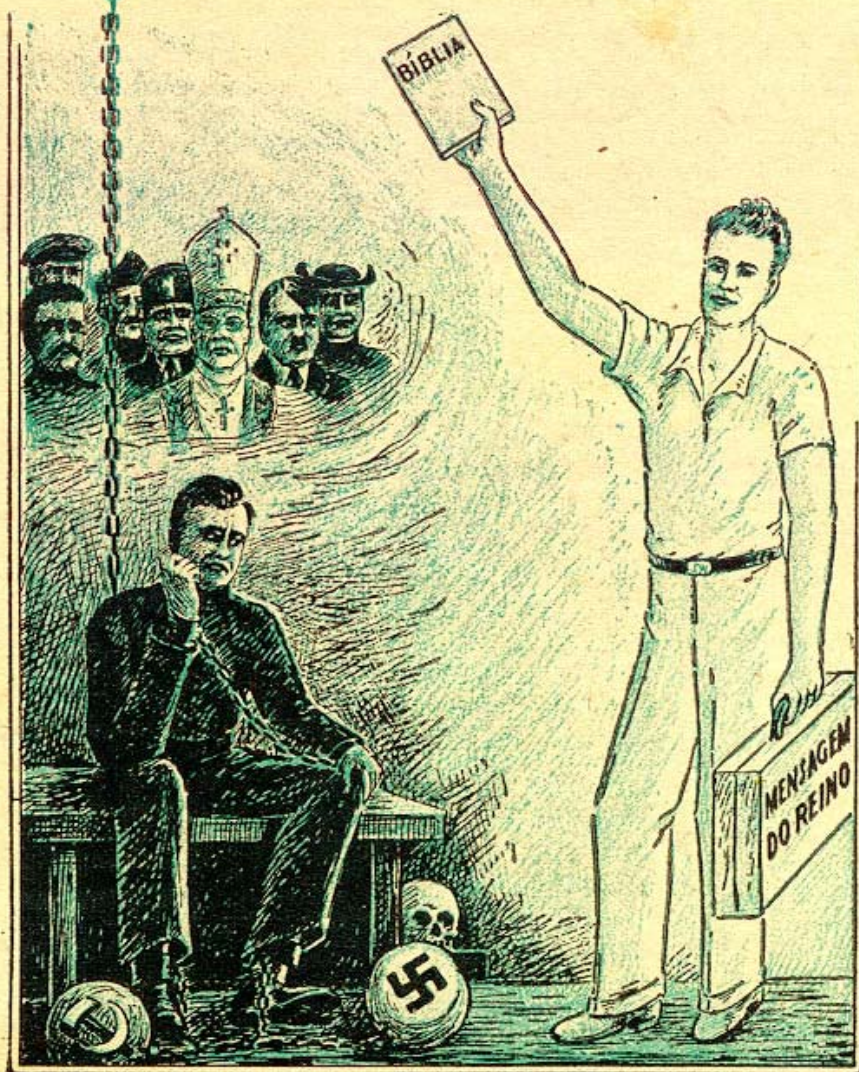
A capa de *Fascismo ou Liberdade* é reveladora quanto ao seu conteúdo. Nesta, uma Testemunha de Jeová traz nas mãos o consolo religioso, representado pela Bíblia e a “mensagem do reino” de Deus. Esta, encontra-se estrategicamente alocada em uma pasta fechada. A Bíblia e a pasta são os dois elementos que representariam a liberdade para um homem que parece desolado, pelo fato de estar preso. A cor negra de suas vestes e a penumbra em que ele se encontra, reforçam a mensagem de um cenário de trevas, em oposição ao ambiente claro, iluminado, e porque não “divino”, em que se encontra a Testemunha de Jeová que lhe apresenta a salvação.

A idéia de prisão aparece também na corrente que liga o homem à suástica nazista e a foice e martelo comunistas, em bolas presas aos seus pés. Sobre a cabeça do infeliz prisioneiro identificamos um grupo de pessoas responsáveis por seu cárcere físico e espiritual. Em segundo plano, em meio a rostos desconhecidos de chefes militares e religiosos, aparecem a expressão máxima do fascismo italiano, Benito Mussolini, o líder do nazismo alemão, Adolf Hitler, e Joseph Stálin, líder da União Soviética. Não obstante, quem lidera esse “seleto” grupo é o Papa Pio XII – Eugênio Pacelli, líder da Igreja Católica no Vaticano, ostentando um chapéu cardinalício e uma grande cruz no pescoço. Do lado direito do prisioneiro, é possível perceber a presença de um crânio, provavelmente pertencente a um outro prisioneiro, que não sobreviveu ao cárcere impetrado pelos algozes, dispostos sobre ele.

Junto ao prontuário não há registros que nos permitam saber se foi o título da publicação que chamou a atenção dos agentes do DEOPS/SP – que erroneamente aparece grafado em algumas páginas do prontuário como “Fascismo é Liberdade” – ou se a iconografia que compõe a capa. Esta publicação poderia ser considerada como uma crítica implícita ao governo de Getúlio Vargas, cujo ideário vinha sendo classificado como fascista e autoritário pelos movimentos de esquerda, haja vista um conjunto de ações cerceadoras das liberdades posto em prática pelo presidente brasileiro durante o Estado Novo. No entanto, o que se pode apreender é o conteúdo deste livreto, confiscado pela polícia, que foi anexado como “prova de crime político” no prontuário da Sociedade Torre de Vigia, por ocasião de sua distribuição no espaço público, em 27 de agosto de 1939.

Seria o mundo governado pela justiça, representada em Cristo, ou por ditadores egoístas e arbitrários? Esta é a questão aventada pelo livreto *Fascismo ou Liberdade*, que reproduz o discurso proferido por Joseph Franklin Rutherford, presidente da

FASCISMO OU LIBERDADE



Joseph Franklin Rutherford, *Fascismo ou Liberdade* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1939. Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia, DEOPS/SP, APESP.

Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados dos Estados Unidos, em 1939. Falando ao povo norte-americano, o presidente da Sociedade ressaltava o ímpeto daquele país e de seu povo em estar sempre na dianteira da defesa da liberdade da palavra, de reunião e de culto. “Em vista dos fatos”, como destacava novamente Rutherford, o “juiz” colocava aqueles que objetassem suas colocações ao lado de ditadores que, em seus países, eram apoiados por homens ricos e por chefes religiosos. Em contraposição, a isso, haveria o “reino de Deus”, ao qual só pertenciam as Testemunhas de Jeová – espaço no qual habitariam pessoas que nutriam amor pela justiça, desconsiderando raça, cor ou “crença anterior”.

Embasando seus argumentos, o religioso, utilizando-se de termos bíblicos para fazer apologia política, ilustra seu propósito com a situação dos hebreus à época de Cristo. Atribuindo à religião a morte de Jesus, Rutherford traçava um paralelo entre a ação dos clérigos israelitas e a do clero católico do século XX, responsável pela campanha de “extermínio das liberdades do povo de Deus”:

“Os judeus então caíram sob o arbitrário domínio de Roma, e o clero religioso tomou o lado do ditador de Roma contra Jesus, filho de Deus. Quando aqueles clérigos religiosos estavam pedindo o sangue vital de Jesus, disse-lhes o governador romano (João 19:15): ‘Hei de crucificar o vosso Rei?’ Em resposta clamaram aqueles religionistas: ‘Não temos outro rei, senão César’. Rejeitando assim a Jesus, a quem Deus lhes havia enviado.

(...) Condição exatamente igual prevalece hoje. Cristo Jesus, o legítimo governador do mundo, já veio outra vez, e o Jeová o entronizou. (...) Os chefes da ‘cristandade’ se voltaram contra Deus e contra o seu reino. Em todos os países onde há o domínio ditatorial os chefes religiosos apóiam o ditador. (...) Agora o Senhor enviou suas Testemunhas para que digam a verdade a respeito do Reino e do seu propósito, a fim de que o povo aprenda o seu único meio de liberdade é servindo a Cristo¹¹².”

Rutherford cita ainda vários outros casos de outros países em que os líderes políticos e a Igreja Católica estreitaram interesses. No caso alemão, por exemplo, o “juiz” argumentava que, embora o povo fosse amante da paz, o “diabo” teria colocado

¹¹² Joseph Franklin Rutherford. *Fascismo ou Liberdade*, New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1939. *Pront.* 43707 – Sociedade Torre de Vigia, DEOPS/SP, APESP, pp. 6 e 7.

Hitler no poder que, abertamente, desrespeitava as liberdades do povo. Afirmava ainda que na perseguição empreendida por Hitler aos judeus ou às próprias Testemunhas de Jeová, teria também o apoio incondicional da Igreja Católica.

Até mesmo na União Soviética – classificada pelas Testemunhas de Jeová como “um domínio arbitrário em detrimento de todo testemunho a favor de Deus” – a Igreja estaria tentando um acordo com Stálin, visando provavelmente “abocanhar” mais um pedaço do mundo para seus domínios. Para Rutherford, embora a imprensa católica norte-americana tentasse mostrar que o Vaticano era contra o comunismo, os fatos contradiziam tal intenção:

“(...) os fatos mostram que a Hierarquia está disposta a fazer conchavo com qualquer poder ditatorial ou totalitário que permita ao Vaticano agir como uma espécie de super governo espiritual, fazendo que o elemento político cumpra suas ordens¹¹³.”

Este argumento repetia o discurso de Rutherford reproduzido em *Encare os fatos*. Desta vez, porém, a novidade ficava por conta de uma conclamação do líder religioso aos princípios de liberdade do povo americano, cuja história e Constituição garantiam a prática de todos os cultos sem objeção do governo federal. O presidente da Sociedade Torre de Vigia chamava por novos adeptos e emissoras de rádio, convocando-os a se juntarem numa frente única pela liberdade de reunião, liberdade de palavra e liberdade de adoração, garantidas pela Constituição dos Estados Unidos. Na sua opinião, a Igreja Católica pretendia dominar e espoliar, contando com a ignorância do povo sobre as verdades bíblicas. Assim, acreditava ele que, caso fosse revelada a opressão da Igreja às pessoas pelas Testemunhas de Jeová, o Vaticano certamente “vociferaria” que a verdade não estava contida na Bíblia, mas sim na autoridade de seus sacerdotes. Por conta destas denúncias feitas pelas Testemunhas, estaria sendo orquestrada nos Estados Unidos uma campanha de intolerância, perseguição e espancamento das Testemunhas de Jeová. Após a irradiação do discurso “Encare os fatos”, Rutherford afirmava que as rádios que

¹¹³ Idem, p. 12.

fizeram a sua transmissão em solo americano passaram a receber cartas ameaçadoras e a sofrer até com ações de depredação e desordem:

“No dia 11 de setembro p.p. dei uma conferência em Londres, irradiada para muitos países. Mais de 100 estações difusoras na América irradiaram aquela conferência ‘Encare os fatos’. Para impedir que o povo ouvisse os fatos, a Ação Católica inundou muitas estações de rádio com cartas ameaçadoras, e algumas estações, temendo, cederam às suas exigências. Em muitos lugares dos Estados Unidos, alguns cristãos alugaram salões públicos, instalaram o equipamento sem fim, e reuniram-se ali pacificamente para ouvir a conferência e adorar a Deus em espírito e em verdade. A Ação Católica procurou impedir tais assembléias, o que conseguiu em alguns casos.

(...) Em Colorado Springs, o clero católico e outros políticos assinaram uma petição, acusando falsamente ‘que Rutherford é contra a cristandade e o que ela representa, contra a bandeira estadunidense e os seus ideais’¹¹⁴.”

Rutherford afirmava em seu discurso que a situação mundial caminhava para o “fim dos tempos”. Prova disso era o surgimento de líderes totalitários, que buscavam o apoio da Igreja para mascarar seus propósitos. Como prova de que apenas as Testemunhas de Jeová constituíam o povo de Deus, o “juiz” afirmava que o papel reservado à imprensa e às outras religiões norte-americanas era de silêncio e opressão por parte da hierarquia romana:

“A imprensa pública e muitas estações de rádio estão sendo ameaçadas de silêncio por estarem contra a obra tortuosa da Hierarquia; o clero protestante foi induzido a permanecer em silêncio; os judeus são amedrontados a submissão e silêncio; e agora a única classe de homens na Terra que tem a fé e a coragem de dizer a verdade, é perseguida, posta em prisões, ameaçada, suas assembléias pacíficas são interrompidas, e se lhe nega a liberdade de adoração e de palavra! Não parece que as liberdades do povo quase desapareceram?”¹¹⁵”

Analisado em sua integralidade, este e outros discursos de Rutherford tinha uma ação pioneira, não só pela denúncia de algumas das atrocidades nazistas que se processavam na Alemanha, mas também por reproduzirem, em nível mundial,

¹¹⁴ Idem, pp. 18 e 19.

¹¹⁵ Idem, pp. 22 e 23.

argumentos da retórica mítica da história norte-americana em suportes diversos – jornais, revistas, folhetos, livros, pelo rádio e através de discos, tocados nas mais diversas partes do planeta. Assim, a utopia prevista por Winthrop, Milton, Edwards e Adams – escritores e ativistas norte-americanos do século XIX, alcançavam uma nova dimensão, de conseqüências imprevisíveis. O argumento de construção de uma nova terra, em que só habitaria a justiça e quando teria fim a iniquidade não é novo. John Adams, um dos autores da Constituição norte-americana e presidente dos Estados Unidos no século XIX, dizia que a história dos Estados Unidos começava na Reforma Protestante, na rebelião contra Roma o que, segundo ele, havia sido predito nas profecias apocalípticas de João¹¹⁶.

Como visto, o quadro era, portanto, nebuloso: as Testemunhas de Jeová demonstravam ser radicais em seu anticlericalismo, por conta de um projeto de ação que não se bastava na simples denúncia da ação da hierarquia católica, mas sim na defesa de princípios religiosos e políticos norte-americanos. Resta dúvida se a atuação do DEOPS/SP não foi pontual no confisco de publicações e na prisão de Testemunhas de Jeová, visando combater a focos de subversão explícitos por seus princípios bíblicos fundamentalistas, ou então pelo não comprometimento com as leis civis dos Estados.

Devemos considerar que as atividades policiais não se mostravam muito esclarecidas em relação à perseguição empreendida contra a Sociedade Torre de Vigia, conforme podemos constatar pela diversidade de crimes imputados aos membros da Sociedade. Caso exemplar é o surgimento, nos registros do DEOPS/SP, da acusação de anarquismo por parte das Testemunhas, ou das prisões verificadas no Rio Grande do Sul, de Erich Katter e Otto Estelman, missionários fugidos da Alemanha por imposição da GESTAPO, mas que foram encarcerados sob a alegação de serem espiões nazistas¹¹⁷.

Os relatórios de investigações produzidos pelo DEOPS/SP sobre as Testemunhas de Jeová oferecem-nos pistas sobre essa questão. Em um deles, um investigador anônimo atesta que a apreensão dos exemplares de *Fascismo ou Liberdade* não procedia

¹¹⁶ Nicolas Shumway, “Estados Unidos da América: alegorias do apocalipse no discurso sobre a nação”, em Maria Lígia Coelho Prado e Diana Gonçalves Vidal (orgs.), *À Margem dos 500 anos: Reflexões Irreverentes*, São Paulo, EDUSP, 2002, p. 225.

por força de seu conteúdo estritamente religioso¹¹⁸. No entanto, não era essa a opinião do delegado adjunto de Ordem Política e Social que, em 27 de maio de 1941, sugeriu ao delegado titular negasse o pedido de registro legal à Sociedade Torre de Vigia, encaminhado por seu representante legal no Brasil, Nathaniel Alston Yuille. Alegava, para tanto que, em 1939, a referida sociedade

“(…) sem a necessária permissão policial, promoveu uma passeata pelas ruas da cidade, distribuindo folhetos e boletins que diziam ser de pregação religiosa, mas que, a nosso ver eram nitidamente subversivos.

Os boletins referidos, já pela sua denominação ‘Fascismo ou Liberdade’ – fazem-nos crer que sua difusão seria prejudicial sob o ponto de vista político e social¹¹⁹.”

O que parece, através da análise desse documento, é que as autoridades policiais do DEOPS/SP agiram sobre as Testemunhas de Jeová pelo teor do título do livreto distribuído em 1939 e, provavelmente também, por conta de sua capa. O conteúdo não foi avaliado pelas autoridades policiais até então. Sob esta lógica, continuaram a ocorrer apreensões sistemáticas das publicações da Sociedade Torre de Vigia de fundo religioso, como a revista *Torre de Vigia*, e os livretos *Paz pode durar?* e *O caminho de Deus é o amor*. O objetivo dessas ações de confisco era o controle, por parte das autoridades, de tudo o que fosse produzido pela Sociedade Torre de Vigia. Desta forma, aparentemente, o governo pretendia ganhar tempo na análise do processo que tornaria a Sociedade novamente dentro da lei.

Paz pode durar?, publicado, em 1942 pela Watchtower de Nova Iorque, sem autoria específica de Rutherford, tem em sua capa um homem e cavalos puxando um

¹¹⁷ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1993), p. 457.

¹¹⁸ Informação nº 532/45, sobre a Sociedade Torre de Vigia, de Francisco Halfeld de Andrade, chefe do arquivo geral, para Luiz Tavares da Cunha, delegado chefe do setor de Ordem Política e Social. Delegacia de Ordem Política e Social, São Paulo, 24/02/1945. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.

¹¹⁹ Informação nº 8/41, sobre a Sociedade Torre de Vigia, de A. P. Pinto Moreira, delegado adjunto da polícia, para o delegado especializado de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 27/05/1941. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia* DEOPS/SP, APESP.

SUPERINTENDENCIA DE SEGURANÇA POLITICA E SOCIAL
São Paulo.

Informação n. 8/41

Snr. Dr. Delegado Especializado de Ordem Política e Social.

A "Watch Tower Bible Tract Society" por intermédio do seu representante o Sr. Nathaniel Alston Wulle, tem por diversas vezes, requerido ao Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia, autorização para funcionar, e esta Delegacia tem sempre opinado pelo indeferimento.

Ainda desta vez, a Secção pensa que deve ser indeferido o pedido.

Como argumento para tal, resolução, basta dizer que a Sociedade requerente, sem a necessária permissão policial, promoveu a tempos, uma passeata pelas ruas da cidade, distribuindo folhetos e boletins, que disiam serem de pregação religiosa, mas que, a nosso ver, eram nitidamente subversivos.

Os boletins referidos já pela sua denominação Facismo ou Liberdade - fazem-nos crer que a sua difusão seria prejudicial sob o ponto de vista político e social.

Portanto, a requerente não está amparada em dispositivos legais.

São Paulo, 27 de maio de 1941.

O DELEGADO ADJUNTO DE P.O.P.

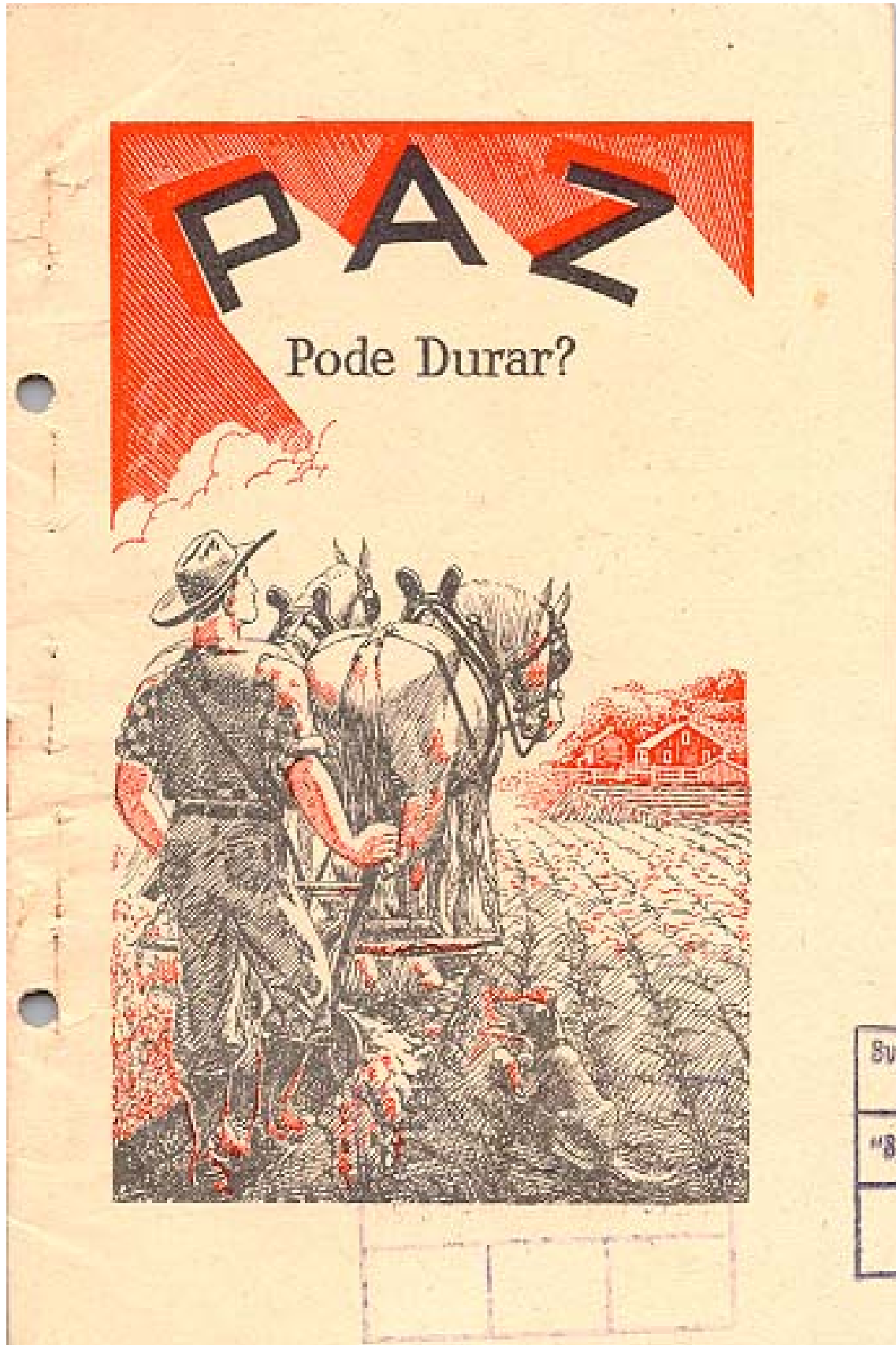
as.) - A.P. Pinto Moreira.

arado sobre a plantação. O bucólico cenário é, provavelmente, uma fazenda norte-americana, já que pode ser visto, ao fundo, um conjunto de celeiros e cercas nos moldes daqueles encontrados nos Estados Unidos. A mensagem que reside nesta iconografia leva a crer que é através do trabalho, de pessoas simples como o fazendeiro, que a paz seria alcançada. Em tempos de guerra, era pelas mãos do povo – e porque não dizer do povo norte-americano – que seria alcançada a paz. O título da publicação gravita sobre as nuvens que surgem no horizonte, vislumbrado pelo fazendeiro.

Este livreto, apreendido pelo DEOPS/SP sem nenhum tipo de justificativa – ao menos documentada dentro do dossiê em que se encontra, apresenta a repercussão da Segunda Guerra Mundial dentro do discurso religioso, após a entrada norte-americana no conflito. Neste sentido, a publicação é uma das primeiras oriundas das Testemunhas de Jeová a fazer uma defesa da ação norte-americana e inglesa na guerra, por conta de sua tradição protestante e anti-católica:

“Os cuidadosos estudantes da história concordam que desde o início do assim chamado ‘movimento da Reforma’ há quatro séculos se estabeleceu e tem existido a condição que por fim há de romper em guerra total pela dominação mundial. Como resultado daquela Reforma a organização religiosa na Inglaterra, até então ligada a Roma papal, foi nacionalizada e a Bretanha se tornou uma nação religiosamente independente do Vaticano. Daí se seguiu o estabelecimento e extensão do Império Britânico até os confins da Terra. Tem sido um império protestante, contra o qual os impérios católicos da Espanha e da França com inveja se atiram em vão. Além disso, em 1776 nasceu a nação americana, uma democracia revolucionária estabelecendo a separação entre a religião e o Estado, por isso uma república não católica. Seus laços com o Império Britânico têm sido naturais e, a despeito de alguns desacordos, esses laços se tornaram mais fortes no decorrer do tempo e do desenvolvimento mundiais. Assim, a civilização que a Terra conheceu nos últimos trezentos anos tem sido unida e dominada por duas potências mundiais protestantes e não católicas de ideais democráticos. Por esse motivo a democracia tem sido associada com o protestantismo e o clero instigou grande preconceito contra ele nos países católicos¹²⁰.”

¹²⁰ Testemunhas de Jeová, *Paz, pode durar?*, New York, Watch Tower Bible and Tract Society, 1942. *Dossiê N.º. 50-G-033 (001)*, DEOPS/SP, APESP, pp. 4 e 5.



Testemunhas de Jeová, *Paz, pode durar?* (Capa), New York, Watch Tower Bible and Tract Society, 1942. *Dossiê N.º 50-G-033 (001)*, DEOPS/SP, APESP.

Visto isoladamente, este discurso poderia parecer novo. Entretanto, ele reproduzia a retórica mítica que embasou o “sonho americano” de construção de um país em oposição à Roma católica e à monarquia (o que resultaria no rompimento das treze colônias com a Inglaterra). Ao largo de seu anticlericalismo, percebe-se um novo viés de argumentação das Testemunhas de Jeová que abre caminho para novas análises sobre a razão de sua perseguição no Brasil. Importante lembrar que a publicação *Paz pode durar?* encontrava-se anexada em documentação policial. Neste caso, é provável que não tenha sido a capa ou o título que justificaram a apreensão do livreto, mas sim seu conteúdo, que faz apologia do modelo democrático de governo norte-americano e do desenvolvimento econômico e político advindos dele. Entretanto, ali também eram reproduzidas denúncias contra a Igreja católica, já verificadas nas outras publicações:

“A profecia demonstra que quando a ‘besta’ sair do abismo no fim desta guerra total sai com a mulher ‘Babilônia’ nas costas, ou esta trepa nela assim que sair. Isso significa que a ‘religião organizada’, e esta vez a organização religiosa com sede no Vaticano, cavalgará e exercerá influência gritadora sobre a besta da sociedade.

Até o dia de hoje, o Vaticano não cancelou suas concordatas com os ditadores nazistas e fascistas e em maio deste ano abriu relações diplomáticas com os atacantes de Pearl Harbor, tendo desprezado os diversos protestos do Departamento de Estado dos Estados Unidos neste sentido¹²¹.”

Em meio ao cenário de guerra, as Testemunhas de Jeová já previam a “paz mundial” emergente do conflito, que se colocava frontalmente contra os desígnios divinos:

“Estando as testemunhas de Jeová em restrição completa em vista de perturbar as sensibilidades dos religionistas e dos estadistas totalitários, os governadores da ‘nova ordem’ clamarão ‘Paz’; ‘mas não haverá paz’, isto é, nenhuma com Jeová Deus e seu Cordeiro, ‘o Rei dos reis’. A palavra de Deus previne: ‘Quando disserem: paz e segurança, então lhes sobrevirá repentinamente destruição, como as dores a uma mulher que está para dar à luz, e de modo nenhum escaparão’. (Tessalonicenses 5:3)

¹²¹ Idem, p. 20.

Mais uma vez fazemos a importante pergunta: ‘Paz pode durar?’ e a resposta definitiva de Deus é não! Paz feita pelos homens sob a ‘benção’ da religião será de curtíssima duração, e os reis e governadores políticos não gozarão dela por muito tempo¹²².”

Com base nesta argumentação – de que apenas um governo teocrático seria a solução para os males do mundo, da mesma forma que governos terrestres podiam ser muito bem ignorados, as Testemunhas foram enquadradas pelas autoridades policiais mais desavisadas em um outro crime político, o anarquismo.

Os princípios “anti-legalistas” das Testemunhas de Jeová eram evocados nessas ocasiões. Anos mais tarde, já no final da ditadura do Estado Novo e quando a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos representou uma diminuição sobre o constante estado de vigilância imposto sobre as Testemunhas de Jeová, foi realizado, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, o congresso “*Um só mundo, um só governo*”¹²³. Por si só, este título pareceu a um agente do serviço secreto do DEOPS/SP, “o retorno intempestivo do anarquismo, verificado nas décadas de 10 e 20¹²⁴”.

O encontro, vigiado pelo DEOPS/SP, contou com a presença de Nathan Knorr, novo presidente da Sociedade Torre de Vigia que, pela primeira vez, visitava o país, onde era verificado um rápido crescimento do número de Testemunhas. Na conferência, proferida em inglês por Knorr e traduzida por Erich Katter, foi apresentado um novo sistema de governo, que deveria resultar do final da Segunda Guerra Mundial, e que seria composto pelas maiores potências do planeta: Estados Unidos, União Soviética, França e Grã-Bretanha. Sob o domínio desses países, em aliança com a “religião”, o novo líder da Torre de Vigia previa uma nova era de tribulação, até a definitiva volta de Cristo, quando reinariam no mundo a segurança e a paz duradoura.

¹²² Idem, p. 27.

¹²³ O desmerecimento da Sociedade Torre de Vigia pôde ser representado também na idéia de que ela ensejava uma agremiação secreta, como a maçonaria. Esta foi uma manchete de um exemplar do jornal *O Dia*, de 1952, sob o título “Pretendiam ressuscitar uma sociedade secreta no Brasil”, narrava as tentativas de legalização impetradas pelas Testemunhas de Jeová para a regularização de seu trabalho missionário. *O Dia*, 26/10/1952. *Dossiê 50-G-033*, DEOPS/SP, APESP.

¹²⁴ Relatório preparado pelo “setor 2” da Delegacia de Ordem Política e Social, Serviço Secreto, referente à conferência realizada no Pacaembu, proferida por N. Knorr, presidente da Sociedade Torre de Vigia. Secretaria de Segurança Pública. São Paulo: 13/03/1945. *Dossiê 50-G-033*, DEOPS/SP, APESP.

Nesta ocasião, foram distribuídos livretos que levavam o mesmo nome da conferência, que reproduziam o discurso de Nathan Knorr, realizado em 1944, nos Estados Unidos. Na capa desta publicação, observamos um conjunto de pessoas de diversas partes do mundo rumando para um mesmo destino – no caso, o título do livreto. Pessoas das cidades, com seus arranha-céus capitalistas, muçulmanos beduínos, índios ou orientais dirigiam-se a um mesmo propósito, unindo o mundo sob um único governo.

Na introdução deste livreto, Knorr apresentava a nova forma de governo planejada pelas Testemunhas de Jeová. Passadas as tribulações aventadas por Rutherford em suas publicações, até sua morte em 1942, nesta nova fase, as publicações das Testemunhas apresentavam um tom mais otimista – provavelmente em conformidade com os planos de ação norte-americana sobre o Brasil no pós-guerra:

“Um só mundo, debaixo de um só governo, de justiça, perfeito e permanente, é o destino certo de todos os homens de boa-vontade. Além disso, está próxima a sua realização. Isso significará um mundo sem guerras, afastadíssimo da mínima ameaça de conflito sangrento e da necessidade de estar cabalmente preparado para tal. Significará para a nossa Terra, uma unidade de todas as criaturas humanas, todas gozando da abundância de vida, com plena confiança no governo sobre elas, compartilhando das ricas farturas da terra em altruísmo, harmonia e alegria. O céu estará em harmonia com a terra e derramará a retidão; e a terra responderá e produzirá os frutos da retidão, que são a justiça, a paz, a boa ordem e a igualdade¹²⁵.”

Knorr narrava sua percepção de que os países mais ricos da Terra sentavam-se em mesas de negociação para elaborar uma forma de comandarem o mundo arbitrariamente, em uma espécie de organização que sucederia a mal-fadada “Liga das Nações”. Em oposição, o novo líder das Testemunhas apresentava a “organização teocrática” de Jeová, cujo reino jamais seria destruído, nem estabeleceria domínio sobre quaisquer países, já que todos eles seriam destruídos e substituídos pelo governo único de Deus:

¹²⁵ Nathan N. Knorr, *Um só mundo, um só governo*, New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1944. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP, p. 3.



Nathan N. Knorr, *Um só mundo, um só governo* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1944. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

“Então a política desaparecerá para todo o sempre. A política que dividiu os homens de todas as religiões e fez que derramassem rios de sangue por sistemas e ideologias políticas terá desaparecido para sempre. Esse único governo não operará uma cidade do Vaticano junto a Roma para levar a cabo um jogo de política internacional e para ser o centro diplomático de todos os reinos e repúblicas deste mundo. Quando o reino de Deus dos céus fizer em pedaços e consumir todos estes reinos, então a cidade do Vaticano e seu rei de coroa tripla serão despedaçados. (...)”¹²⁶,

O argumento anticlerical persiste nesta publicação, que circulou no Brasil ainda em tempos de ditadura. Não obstante, a reação dos Aliados verificada a partir da metade da Segunda Guerra Mundial, vislumbrava um tempo de abertura democrática, inclusive para o Brasil. Entretanto, as autoridades do DEOPS/SP presentes ao estádio do Pacaembu destacadas para acompanhar o discurso de Knorr atentaram para alguns tópicos da oração de Knorr que, mal interpretados, poderiam resultar em um fim diverso ao que se propunham:

“Um só mundo, debaixo de um governo de justiça e igualdade;
Além disso está próxima a sua realização;
Isso significará um mundo sem guerra, afastado de conflito;
Significará para a Terra uma unidade e todos compartilharão de todas as alegrias;
O Céu estará em harmonia com a Terra e ela corresponderá com a justiça, paz e igualdade;
Um governo teocrático com todos os poderes;
Este governo teocrático é o de nove céus”¹²⁷.

Para a autoridade policial, esses pronunciamentos constituíam-se em verdadeiros focos de subversão contra as autoridades estabelecidas. O afastamento da pregação da Bíblia para a pregação de ideologias políticas era interpretado como expressão de desvio. Para o investigador, os temas “condenação das guerras” e “negação de qualquer autoridade de homens”, por si só justificariam a repressão policial. As autoridades

¹²⁶ Idem, p. 24.

¹²⁷ Relatório preparado pelo “setor 2” da Delegacia de Ordem Política e Social, Serviço Secreto, referente à conferência realizada no Pacaembu, proferida por N. Knorr, presidente da Sociedade Torre de Vigia. Secretaria de Segurança Pública. São Paulo: 13/03/1945. *Dossiê 50-G-033*, DEOPS/SP, APESP.

preocupavam-se em esclarecer que a polícia não se colocava contra os princípios teológicos daquela doutrina e sim, porque esta negava toda a autoridade civil em favorcimento de Deus. Portanto, poderia ser uma doutrina

“explorada demagogicamente por elementos interessados na subversão da ordem, produzindo elementos contrários aos esperados por seus doutrinadores¹²⁸”.

Pela documentação que se segue a este relatório, ações mais pontuais não foram tomadas. O país que emergia da Segunda Guerra Mundial era outro e um tempo de abertura democrática já era projetado. Não obstante, o endosso de um conjunto de estigmas por parte da polícia política em relação às Testemunhas de Jeová manifestara-se de forma mais radical justamente no período inicial da guerra. Naquele momento, o fato de um cidadão ser estrangeiro (alemão, em especial) e Testemunha de Jeová, funcionou como elemento negativo para a composição de seu perfil ideológico. Esta situação pode ser constatada em uma carta do alemão John Stein, responsável pela distribuição das publicações das Testemunhas de Jeová impressas nos Estados Unidos, e distribuídas no Brasil. Nesta, Stein afirma que em 1943 fora detido em Cruzeiro (SP), sob a suspeita de ser adepto do Eixo. Naquela ocasião, foram apreendidos dele diversos livros de literatura e Bíblias – para ele de inestimável valor. Em sua defesa no momento, Stein afirmava que, para a polícia, aqueles impressos nada mais eram que propaganda religiosa, sem interesse para a Segurança Nacional¹²⁹.

Nathaniel Alston Yuille, representante da Sociedade Torre de Vigia, em defesa de Stein, escreveu para as autoridades policiais. Sua carta constituía um forte libelo anticlerical e anti-fascista, pois reiterava a idéia de que João Stein era apenas um ministro cristão treinado para o ensino da Bíblia, mas que ele estava empenhado contra a combinação da Igreja Católica e de Hitler em combate às Testemunhas.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Relatório de investigações de João Amoroso Netto, delegado adjunto, sobre o alemão João Stein, Superintendência de Segurança Política e Social, São Paulo, 23/08/1943. *Pront. 11377 – João Stein*, DEOPS/SP, APESP.

SOCIEDADE
TÔRRE DE VIGIA
DE BÍBLIAS E TRATADOS
(WATCH TOWER BIBLE & TRACT SOCIETY)

ESCRITÓRIOS GERAIS
WATCH TOWER BIBLE
AND TRACT SOCIETY
177 ADAMS STREET
BROOKLYN NEW YORK
U. S. A.



BRASIL
Rua Licínio Cardoso, 330
Telefone 48-5829
Caixa Postal 1319
End. Teleg. «Watchtower»
RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1942.

A QUEM POSSA INTERESSAR

The Watch Tower Bible & Tract Society (Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados) de Brooklyn, Nova York, com escritório filial à Rua Licínio Cardoso, 330, Rio de Janeiro, é uma organização caritativa legalmente incorporada sob as leis dos Estados-Únidos e propriamente registrada no Brasil. Seu trabalho e o dos seus representantes é exclusivamente pregar o Evangelho de Jesus Cristo segundo ensinado na Bíblia Sagrada. Não é de maneira alguma comercial ou política.

Snr. João Stein é um ministro cristão fazendo bem ao povo em ensiná-lo a Bíblia. Como cristão, e uma das testemunhas de Jeová, ele está oposto a toda iniquidade, particularmente a combinação totalitária de Hitler conhecida como as potências do Eixo, que desafia a Deus, proíbe o estudo da Bíblia Sagrada e persegue as testemunhas de Jeová.

Embora naturalmente um súbdito de uma potência inimiga, como verdadeiro cristão, ele está inteiramente fora de simpatia com as potências do Eixo nos seus esforços de apoderar-se da dominação mundial, e não tem nada que ver com política. Os cristãos conhecidos como as testemunhas de Jeová, das quais ele é uma, são odiadas e cruelmente perseguidas em todas as países dominados pelos nazistas, especialmente na Alemanha.

No Brasil há agentes nazistas religiosos, quinta-columistas, que falsamente acusam as testemunhas de Jeová de serem subversivas porque eles próprios estão sendo expostos pelas publicações desta sociedade.

Esta Sociedade terá prazer em fornecer informações suplementares se forem desejadas.

Atenciosamente,

*Sociedade Torre de Vigia
de Bíblias e Tratados*
pp. Nathaniel Alston Yuille
Nathaniel Alston Yuille.

"S. S." 27/2/84-6	
50633	25

Carta "A quem possa interessar", de Nathaniel Alston Yuille, representante da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados no Brasil. Rio de Janeiro, 15/09/1942. Dossiê N.º. 50-G-033 (001), DEOPS/SP, APESP.

Seu argumento vai mais além, na medida em que ele afirma que a perseguição às Testemunhas era feita em todos os países dominados por Hitler. Com efeito, ele acabava por atacar as autoridades brasileiras, que estavam supostamente agindo em consonância aos princípios nazistas. Yuille afirma ainda que, ao contrário do que suspeitava a polícia, Stein era um alemão inteiramente contrário aos destinos de seu país, pela sua nulidade em política. Apresenta, por fim, o argumento de que no Brasil realmente existiam agentes nazistas religiosos, mas que eles eram

“quinta-colunistas que, falsamente acusam as Testemunhas de serem subversivos pois eles próprios estão sendo expostos por nossas publicações¹³⁰”.

Era uma referência à Igreja, demonstrando a efetivação do argumento recorrente por parte das Testemunhas de Jeová, que procuravam associar sua perseguição em todos os países em que atuavam, como sendo uma maquinação da Igreja Católica com o Estado, para reprimir aqueles que os denunciavam.

Podemos aventar a possibilidade de que a mentalidade católica das autoridades policiais, muitas vezes, teria funcionado como um filtro, impedindo a circulação de idéias nocivas à “ordem” católica. Sob este prisma avaliamos um relatório de investigação datado de 1955 que reconstitui as raízes históricas das Testemunhas de Jeová e sua atividade desde os Estados Unidos. Enfatiza também que seus princípios chocavam-se com aqueles defendidos pela Igreja Católica. Tal percepção reforça a idéia de que a Polícia Política tinha uma visão pré-concebida da Sociedade Torre de Vigia. Tanto assim que a passeata realizada em 1939 “em repúdio a religião católica”, recebeu o seguinte comentário policial: “*de tudo fazem para conseguir catequizar o maior número de adeptos*¹³¹”. Novamente surgia na lógica policial a associação do que não era católico como sendo subversivo.

¹³⁰ Carta “A quem possa interessar”, de Nathaniel Alston Yuille. Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (Watch Tower Bible & Tract Society). Rio de Janeiro, 15/09/1942. *Dossiê 50-G-033*, DEOPS/SP, APESP.

¹³¹ Relatório nº 20 de investigações em torno da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados – Testemunhas de Jeová. Superintendência de Ordem Política e Social. São Paulo, 12/08/1955. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.

IV – TEMPOS DE AUTORITARISMO, TEMPOS DE DEMOCRACIA

4.1 – Em defesa da democracia.

“A maior parte da imprensa norte-americana ou fica em silêncio ou fala de modo sarcástico sobre as Testemunhas de Jeová, como se fossem criminosos, e isso é feito por instigações dos influentes ligados com a imprensa pública, os quais agem sob a direção da Hierarquia Católico-romana.

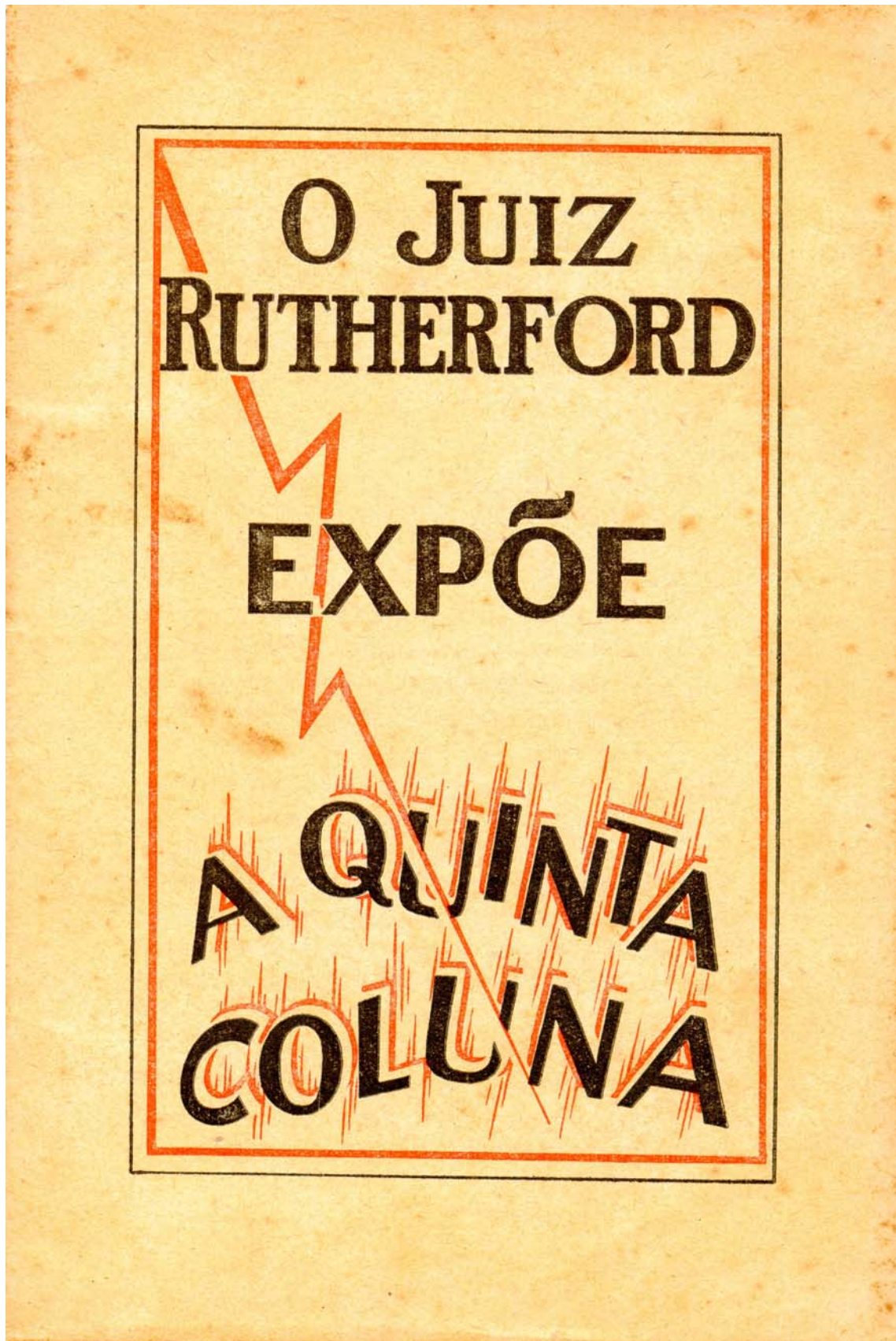
(...) Os distúrbios que nos acometem não se fazem por causa do espírito marcial da América. A organização militar na América não está interessada em obrigar as crianças escolares ou a outros a saudar a bandeira. (...) Isso, naturalmente não passa de uma idolatria – um espécie de “idolatria glorificada”. A Hierarquia apoderou-se da decisão do Supremo Tribunal dos Estados atinente à saudação da bandeira, e aqui, na terra da liberdade, querem desacreditar às Testemunhas¹³².”

Os excertos acima estão presentes no livreto *O Juiz Rutherford expõe a Quinta Coluna*, que circulou no Brasil em 1940. Nesta publicação, é reproduzida uma entrevista que Joseph Rutherford deu a diversos órgãos de imprensa norte-americanos em Nova Iorque, por conta da repercussão de suas publicações e da ação das Testemunhas de Jeová em vista da guerra.

Em nossas análises, esta foi uma das primeiras publicações da Sociedade Torre de Vigia a dedicar abertamente parte de suas páginas não apenas ao anticlericalismo e o anti-fascismo, mas sim à defesa do modelo democrático de governo norte-americano, assim como a Constituição daquele país. Poderia parecer paradoxal, se lembrarmos que foi nos Estados Unidos que teve início a perseguição às Testemunhas e onde Rutherford e seus colaboradores foram presos, no final da década de 1910. Não obstante, desde então a justificativa desta perseguição reside na ação da hierarquia da Igreja Católica do país, que se especializara em uma espécie de “cruzada contra as liberdades¹³³”.

¹³² Joseph Franklin Rutherford, *O Juiz Rutherford expõe a Quinta Coluna*, New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1940. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP, p. 13.

¹³³ Idem, p. 30.



Joseph Franklin Rutherford, *O Juiz Rutherford expõe a Quinta Coluna* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1940. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

Assim, neste livreto, a argumentação do líder da Sociedade sugere que a campanha de difamação das Testemunhas norte-americanas contava com a ação do clero católico que, por sua influência junto às corte de justiça do país, expulsava filhos de Testemunhas de Jeová das escolas públicas e mandava outras para a prisão por não participarem do Exército ou por não jurarem a bandeira norte-americana.

As autoridades norte-americanas pareciam excluídas da autoria da perseguição, que era imputadas, unicamente, à Igreja:

“Os Estados Unidos foram estabelecidos como uma nação cristã, não como uma nação religiosa. Esta foi estabelecida por homens que amavam a Deus e ao seu Reino, e que oravam e agiam pela justiça. O Tribunal Supremo dos Estados Unidos declarou explicitamente no caso *Igreja vs. Estados Unidos*: ‘Essa é uma nação cristã’. Outras decisões apóiam esta conclusão. Os escritores da lei fundamental assim o declaram. Entretanto qual é a situação hoje? Toda nação debaixo do Sol é contra Jeová e contra Cristo Jesus, seu Rei.

(...) Os Estados Unidos, com as outras nações, estão caminhando para a pior tribulação que tiveram até agora, e os mais repreensíveis por acarretarem essas condições aos Estados Unidos são os componentes da Hierarquia Católica-romana, os quais pretenderam hipocritamente representar a Deus, quando, na verdade, representam ao Diabo¹³⁴.”

Em outro trecho, Rutherford caminhava mais além em seu argumento: denunciava a “quinta coluna” composta pelo clero católico e afirmava que as igrejas espalhadas pelo território norte-americano haviam constituído verdadeiros quartéis e arsenais de armas, prontos a abastecer uma revolução autoritária dentro do país:

“A Hierarquia edificou imponentes e custosos edifícios por todos os Estados Unidos. Ela é uma organização militar. Em seus porões ou criptas tem depositado grande quantidade de fuzis e munições prontos para agir contra todos os oponentes em tempo determinado, sendo que seus adversários estão classificados como os que publicam a verdade sobre ela, e também, todos os que ficam ao lado da liberdade na América¹³⁵.”

¹³⁴ Idem, pp. 16 e 17.

¹³⁵ Idem, p. 21.

As perguntas da entrevista acabaram caminhando para o tema do poder da Igreja dentro do território norte-americano e Rutherford permanece, publicamente, defendendo seu país. Não é possível afirmar, se ele fazia isso como uma tentativa de preservação da Sociedade Torre de Vigia às vistas da lei, ou se sua argumentação cumpria uma rigorosa tradição retórica mítica que acompanhava o discurso nacional desde a chegada dos peregrinos ingleses à América, no século XVII:

“A unânime Declaração de Independência feita pelos delegados do povo do Texas reunidos em convenção geral, em 2 de março de 1836, em seu primeiro parágrafo, condena o governo católico do qual se desligou e associa o despotismo com o sacerdócio – os dois inimigos eternos da liberdade civil, os favoritos sempre dispostos ao poder, e os instrumentos gerais dos tiranos.

No parágrafo terceiro, fala do ‘despotismo combinado da espada e do sacerdócio’. No parágrafo duodécimo, fala do governo católico: ‘ele nos nega o direito de adorar o Todo-poderoso segundo os ditames de nossa consciência; mantendo uma religião nacional que tem por fim promover o interesse temporal de seus funcionários humanos antes de que a glória do verdadeiro Deus vivo’.

Assim, os texanos que assinaram aquela Declaração eram Testemunhas de Jeová, que é aquele ‘verdadeiro Deus vivo’. Se aqueles texanos estivessem vivos agora, mostrariam ao Ministério da Justiça e ao FBI onde está localizada a ‘quinta coluna’ e quem são¹³⁶.”

Este sentimento de defesa patriótica das Testemunhas de Jeová resultaria em ações mais efetivas durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Dois anos após a entrada dos Estados Unidos da América na guerra (1941), a *Watchtower Bible and Tract Society* daquele país inaugurou a chamada “Escola de Gileade”, com o objetivo declarado de treinar missionários para serviço no exterior. Esta missão se estendeu especialmente no período pós-guerra.

O marco inicial de atuação destes missionários foi, não por acaso, a ilha de Cuba, para onde 12 missionários foram enviados. O trabalho das Testemunhas de Jeová naquele país iniciara-se em 1910. Em 1913, Charles Russell, então presidente da Watchtower, proferira ali um discurso. Em 1932, o novo presidente da referida

¹³⁶ Idem, p. 31.

sociedade, Joseph Franklin Rutherford, falara pelo rádio de Havana, sendo seu discurso transmitido em espanhol para a cidade.

As razões para a escolha daquele país não eram restritas à sua proximidade territorial da sede da Watchtower, mas era, segundo fontes oficiais da Sociedade, também devido ao crescimento do número e adeptos das Testemunhas de Jeová, que se apresentava lento naquelas terras, por conta do “alto grau de analfabetismo e o preconceito religioso” – característica esta que não foi devotada não somente à população da ilha, mas à América Latina como um todo¹³⁷. Não obstante, não podemos excluir o fato da ilha de Cuba carregar um grande peso na ideologia expansionista norte-americana, por conta da guerra com a Espanha em 1898 e o regime do protetorado que lá e estabeleceu a partir de então, por conta da emenda Platt¹³⁸.

Reforçando a estratégia de expansão da Watchtower na América Latina, em 1944, o presidente da Sociedade, Nathan N. Knorr e outros dirigentes da organização visitaram Cuba, Costa Rica, Guatemala e México. Este esforço teve prosseguimento nos dois anos seguintes, quando Knorr visitou 24 países da América Latina. Sua presença significou, muito além de mera cortesia e a realização de reuniões com as filiais, uma ação proselitista. Sua intenção era a de realizar grandes concentrações públicas, com o propósito de arregimentar novos adeptos para as Testemunhas de Jeová. Estes eventos tinham títulos propagandísticos e polêmicos – a exemplo de “Vindicada a soberania universal de Jeová” e “Um só mundo, um só governo”, ambas realizadas também no Ginásio do Pacaembu, em São Paulo, em 1944.

Com efeito, este esforço de expansão da *Watchtower* rendeu frutos. Só para se ter uma idéia do crescimento, Cuba contava, em 1936, com apenas 40 Testemunhas de Jeová. Dez anos depois, já eram mais de 1800 membros¹³⁹. Entremeio ao conflito

¹³⁷ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1993), p. 458.

¹³⁸ A “Emenda Platt” foi aprovada pelo Congresso americano pouco após a invasão de Cuba. Através dela, seriam estabelecidas as bases navais norte-americanas na ilha, limitar-se-ia a capacidade cubana de subscrever tratados ou contrair dívidas e se daria aos Estados Unidos o direito de intervir na ilha para assegurar a independência do país e manter a lei e a ordem. Cf. Gerson Moura, *Estados Unidos e América Latina. As relações políticas no século XX. Xerifes e Cowboys. Um povo eleito e continentes selvagens*, São Paulo, Contexto, 1990, p. 19.

¹³⁹ Idem. *Ibidem*.

mundial, a Watchtower pretendia fincar as bases para a sua definitiva expansão na América Latina no período pós-guerra. No momento que a América iniciava sua ofensiva em defesa da civilização ocidental e do Cristianismo, as Testemunhas de Jeová percebiam ser este um momento oportuno. A virada da guerra em favor dos Aliados e o avanço das relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina, alicerçavam o projeto imperialista norte-americano em todos os planos – inclusive religioso. Vendia-se a democracia como o regime de governo mais adequado, frente aos horrores do nazismo e do comunismo. Esta ideologia perpassava as publicações da Sociedade Torre de Vigia.

O processo de expansão de religiões oriundas dos Estados Unidos ganhara espaço a partir da década de 1920, momento em que o jornalista Antonio Torres insistia que a religião não era um movimento desprezado, mas sim uma estratégia norte-americana de arregimentação dos “corações e mentes” dos brasileiros: naquele período, os missionários protestantes eram denunciados como “precursores das esquadras americanas”:

“Essa súcia de vagabundos que aqui aportam, trazendo dos Estados Unidos dinheiro em abundância para fazer proselitismo norte-americano, encarregados de, com a capa de santarrões bebedores de whisky, fazer propaganda da expansão ianque. Através desses missionários virão depois os canhões¹⁴⁰.”

O temor do jornalista encontrou eco na Hierarquia Católica que, diante da sua reaproximação do Estado republicano oligárquico, bradava que o protestantismo acobertava a expansão imperialista dos Estados Unidos.

Na opinião do religioso Dom Aquino Corrêa, mentor da “concordata moral” que vigorou no governo Vargas, tratava-se a ação dos missionários protestantes de parte de um plano para estabelecer o protetorado norte-americano sobre a América Latina. Para este religioso, as missões protestantes norte-americanas nada mais eram do que um

¹⁴⁰ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de História)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 211.

desdobramento velado da “Doutrina Monroe”¹⁴¹. Prova disso, segundo ele, residia no fato de que essas missões não se fundiam com as de nenhuma outra nacionalidade. Apenas queriam impor seu corpo de crenças, pouco realizando de movimentos sincréticos com os cultos dos brasileiros.

D. Aquino Corrêa não estava sozinho ao reagir contra o protestantismo, cada vez mais crescente. O Cardeal Arcoverde condenara publicamente também a Associação Cristã de Moços. Criada em 1893 pelo americano Myron A. Clark, esta instituição tinha como sede o Rio de Janeiro e filiais em São Paulo, Porto Alegre, Recife e outras cidades do Brasil. O religioso católico fazia críticas à Associação por conta de sua associação com igrejas evangélicas.

Os anos 30 e a equidistância pragmática entre Brasil e Estados Unidos

A despeito das reações contrárias ao imperialismo norte-americano, nas décadas de 20 e 30, os Estados Unidos, possuindo mais da metade do ouro do mundo nos seus cofres, tinha diante de si uma perspectiva imensa de poder. Em apenas seis anos (1921-1927), os norte-americanos tornaram-se detentores de cerca de 35% das dívidas externas do Brasil. Todos os empréstimos que o Brasil tomou naquele período, tiveram como fonte a praça de Nova Iorque¹⁴².

Os anos 30, período de crise do Liberalismo, revelaram, segundo Maria Helena Capelato, um conjunto de críticas à democracia representativa parlamentar que caminhavam junto com o projeto de medidas de controle das massas sob Estados fortes, comandados por líderes carismáticos. Assim, ainda segundo Capelato, o Estado Novo,

¹⁴¹ Idem, *Ibidem*. Em 1823, um discurso do presidente Monroe fixou duas diretrizes, conhecidas daí por diante como “Doutrina Monroe”. Pronunciadas no contexto da restauração monárquica da Europa e das tentativas espanholas de reconquistar o poder que perdia em suas colônias americanas, a “doutrina” continha duas afirmativas fundamentais: 1. Os Estados Unidos não permitiriam a recolonização da América pelas potências européias; 2. Os Estados Unidos defenderiam o direito dos povos americanos à autodeterminação nacional. Cf. Gérson Moura, *op. cit.*, p. 74.

¹⁴² Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 214.

por exemplo, reverberava em solo brasileiro elementos difundidos pelo nazi-fascismo, cujo arsenal simbólico há muito eram pregados pelo catolicismo¹⁴³.

Neste período, então, o presidente brasileiro delineava uma “equidistância pragmática” entre as potências – Alemanha e Estados Unidos – em busca de benefícios comerciais¹⁴⁴.

Com efeito, em um famoso discurso de 1938, o presidente ditador Vargas mostrava-se preocupado com a ação expansionista dos Estados Unidos. A reação de indignação do embaixador norte-americano com as palavras do presidente brasileiro encontrou em Eurico Dutra e Góis Monteiro, ministros de Estado, uma boa base de apoio. Esta relação entre os militares brasileiros e o Departamento de Estado norte-americano representaria, a partir de então, uma fase de cooperação sistemática¹⁴⁵.

Em um momento de aproximação do governo brasileiro com os regimes totalitários da Europa e de afastamento da esfera de influência norte-americana, pode ser enquadrada a perseguição empreendida contra as Testemunhas de Jeová no Brasil. O aumento ou a diminuição da vigilância sobre este grupo acompanhou as idas e vindas das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos. Assim, ao final da década de 1930, observamos a maior ação policial sobre as Testemunhas, com a colocação das atividades da Sociedade Torre de Vigia na ilegalidade. Em 1944, no entanto, quando do final da guerra e das primeiras discussões sobre o restabelecimento da democracia no Brasil, as Testemunhas de Jeová já realizavam congressos em São Paulo, quando publicações eram novamente distribuídas ao público.

Ao iniciar-se a Segunda Guerra Mundial, os países da América Latina como um todo constituíam um campo de batalhas indeciso. Se de um lado, o comércio destes

¹⁴³ Maria Helena Rolim Capelato, *op. cit.*, p. 188.

¹⁴⁴ Neste ínterim, havia um entusiasmo dos germanófilos do governo Vargas com a propaganda ideológica do Nazismo, ao mesmo tempo em que os países da América Latina usufruíam de vantagens oferecidas pelo “comércio compensado” que faziam com a Alemanha: quanto mais produtos fossem vendidos àquele país, tanto mais o parceiro era obrigado a importar. Apesar de não gerar divisas e estimular a dependência econômica, os países latino-americanos que não possuíam divisas para financiar a vista suas importações, podiam livrar-se dos excedentes e obter certos produtos alemães em troca. Cf. Gerson Moura, *op. cit.*, p. 27.

¹⁴⁵ Zilda Márcia Gricoli Iokoi, *Intolerância e Resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, São Paulo, Humanitas, Itajaí, Univali, 2004, p. 376.

países com a Alemanha decaía, por conta do bloqueio naval britânico, as vitórias dos exércitos germânicos, por outro lado, sugeriam uma força irresistível, provocando divisões e reservas no campo das ações. Os nacionalismos autoritários que aqui floresciam guardavam alguma afinidade ou alimentavam pretensões imperialistas.

Os diagnósticos de Washington apontavam que as Américas Central e do Sul constituiriam ponto importante dos planos de dominação dos nazistas. Segundo Gerson Moura, além de católicas, estas áreas constituíam ainda “um campo de colonização potencial, em virtude dos alemães que viviam nessas regiões¹⁴⁶”.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o presidente Getúlio Vargas foi obrigado a reavaliar a política externa que adotara na década de 1930 – o “equilíbrio pragmático” de relações com os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha. Em 1941, a despeito das simpatias pró-Eixo das elites brasileiras, Vargas autorizou a construção de uma base militar norte-americana no Rio Grande do Norte. Em 1942, o Brasil ingressava na guerra ao lado dos Aliados, expressando sua fidelidade aos Estados Unidos¹⁴⁷.

Assim, desde o início dos anos 40, percebe-se também o aumento da presença cultural dos Estados Unidos na vida brasileira. Padrões de comportamento, expressões artísticas, modelos do conhecimento técnico e de saber científico passaram a fazer parte do cotidiano do país, bem como no conjunto dos países latino-americanos.

Este esforço de penetração foi observado também na invasão de missões de “boa vontade” oriundas dos Estados Unidos, cujo objetivo, ao menos declarado, era o de estreitar relações de cooperação com os brasileiros. Segundo Robert Payton, neste esforço “humanitário” residia uma ação filantrópica norte-americana que tinha um objetivo “não declarado” bem evidente: o bom samaritano do Norte não pretendia

¹⁴⁶ Gerson Moura, *op. cit.* p. 33.

¹⁴⁷ Além das bases no nordeste, o Brasil acabou por constituir um grande fornecedor de materiais estratégicos e enviou ao teatro de guerra cerca de 25 mil homens. De seu lado, os Estados Unidos forneceram equipamentos militares e nosso contingente recebeu treinamento em Fort Leavenworth. Além disso, os norte-americanos continuaram sendo nosso grande mercado de café e fizeram empréstimos, como com o *Export-Import Bank*, que financiou a construção de Volta Redonda – o que acelerou o desenvolvimento econômico e industrial do país. Cf. Leslie Bethell e Ian Roxborough, *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, São Paulo, Paz e Terra, 1996, p. 66.

entender determinada cultura, mas sim transformá-la, em direção ao mundo considerado civilizado, além de arregimentar rebentos¹⁴⁸.

A Watchtower inseria-se neste processo de expansão norte-americano, conforme seu “anuário” de atividades publicado em 1974. Neste documento, os diretores da organização reproduziam suas preocupações à época da guerra, quando da simpatia do Brasil pelas potências do Eixo. A associação, para os membros da Sociedade seria simples: enquanto país católico e receptor de um grande número de imigrantes alemães e italianos, o país inclinava-se à direita. Todavia, os redatores do anuário declaravam “com alívio” a mudança de posição do presidente Getúlio Vargas que havia sido um dos signatários da Declaração de Havana, de 1940; e que, logo após o ataque japonês a Pearl Harbor em 1941, enviara ao presidente norte-americano Franklin Roosevelt um telegrama de solidariedade¹⁴⁹.

É neste contexto que se inserem os livretos produzidos pelas Testemunhas de Jeová. Enquanto estratégia discursiva de defesa do regime democrático norte-americano, estas publicações apresentavam-no como *o melhor* para as nações do mundo e, em extensão, para seus “irmãos latino-americanos”.

Com efeito, fazia parte da retórica do discurso dos líderes das Testemunhas de Jeová um maniqueísmo simplista que separava, de um lado, os países ditatoriais, alinhados à Igreja Católica – a organização do “diabo”, e à perseguição às Testemunhas de Jeová que os denunciavam; e do outro, os “homens e governos “tementes a Deus e à justiça” – democracias do mundo não curvadas sob a influência do catolicismo romano e onde a liberdade de culto e de palavra estivessem garantidas. No livreto *Conspiração contra a Democracia*, por exemplo, cujo próprio título já se adequa a propagandear esta forma de governo, em ameaça por conspiradores à espreita – podemos perceber quais seriam estes dois lados:

¹⁴⁸ Robert L. Payton, “A filantropia como discurso moral” em Berlowitz, Donogue e Merand (org.), *América em Teoria*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993, p. 202.

¹⁴⁹ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1974), p. 62.

“Homens que amavam a Deus e a Justiça, recusando-se a ceder às tiranias religiosas e curvar-se diante de criaturas e coisas e adorá-las, lançaram os alicerces da república estadunidense. Esses fizeram escrever na lei fundamental de que todos os homens tem o direito inalienável de adorar a Deus segundo os ditames de sua consciência¹⁵⁰.”

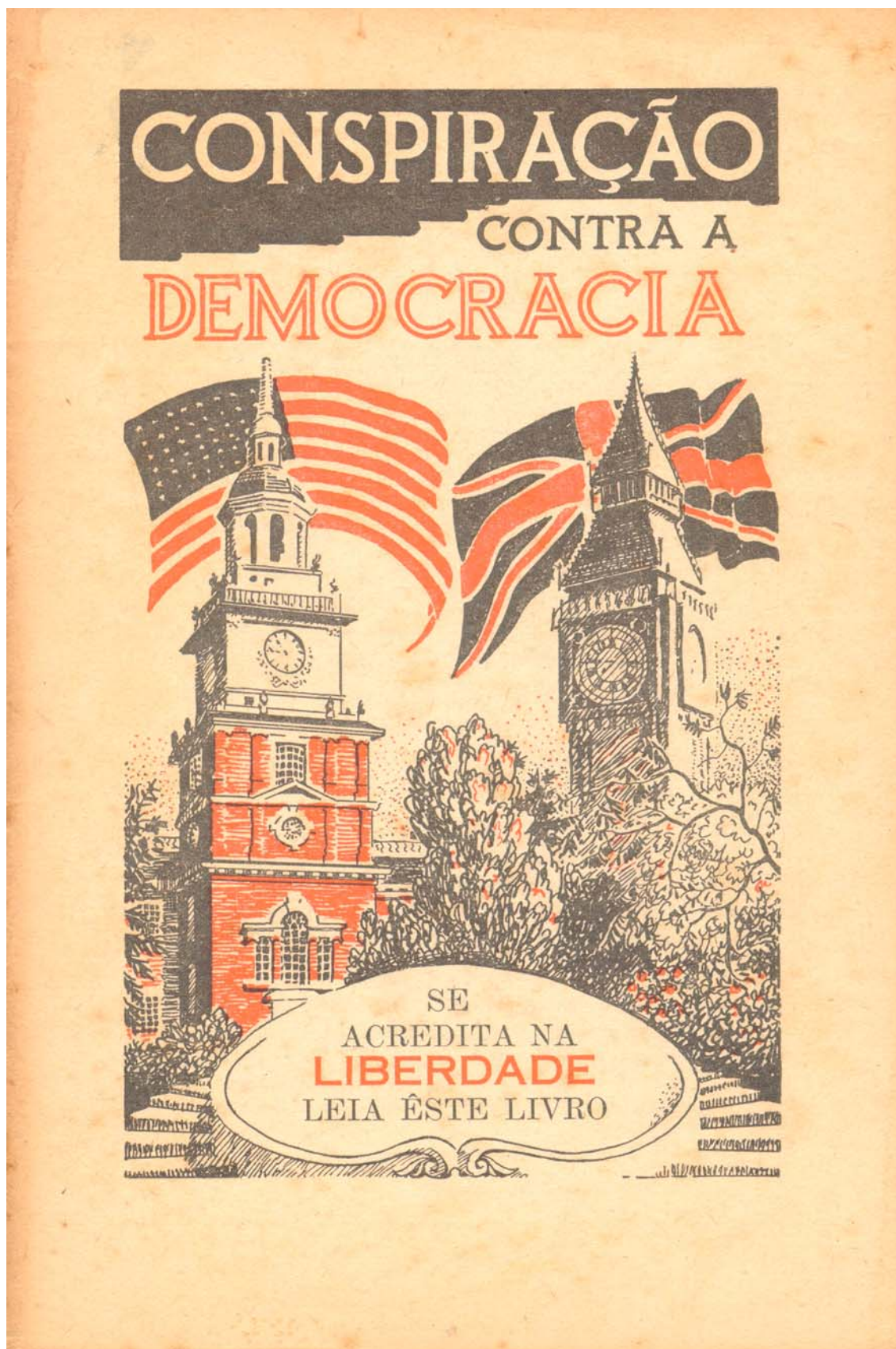
“A Hierarquia de autoridade sempre favoreceu e sustentou o Estado totalitário ou corporativo. Durante um período, esta organização retardou seu movimento para dominar o mundo, mas desde a Segunda Guerra Mundial, ela se tornou muito agressiva, e, ainda que pretende servir a Deus, a Hierarquia da autoridade se abaixa agora a todo o sistema ímpio de conquistar o mundo. A Hierarquia age de pleno acordo e conjuntamente com ditadores cruéis, incluindo Stálin, Hitler, Mussolini e outros de igual ambição política¹⁵¹.”

A capa deste livreto é esclarecedora sobre seu conteúdo. Na iconografia, toda elaborada em tons de azul, vermelho e branco – que encerravam os estigmas revolucionários burgueses iluministas – vemos um cenário dividido: do lado esquerdo, observa-se parte do prédio do Capitólio norte-americano. Acima dele, observa-se uma bandeira dos Estados Unidos a tremular ao vento; do lado direito, ofuscado pela vegetação e sem cor, observa-se o “Big-Ben” inglês. Acima dele, tremula a bandeira do Reino Unido da Grã-Bretanha. Unindo estas duas imagens, degraus de duas escadas contornam uma mensagem contundente da capa da publicação: “Se acredita na liberdade, leia este livro”. Colocada em termos condicionais, a publicação aponta que aqueles que não estivessem do lado democrático e ocidental do planeta, estariam aliados às ditaduras e governos totalitários do mundo. O destaque maior à imagem norte-americana deve-se, provavelmente ao regime presidencialista praticado nos Estados Unidos – mais democrático do que a monarquia parlamentar britânica.

Conspiração contra a Democracia apresentava um discurso do “juiz Rutherford”. Para ele, parecia que a solução para os males do mundo e a preparação do terreno para o “segundo advento” de Cristo, seria o fim da Igreja Romana e dos sistemas de caris totalitários, em favorecimento da democracia norte-americana.

¹⁵⁰ Joseph Franklin Rutherford, *Conspiração contra a Democracia*, New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1940. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP, p. 24.

¹⁵¹ Idem, p. 13.



Joseph Franklin Rutherford, *Conspiração contra a Democracia* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1940. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

Nesta publicação, é inquietante perceber, na lista de ditadores, supostamente irmanados com a Igreja Católica, os “outros de igual ambição política”. Quem seriam eles? No discurso exclusivista norte-americano, provavelmente incluir-se-iam todos os ditadores latino-americanos que foram também, sistematicamente, acusados de perseguir as Testemunhas de Jeová, por conta de um suposto conluio das forças do Estado com a Igreja Católica destes locais:

“Mussolini tornou-se católico e age junto com a Hierarquia, recebendo seu conselho do papa. Franco, um ditador católico, destruiu a república espanhola e agora uniu a igreja católica e o Estado na Espanha. França deixou de ser república e tornou-se estado totalitário católico. O Canadá cedeu à influência sinistra religiosa da Hierarquia e privou seus cidadãos da liberdade de reunião e da liberdade de adorar o Deus Todo-poderoso e de estudar sua palavra¹⁵².”

No modelo maniqueísta apresentado por Rutherford, apenas em realidades democráticas, as Testemunhas de Jeová encontravam liberdade para sua atuação, como no caso da Inglaterra e dos Estados Unidos – locais onde a Reforma Protestante fizera desaparecer a combinação religiosa e totalitária:

“A Inglaterra é a única que está firme, combatendo contra a combinação religioso-totalitária pelos direitos dum povo livre. A Inglaterra tem sido bondosa para com as Testemunhas de Jeová, e por essa bondade que demonstrou pode-se esperar que o Deus Onipotente lhe conceda algum favor especial na hora da terrível angústia.

(...) Aquele espírito de liberdade que penetrou nos fundadores dos Estados Unidos já pereceu, e hoje os políticos moles em posições de autoridade, com medo e tremor, cedem à Hierarquia iníqua e religiosa e aos seus aliados que destroem a liberdade de palavra e de reunião e a liberdade de adoração. Esse é o defeito da religião na América.

Homens tementes a Deus, tais como Wycliffe, Huss, Lutero e Knox, os quais foram todos sacerdotes da Igreja Católica e que, em virtude das injustiças naquele sistema, saíram e arrostaram a luta pela liberdade de adoração, iniciaram a grande reforma que tem sido uma bênção para a humanidade. Protestantes e políticos da América, esqueceste-vos da luta pela reforma que

¹⁵² Idem, p. 24.

aqueles homens de coração nobre venceram? Por que vos tornai coniventes na destruição dessa Reforma?¹⁵³”

Rutherford evocava os princípios fundamentais da República norte-americana em seu argumento de defesa das liberdades. Apresentava as Testemunhas de Jeová ao menos como um grupo oriundo do protestantismo e convocava à luta todos os americanos, em defesa de seus princípios políticos e religiosos mais fundamentais.

No final desta publicação, a defesa do discurso de nação se faz tão presente, que Joseph Rutherford deixa de lado o princípio anti-civil das Testemunhas de Jeová de não saudação aos símbolos nacionais e respeito a governos e leis constituídas¹⁵⁴. O argumento passa a ser outro: as Testemunhas só não respeitavam governos injustos, que violassem suas consciências e seu pacto com Deus:

“Daremos ao Estado o que é do Estado, e a Deus o que é de Deus¹⁵⁵.”

Com efeito, no Brasil as Testemunhas de Jeová enfrentaram muitos problemas com as autoridades. Em sua argumentação, qual era a posição que o governo brasileiro ocupava?

Na revista *Consolação* de março de 1930, as Testemunhas de Jeová acusavam as autoridades de São Paulo de “pactuarem com o Diabo para viturperar o nome de Jeová”¹⁵⁶, diante da morosidade oficial na lacração da placa de um veículo de som utilizado pelas Testemunhas.

Este conjunto de representações, somados à ação econômica dos Estados Unidos, desautorizava o modo de vida dos latino-americanos como um todo. Segundo Edward Said, esta estratégia fortalecia a identidade norte-americana e auxiliava na promoção da unidade interna ao opor norte-americanos e latino-americanos¹⁵⁷.

¹⁵³ Idem, pp. 24 e 25.

¹⁵⁴ Idem, p. 19.

¹⁵⁵ Idem, Ibidem.

¹⁵⁶ Revista *Consolação*, edição de março de 1939, p. 13, Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

¹⁵⁷ Edward Said, *Cultura e imperialismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 363.

A este respeito, Mary Anne Junqueira afirma que

“(…) ao voltar-se para a América Latina, olhava-se para tudo aquilo que estava abaixo do Rio Grande, sem perceber diferenças entre as várias culturas, descrevendo um mundo sem contornos definidos e sem entender a complexidade existente na região. O contraste estabelecido era o de um mundo civilizado, protestante e anglo-saxão ao Norte e um outro primitivo, católico, hispano-português, ao Sul¹⁵⁸.”

Em sua obra *Cultura e Imperialismo*, Said pontua a atuação dos meios de comunicação norte-americanos como extensões sensoriais do contexto cultural predominante. É neste nicho que se insere o discurso das Testemunhas de Jeová. Ainda para Said, seria como perceber como este “superego puritano” norte-americano perambula pelos vastos ermos e não conhece muita fronteira, percorrendo então, longas distâncias buscando conseguir o que quer¹⁵⁹.

Neste sentido, vale a pena elencar alguns dos elementos que compõe a retórica puritana e que embasam o expansionismo norte-americano, desde a conquista do Oeste. Tais fundamentos reaparecem no discurso das Testemunhas de Jeová e de sua congênere legal, a Watchtower estadunidense.

Enquanto seita apocalíptica, esta religião apresentava a história profetizada de forma pré-ordenada, na qual o triunfo do bem sobre o mal resultava de um plano divino. Ela era, assim, progressista. Os Estados Unidos, irmanados contra a iniquidade das “ditaduras católicas”, seria assim o agente deste milênio, segundo Nicolas Shumway¹⁶⁰. As publicações das Testemunhas de Jeová recuperavam estes ícones da cultura norte-americana. Os seguidores desta religião se apresentavam como “pioneiros” em meio à “iniquidade”. Afirmavam, em suas obras traduzidas para o português, serem eles o “povo eleito de Deus” e “companheiros de Jeová”, sendo por isso aqueles homens descritos no livro bíblico do Apocalipse como “a grande multidão”, que seria salva no dia do Juízo Final.

¹⁵⁸ Mary Anne Junqueira, *Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste Wilderness e Fronteira (1942 – 1970)*, Bragança Paulista, EDUSF, 2000, p. 275.

¹⁵⁹ Edward Said, *op. cit.*, p. 364

A atuação das Testemunhas de Jeová firmar-se-ia em levar a palavra de Deus a todos os cantos do mundo, todas as suas fronteiras, sendo seu objetivo fundar um refúgio de Deus nos “montes”, lugar santo em que Ele regeria seu governo de justiça, longe das desolações e sofrimentos do mundo terreno. Este, seria cheio de vícios e “controlado por Satanás e sua organização religiosa – a Igreja Católica Romana”¹⁶¹.

Inseridos nos recentes estudos da história norte-americana, os termos acima se confundem facilmente com a construção mítica dos Estados Unidos, cuja retórica reitera-se desde os “pais peregrinos” do século XVII. Este mesmo discurso, trazido pelas Testemunhas de Jeová, apresentava o Brasil como um país de proporções continentais, “gigante entre as nações de pessoas famintas pela verdade [religiosa]¹⁶²”, e similar ao *wilderness*¹⁶³ bíblico descrito no livro do Êxodo, no qual Moisés teria percorrido durante quarenta anos. Naquele momento, o líder do povo hebreu teria encontrado dificuldades e provações pelo deserto do Sinai, até sua chegada à Canaã – a Terra Prometida¹⁶⁴. Da mesma forma a “palavra de Deus” penetraria os vastos rincões do Brasil, “rumo ao oeste” do país. Isto pode ser comprovado até os anos 80, quando “pioneiros missionários” das Testemunhas de Jeová estabeleceram congregações de fiéis na região de Rondônia¹⁶⁵.

A despeito da perseguição sofrida nos Estados Unidos pelas Testemunhas de Jeová, pode-se afirmar que em nenhuma das inúmeras publicações das Testemunhas impressas em português e distribuídas no Brasil, surge uma argumentação que apresente o governo norte-americano como responsável pelo cerceamento da liberdade religiosa garantida em sua magna-carta. Pelo contrário, a causadora da perseguição às Testemunhas seria a Igreja Católica, definida como organização “aliada dos fascistas” e

¹⁶⁰ Nicolas Shumway, *op. cit.*, p. 225.

¹⁶¹ Testemunhas de Jeová, *Alegrai-vos, Ó nações*, New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1946. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP, p. 41.

¹⁶² Testemunhas de Jeová, *Anuário das Testemunhas de Jeová de 1997 com relatório do ano de serviço de 1996; também textos diários e comentários*, Cesário Lange, 1997, p. 125.

¹⁶³ A palavra *wilderness* é normalmente associada à idéia de local inóspito e que provoca sensações de vazio e desafio nos seres humanos. É empregada pelos norte-americanos para caracterizar o Oeste dos Estados Unidos, mas também áreas do globo ainda inabitadas, como a floresta amazônica do Brasil. Cf. Mary Anne Junqueira, *op. cit.*, p. 115.

¹⁶⁴ Mary Anne Junqueira, *op. cit.* p. 60.

“representante do governo do Diabo na Terra”¹⁶⁶. O povo da América, em oposição, sempre “afeito às liberdades, à democracia e à palavra ‘verdadeira’ da Bíblia”, teria na organização da hierarquia católica uma forte ameaça, já que o único interesse dela seria o de “apoderar-se do país e tirar todas as liberdades do povo”¹⁶⁷.

Podemos considerar que as Testemunhas de Jeová traziam consigo um conjunto de mitos da construção das fronteiras norte-americanas e das relações dos Estados Unidos com o restante do mundo. Desta forma, os proclames religiosos norte-americanos constituem uma das “pontas de lança” do projeto imperialista dos Estados Unidos em relação à América Latina e ao Brasil¹⁶⁸.

Neste sentido, recorde-se o francês e católico Aléxis de Tocqueville que, algumas décadas após a independência dos Estados Unidos percebeu a afinidade entre o sistema republicano de governo e a religião daquele país. O autor sublinhava já àquela época que, em vista do embricamento das duas esferas, “a religião devia ser considerada *a primeira das instituições políticas norte-americanas*”, já que, ao impor um rígido código moral, exercia forte influência sobre a sociedade, inibindo o desrespeito às leis e incentivando o patriotismo. Neste contexto, os missionários que, àquela época rumavam para o Oeste, portavam uma determinada fé mas eram, indissociavelmente, representantes de um sistema político específico¹⁶⁹.

De igual maneira, em recente análise sobre a atuação da agência governamental norte-americana “Corpos da Paz”, presente no Brasil a partir dos anos 60, Cecília Azevedo traça um panorama da tradição missionária norte-americana, inaugurada no século XIX¹⁷⁰. A despeito das posturas mais isolacionistas em termo de política exterior deste período, a autora considera que havia uma verdadeira obsessão dos Estados

¹⁶⁵ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1997), p. 168.

¹⁶⁶ Joseph Franklin Rutherford, *Fascismo ou Liberdade*, New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1939. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP, p. 17.

¹⁶⁷ Idem, *Ibidem*.

¹⁶⁸ Ronald Queiroz Fernandes, José Octávio de Arruda Mello e João Marcos Leitão dos Santos, “Cultura e religião no Nordeste: o caso do protestantismo”, em *Revista da UNIPE*, vol. VI, nº 1, João Pessoa, 2002, p. 77.

¹⁶⁹ Cecília Azevedo, *op. cit.* (2001), p. 116.

¹⁷⁰ Cecília Azevedo, *Em nome da “América”: Os corpos da paz no Brasil (1961-1981)*, Tese de Doutorado em História Social, São Paulo, Departamento de História/FFLCH/USP, 1999, p. 32.

Unidos em torno de seus propósitos nacionais. Por sua elevada moralidade cívica e política, além do desenvolvimento econômico e tecnológico, os norte-americanos julgavam-se eleitos que haviam recebido da Providência a missão excelsa de redimir os povos não democráticos e desenvolvidos do planeta.

A “América”, na análise dos discursos puritanos por Shumway, aparecia como a Nova Jerusalém, uma cidade santa que seria luz para todas as nações¹⁷¹. Para este autor, o que se via desde os puritanos era o mito do país que já supunha uma história e um futuro. Tanto esta história quanto este futuro estariam já enraizados no “Apocalipse”¹⁷². Reeditava-se de novo a construção do apóstolo João da “cidade santa”, para qual Deus levaria seu povo “eleito”.

Não seria equivocado transplantar este discurso para a ação expansionista norte-americana, percebendo seu imbricamento com a ação missionária das Testemunhas de Jeová.

Em seu artigo “Civil Religion in America” e em seu livro subsequente *The Covenant Broken*, Robert Bellah reafirma que os elementos comuns religiosos norte-americanos são compartilhados pela grande maioria dos americanos: através da noção de “Divina Providência”, Deus havia reservado uma missão especial para a América: o sentido de terra eleita, que deixava os norte-americanos com a “obrigação, tanto coletiva quanto individual, de realizar a bondade de Deus na Terra”. Assim, Bellah sugere em seu trabalho, cunhado pelo termo “Religião Civil” que, embora a nível consciente e superficial as religiões possam ter perdido adeptos, em nível inconsciente os americanos continuariam, ainda hoje, a aderir a um conjunto de símbolos e mitos nacionais cuja inspiração e sustentação são de natureza religiosa, daí expressando-se suas ações militares de intervenção em outros países do globo ou pela difusão de sua ideologia através de elementos da cultura¹⁷³.

Ao analisar a Segunda Guerra Mundial e os documentos produzidos sobre ela, Mary Anne Junqueira apresenta um artigo de autoria de Walter Lippmann, considerado

¹⁷¹ Mary Anne Junqueira, *Estados Unidos: a Consolidação da Nação*, São Paulo, Contexto, 2001, p. 32.

¹⁷² Nicolas Shumway, *op. cit.*, p. 222.

por muitos autores como um dos teóricos do “expansionismo norte-americano do século XX”, e publicado na revista *Reader’s Digest*. Neste, Lippman recuperaria o sentido de missão e a idéia de “povo eleito”, demonstrando a persistência destes ícones no imaginário norte-americano, tão caros a seu projeto expansionista, ainda mais em tempos de guerra:

“A América é enfim chamada a fazer aquilo que os fundadores e pioneiros sempre acreditavam ser a grande tarefa do Novo Mundo: fazer deste lugar onde a antiga fé pudesse reverdecer e florir, e a sua eterna promessa enfim ser redimida¹⁷⁴.”

Como se percebe, este não é um discurso anacrônico, mas sim de uso permanente, nos momentos em que a nação norte-americana necessita justificar sua ascensão sobre outros povos. Em meio à guerra, por exemplo, o país já assumia o posto de guardião da cultura ocidental e recuperava personagens emblemáticos, como os pais fundadores e os “pioneiros peregrinos” para justificar sua ação de liderança num possível bloco de países “democráticos” – frente às ditaduras e países “vermelhos” da órbita soviética. A constituição destes caminhos delineava, e mesmo já antecipava, o discurso empregado durante a Guerra Fria (1945-1991), do qual as Testemunhas de Jeová já participavam desde o final da década de 1930.

Não se pode creditar um ineditismo à ação das Testemunhas de Jeová em defesa do projeto imperialista norte-americano. Como pontua Gerson Moura, um conjunto de estratégias foram empreendidas pelo Departamento de Estado norte-americano ao final da década de 30 e início da década de 40, em diversos campos, com vistas à arregimentação de adeptos ao seu projeto de crescimento. Não obstante, devemos destacar o oportuno envio de missionários Testemunhas de Jeová às diversas partes do mundo trazendo uma mensagem de fácil apreensão em tempos de guerra: o conflito

¹⁷³ Robert Bellah, “Civil Religion in America”, em *Daedalus*, vol. 96, nº 1, Winter, apud Cecília Azevedo, *op. cit.* (2001), p. 127.

¹⁷⁴ *Revista Seleções*, dez. 1944, p. 111, apud Mary Anne Junqueira, *op. cit.* (2000), p. 170.

representava o Apocalipse descrito pelo apóstolo João na Bíblia. Com efeito, para Cecília Azevedo, nos Estados Unidos,

“(...) durante esta atormentada década, aumentou em 40% o número de membros de Igrejas, e a venda de Bíblias dobrou entre 1947 e 1952, período inicial da Guerra Fria¹⁷⁵.”

Paul Boyer, em seu livro *When time shall be no more*¹⁷⁶, analisa o universo milenarista e apocalíptico norte-americano e considera que, em vista da ameaça comunista e do tenso cenário do conflito bélico internacional proporcionado pela Segunda Guerra Mundial, a recorrência dos mais crentes às denominações que previam os anos 40 como o início do Juízo Final, aumentou, havendo intenso crescimento de “seitas” ou “igrejas” como as Testemunhas de Jeová, cujas publicações reiteravam a todo momento ícones como as “bestas do Apocalipse”, a “chegada do fim dos tempos”, o “segundo advento de Cristo” e o “Armagedon”.

As Testemunhas de Jeová não se distanciavam dos princípios em que se funda a cosmovisão protestante. Os membros pressupostos de racionalidade, ascetismo, utilitarismo, pragmatismo, eficiência, poupança e progresso que comandavam a “vocação protestante”, descrita por Weber¹⁷⁷, também estavam presentes em sua cosmovisão, comprovando pertencerem todos os grupos protestantes norte-americanos a uma mesma raiz.

Sendo assim, esta denominação religiosa, a despeito de seus princípios anti-civilistas (não prestação do juramento à bandeira e aos símbolos nacionais), constituía um agente de expansão da ideologia norte-americana muito eficiente. Prova disso é a presença, oficialmente despreendida, das Testemunhas de Jeová na Amazônia. Na análise da documentação policial, as autoridades do Ministério da Justiça não viam com

¹⁷⁵ Cecília Azevedo, *op. cit.* (2001), p. 114.

¹⁷⁶ Paul S. Boyer, *When time shall be no more: prophecy belief in modern American Culture*, Cambridge, Belknap Press of Harvard University Press, 1994.

¹⁷⁷ Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo, Martin Claret, 2002.

bons olhos a presença destes religiosos naquela área, considerada estratégica para o governo brasileiro¹⁷⁸.

Esta região sempre despertou no imaginário expansionista norte-americano uma grande cobiça. Durante a Segunda Guerra Mundial, este interesse era ainda mais específico, em virtude da borracha que estava sendo utilizada na indústria bélica. O próprio Nelson Rockefeller, diretor do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*¹⁷⁹, afirmava com nostalgia que ao olhar para a Amazônia era como se ele visse o Oeste americano do século XIX¹⁸⁰.

Pelo menos dois representantes de Rockefeller estiveram na Amazônia. O primeiro foi Earl Hanson, que era assessor do escritório em 1942. Hanson afirmava que a colonização do interior da América do Sul daria um novo fôlego ao mundo civilizado:

“Eu, me descubro confrontado a todo o momento pelo argumento romântico de que a conquista das selvas sul-americanas faria pelo hemisfério ocidental o que a conquista do oeste fez pelos Estados Unidos num período crítico¹⁸¹.”

J. C. King, o segundo enviado de Rockefeller, ainda no período da guerra, descreveu o seringueiro:

“A vida do seringueiro é a vida da fronteira distante, livre de todas as restrições morais e legais, uma vida de luta e violência – uma réplica, no século XX, do nosso Oeste selvagem¹⁸².”

¹⁷⁸ Relatório de investigações de Luiz Apollonio, assistente do “s.s.” do processo de investigações nº 329 sobre a Sociedade dos Estudantes da Bíblia, Departamento de Ordem Política e Social, São Paulo, 14 jul. 1949, *Dossiê 50-G-033*, DEOPS, APESP.

¹⁷⁹ Em 1940, percebendo o avanço das tropas do Eixo, o governo norte-americano criou um birô, destinado a coordenar seus esforços nas relações com a América Latina. Chefiado pelo jovem Nelson Rockefeller, esta super-agência chamou-se a princípio *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*. Um ano mais tarde, o nome foi simplificado para *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, pelo qual ficou conhecido até o fim da guerra. A atuação desta agência encerrou-se, oficialmente, em 1946, mas grande parte de suas atividades permaneceram ativas até 1949. Cf. Gerson Moura, *op. cit.*, p. 45.

¹⁸⁰ Gerard Colby e Charlotte Dennet, *Seja Feita a Vossa Vontade. A Conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*, Rio de Janeiro, Record, 1988.

¹⁸¹ Idem, p. 168.

¹⁸² Idem, *Ibidem*.

Este registro sobre o seringueiro não foi gratuito. Neste período, os Estados Unidos, dependiam da borracha do Brasil para implementar tecnologias da guerra. A borracha utilizada era antes importada da Ásia, Malásia britânica, Índias Neerlandesas, Ceilão e Bornéu (colônias inglesas, holandesas e francesas). Essas regiões haviam caído nas mãos dos japoneses, o que impedia o envio da borracha para os Aliados. Na época, o uso da borracha para fins civis foi restrito aos Estados Unidos, sendo quase toda sua produção direcionada para fins militares. Assim, a Segunda Guerra Mundial atraiu os olhares para a Amazônia, décadas depois do grande ciclo da borracha ter se esgotado no Norte do país¹⁸³.

As Testemunhas de Jeová participaram, ao menos fornecendo escoras religiosas, ao processo de implantação norte-americana na Amazônia. Este grupo religioso orgulhava-se de estar presente naquele local e de possuir uma grande congregação naquela área desde o ano de 1931. Com efeito, os novos fiéis eram abordados também de porta em porta – se é que isto era possível, lembrando que o transporte na região era, em grande parte, empreendido em pequenas embarcações. O estado do Amazonas, com suas amplas selvas, também se acha incluído em “toda a terra habitada” em que tinham de ser pregadas as boas novas do reino pelas Testemunhas:

“Naquele ano, 1931, organizou-se a primeira congregação nas selvas do Amazonas, em Maniquiri. Logo cresceu, chegando a ter setenta associados, inclusive muitas crianças, e, por algum tempo, era a maior congregação do povo de Jeová no Brasil. Para participar na pregação da boa nova, este grupo entusiástico ia de barco a remo diferentes povoados que margeiam o Rio Solimões e seus tributários¹⁸⁴.”

Como se vê, vai se esboçando um cenário, em que, segundo Pierre Bordieu, a religião cumpre uma função de conservação da ordem social e legitima o poder dos

¹⁸³ Gerson Moura, *op.cit.*, p. 42.

¹⁸⁴ Testemunhas de Jeová, *op.cit.* (1974), pp. 47 e 48.

dominantes e a “domesticação dos dominados”¹⁸⁵, neste caso, os latinos-americanos. Para Bordieu,

“(…) por todas essas razões, a religião está predisposta a assumir a função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário, o que só poderá se cumprir na medida em que possa suprir uma função lógica e gnosiológica consistente em reforçar a força material ou simbólica possível de ser mobilizada por um grupo ou uma classe, assegurando a legitimação de tudo o que define socialmente este grupo ou esta classe”¹⁸⁶.

Desta maneira, analisa Bordieu, a religião prestava-se ao duplo papel de: 1. Recobrir as divisões sociais em grupos de classes; 2. Revestir de valor simbólico uma determinada ação.

Sob este prisma avaliamos o embasamento ideológico que as publicações das Testemunhas de Jeová prestavam ao imperialismo norte-americano no Brasil, nos anos 30 e 40.

Neste sentido, recorreremos novamente a Edward Said, no momento em que o autor afirma que toda sociedade e tradição oficial defendem-se contra interferências com suas narrativas sancionadas. Estas adquirem, no decorrer do tempo, um estatuto quase teológico, com heróis fundadores, idéias e valores queridos e acalantados. São alegorias nacionais com um efeito inestimável na vida política e cultural. Dois destes elementos – os Estados Unidos como sociedade pioneira e a vida política americana como reflexo direto de práticas democráticas – permeiam o discurso emanado por todos os elementos da vida cultural e ações políticas daquele país no resto do mundo¹⁸⁷.

Assim, o discurso das Testemunhas de Jeová, de forma indissociável, apresenta a democracia norte-americana como a única arma frente ao clericalismo católico e seu conluio com os regimes ditatoriais do mundo e, por conseguinte, da América Latina e do Brasil:

¹⁸⁵ Pierre Bordieu, *A Economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 2003, p. 32.

¹⁸⁶ Idem, p. 46.

¹⁸⁷ Edward Said, *op. cit.*, p. 385.

“Ao passo de que todos esses irmãos deixaram uma Europa ameaçada pela ditadura militar nazista, encontraram no Brasil um país no meio de dois extremos. De um lado, estavam os católicos italianos, influenciados pelo fascismo e os católicos alemães, que desejavam aderir à causa nazista que pensavam fadada ao êxito, ao passo que, do outro lado, havia muitos que prezavam a democracia. Foi somente depois que os adeptos dos nazi-fascistas, então chamados ‘integralistas’ tentaram matar o presidente do Brasil, Getúlio Vargas, em 11 de maio de 1938, que o governo brasileiro abriu os olhos e viu a verdadeira fonte do perigo”¹⁸⁸.

O trecho acima apresenta a análise do momento que, para as Testemunhas de Jeová, uma ação em favor da democracia seria facilitada. Com efeito, como afirmamos no início deste capítulo, o peso cultural do imperialismo dos Estados Unidos foi mais visivelmente sentido a partir de 1940.

No excerto acima, o modelo dicotômico e maniqueísta é emanado do discurso religioso das Testemunhas de Jeová. Como uma profecia, este trecho demonstrava o “abrir os olhos” do governo Vargas em um momento não menos oportuno: o início da guerra e o ingresso do Brasil ao lado dos aliados. Neste sentido, a seita Testemunhas de Jeová exerce um papel fundamental na sedimentação do discurso democrático. Suas próprias assembleias tinham esta feição, ao passo em que seus membros participam de todas as discussões sobre estudos bíblicos e sobre “problemas da vida moderna”. Este debate era orientado pelas publicações norte-americanas que, em português, apresentavam os temas e trechos da Bíblia selecionados como oportunos aos interesses ideológicos dos Estados Unidos – ao contrário do formalismo e do ritualismo sacral imposto no culto católico, à época ainda realizado em latim pelo mundo, a serviço do Vaticano.

Segundo o clássico Tocqueville em *A Democracia na América*, a religião era – e ainda o é – para os americanos, a mais importante de duas instituições políticas, pois foi através dela que se tornou possível o exercício da verdadeira liberdade. A lei, dizia

¹⁸⁸ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1974), p. 50.

Tocqueville, “*permite ao povo americano tudo fazer*”. A religião, no entanto, “*o impede de tudo conceber e lhe proíbe de tudo ousar*”¹⁸⁹.

A liberdade política, responsável pelo estabelecimento de uma democracia na América, tinha assim na religião um de seus pilares, uma vez que era este o elemento decisivo na construção de costumes e de uma moral que orientavam o comportamento do povo norte-americano na criação de uma república democrática. Valores como estes foram emanados pelas mais variadas esferas da cultura daquele país, especialmente a partir do início da Segunda Guerra Mundial, e no decorrer do conflito. Não obstante, será no período pós-guerra, durante a reorganização da geopolítica mundial, que serão colhidos os frutos desta empreitada.

¹⁸⁹ Alexis de Tocqueville, *A Democracia na América*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1962, p. 225.

3.2 – A Sociedade Torre de Vigia no Brasil pós-guerra.

“Informações mais completas com respeito às bênçãos da paz, justiça e vida infindável na Terra sob o reino de Deus que se aproxima achar-se-ão no novo livro, lançado pela primeira vez aqui nesta Assembléia, intitulado ‘*O Novo Mundo*’¹⁹⁰.”

O excerto acima encontra-se publicado no livreto da Watchtower *Paz, pode durar?*, datado de 1942 e apreendido pelo DEOPS/SP como prova de subversão das Testemunhas de Jeová contra o governo brasileiro. Neles estavam expostas, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, as bases do rearranjo do mundo emergente após a derrocada das ditaduras totalitárias. Como a publicação reproduzia um discurso de Rutherford, noticiava o lançamento de um livro: *O Novo Mundo*. Um título revelador como este, refletia, com furor, a participação norte-americana no conflito e a virada do combate em favor dos Aliados. Em *Paz, pode durar?*, observa-se até uma profecia:

“Antes do Armagedon vir, mostram as Escrituras que tem de haver uma paz. Por conseguinte, é próprio que sejam considerados agora os problemas de tal paz. (...) Parece-me coisa salutar que em 1942 os homens estejam pensando em meios de obter a paz, e agindo de acordo com seus pensamentos – sim, mesmo agora, enquanto ainda não se ganhou a guerra¹⁹¹”.

Neste mesmo ano de 1942, um ministro de Estado brasileiro recebeu de presente uma caixa de Coca-Cola, juntamente com uma carta que dizia o seguinte:

“Em comemoração ao lançamento do famoso produto Pan Americano ‘Coca-Cola’, Coca-Cola Refrescos S.A. tem a subida honra de oferecer a V. Excia uma caixa de seu refrigerante. (...) esperamos que o mesmo constitua um elo de fraternidade entre as Américas¹⁹²”.

¹⁹⁰ Testemunhas de Jeová, *Paz, pode durar?*, New York, Watch Tower Bible and Tract Society, 1942. *Dossiê N.º. 50-G-033 (001)*, DEOPS/SP, APESP, p. 32.

¹⁹¹ *Idem*, p. 9

¹⁹² Gerson Moura, *op. cit.*, p. 72.

Seria este o “novo mundo” proposto na publicação das Testemunhas de Jeová?

A resposta não seria outra senão talvez. Novos tempos vinham do Norte; sopravam os ventos das mudanças. O principal fator por trás das alterações políticas na América Latina entre 1944 e 1946 foi, sem dúvida, a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Apesar das simpatias pró-eixo na região, após Pearl Harbor, todos os países da região, à exceção de Chile e Argentina, alinharam-se com os Estados Unidos e romperam relações com os países do Eixo. Com a derrota alemã em Stalingrado, ficou clara a ordem econômica e política internacional que imperaria com o fim da guerra e a posição hegemônica dos Estados Unidos que emergiria, levando os países da região a começar a fazer concessões internamente.

Consideradas as reivindicações populares e a tradição da política da América Latina, as manifestações pela liberalização dos regimes de governo autoritários e a implantação de democracias nesta região ancoravam-se na propaganda de guerra norte-americana em favor delas, que emergiam como símbolo máximo e de ressonância universal, sob o patrocínio do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA)*. Indiretamente, então, os Estados Unidos desempenharam um importante papel na democratização da América Latina. Sob o princípio de não intervenção de Roosevelt (“política da boa vizinhança”), os interesses americanos – econômicos e estratégicos – deveriam ser priorizados. Assim, no início da guerra, fossem democracias ou ditaduras, os Estados Unidos cooperaram com os países da América Latina, por meio de créditos, importações a preços favoráveis aos produtores e assistência militar *Lend-Lease* (empréstimo e arrendamento), com governos como o de Trujillo na República Dominicana, Somoza, na Nicarágua e Vargas, no Brasil. Ao final da guerra, no entanto, a política norte-americana começou a mudar sutilmente: na conferência de Chapultepec, realizada na Cidade do México em 1945, os Estados Unidos levaram os países latino-americanos a declarar uma “fervorosa adesão aos princípios democráticos”. Da mesma forma, Washington passou a desaprovar, em caráter público e oficial, “governos desacreditados”¹⁹³.

¹⁹³ Leslie Bethell e Ian Roxborough, *op. cit.*, p. 27.

No Brasil, na medida em que a guerra se dirigia para um desfecho em prol dos Aliados, o destino do Estado Novo era selado. Os Estados Unidos mostravam-se então mais incisivos em suas declarações de que tinham mais afinidade com as democracias do que com as ditaduras da América Latina.

Durante sua visita ao Brasil, em 1945, por exemplo, o secretário de Estado norte-americano Edward Stettinius, deu de presente a Vargas um rádio. Circulou o boato de que este presente fora dado para que o ditador se inteirasse do que estava acontecendo no resto do mundo¹⁹⁴.

Anos antes, refletindo uma vocação pela aproximação dos Estados Unidos na política externa do Brasil, o governo brasileiro passou a colaborar mais intensamente com o *Office* de Nelson Rockefeller. Em mais de uma ocasião, funcionários do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) trabalharam em projetos comuns com o escritório. O órgão brasileiro mostrava-se até mais brando na questão da censura dos filmes americanos: *O Grande Ditador*, de Charlie Chaplin, por exemplo, foi liberado com pequenos cortes apenas, apesar do discurso radicalmente democrático da cena final¹⁹⁵.

A cooperação entre nossos profissionais e os norte-americanos estendeu-se a diversos campos do conhecimento humano. Não obstante, neste momento, cooperação significava, em poucas palavras, que os brasileiros iam aos Estados Unidos para aprender e os americanos vinham ao Brasil para ensinar. Segundo Maria Ligia Coelho Prado, para os norte-americanos tratava-se de uma estratégia simples: para resolver os problemas e entrar pela rota contínua do progresso, bastaria que os latino-americanos seguissem o modelo de “civilização” que havia alicerçado a expansão norte-americana para o “seu” Oeste e que tinha no pioneiro e no *cowboy* os protótipos dos indivíduos empreendedores, capazes de pleno domínio da natureza¹⁹⁶.

¹⁹⁴ Idem, p. 68.

¹⁹⁵ Gerson Moura, *op. cit.*, p. 43. Foi neste mesmo período que o *Office* negociou com os estúdios Disney a criação de tipos que ajudassem a solidificar a imagem de uma solidariedade pan-americana. Assim nasceu o “Zé Carioca”, num desenho que se tornou famoso pelo apuro teórico e pela escolha perfeita do personagem em relação à sociedade que se pretendia expressar. *Alô amigos!* e *Você já foi à Bahia?* foram filmes emblemáticos neste sentido.

¹⁹⁶ Maria Ligia Coelho Prado, “Introdução”, em Mary Anne Junqueira, *op. cit.* (2000), p. 4.

O diagnóstico de que a América latina era uma região frágil e vulnerável criou o temor de que os inimigos externos, tanto o nazista no período da Segunda Guerra Mundial, quanto o comunista, à época da Guerra Fria, penetrassem, na América Latina e alcançassem os Estados Unidos. Neste sentido, a imagem do nazista, do japonês e do comunista estavam relacionados ao mal, a um mundo anti-cristão; e deles a América Latina deveria ser então “salva”¹⁹⁷.

Numa avaliação geral, pode-se dizer que o governo Vargas julgou inevitável a colaboração brasileiro-americana a partir do envolvimento dos Estados Unidos na Guerra e a guinada do conflito em seu favor. Não obstante, o ditador tratou de extrair dessa circunstância incontornável os melhores benefícios possíveis. Ainda assim, seu governo estava fadado ao ocaso, já que ao final do conflito não era mais disfarçada a simpatia norte-americana pela implantação de um governo efetivamente democrático no Brasil.

Este foi um fenômeno observado em toda a América Latina, onde os Estados Unidos empreenderam seus esforços mais significativos em favor da democratização. Este fenômeno foi observado justamente nos países antes rotulados de fascistas: Paraguai, Brasil, Bolívia e Argentina¹⁹⁸.

A democratização no Brasil do final da Segunda Guerra Mundial foi um fato concreto, mas as forças que o fizeram eram praticamente as mesmas que haviam dado sustentação ao Estado Novo. Segundo Leslie Bethell, esta democracia era “limitada na perspectiva e antipopular no caráter”. Ainda segundo este autor, o preço da democracia havia sido o controle dos sindicatos, a restrição à participação política – reservada ao eleitor urbano e alfabetizado; e a aniquilação da esquerda comunista¹⁹⁹. Assim, os mesmos nomes do Exército, da direita católica e da burguesia industrial, dariam sustentação a um novo regime de governo democrático.

A nova constelação política resultante da queda de Vargas, em 1945, e da subida ao poder do General Eurico Gaspar Dutra, em 1946, iria permitir uma identidade

¹⁹⁷ Idem, p. 274.

¹⁹⁸ Leslie Bethell e Ian Roxborough, *op. cit.*, p. 35.

¹⁹⁹ Idem, p. 102.

ideológica sem precedentes entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil. O novo pacto oligárquico que assumiu o controle das agências governamentais negou legitimidade aos conflitos sociais e muito cedo classificou as reivindicações sindicais e os programas nacionalistas como biombos de uma ação subversiva, de caráter comunista. Muito cedo, também identificou suas posições internas ao anticomunismo militante do governo americano, que então se polarizava ao poder soviético, na luta das potências. O governo Dutra muito cedo se definiu pela “defesa da civilização ocidental”.

Na Constituição de 1946, o TSE adquiria direitos de cancelar o registro de qualquer partido cujo programa fosse “contrário aos princípios democráticos”. Com efeito, em 1947, após o rompimento das relações diplomáticas Brasil-URSS, o TSE declarou a ilegalidade do PCB e os sindicatos foram cerceados de grande parte de sua independência. Restabeleceu-se o controle estatal sobre estas entidades e o Congresso aprovou a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de filiação ao PCB – em nível federal e estadual, além de todos os vereadores comunistas.

O discurso das Testemunhas de Jeová moldou-se também aos novos tempos. Se durante a guerra, a seita vindicava pela derrocada dos regimes totalitários e de apoio católico do mundo, após o conflito ela preparava terreno para um proselitismo mais efetivo, em que o “perigo vermelho” era reinterpretado como “novo” obstáculo. Não obstante, as publicações da Sociedade Torre de Vigia referiam-se à “luz” trazida pela democracia tirando das “trevas” as nações sob o julgo de regimes fascistas. Para eles, tratava-se de um primeiro, mas valioso, avanço:

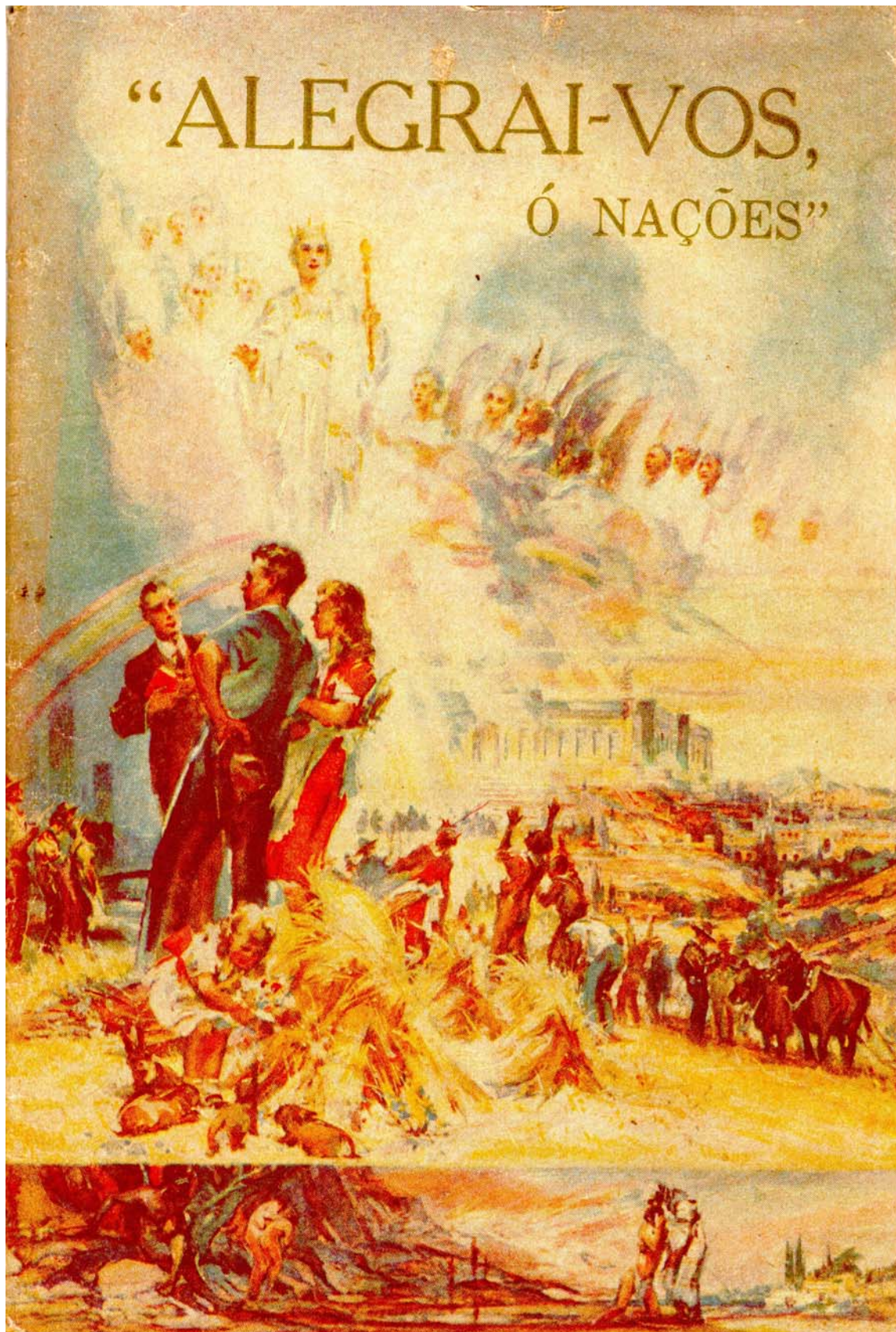
“Se alega que a derrota das principais potências totalitárias da guerra global refreou as potestades das trevas e fez que a luz penetrasse em muitas partes da Terra. Evidentemente, a luz referida é a luz que a democracia moderna pode dar. Por este benefício político os povos de mente democrática acham que as nações oprimidas devem alegrar-se e estar gratas²⁰⁰.”

²⁰⁰ Testemunhas de Jeová, *Alegrai-vos, ó nações!*, New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1946. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP. p. 3.

A publicação em que este trecho se encontrava apresentava, desde sua capa, uma mensagem sobre os novos tempos: *Alegrai-vos, ó nações!* apresenta uma iconografia em sua abertura de grande poder simbólico. Um novo momento parte do céu: uma espécie de figura celestial – supostamente Deus – está cercado por homens e mulheres. Todos estão vestidos de branco. “Deus” segura um centro e estende sua mão direita, numa espécie de bênção, sobre a Terra, onde se desenrola uma outra cena. Abaixo deste “céu”, do lado esquerdo, vemos um “publicador” das Testemunhas de Jeová doutrinando um fazendeiro (o que pode ser verificado por suas roupas e chapéu) e sua mulher, uma dona-de-casa (em muito similar ao protótipo de mãe projetado pelo *american way of life* – consumista, subserviente, cristã e moralista). Logo abaixo deles, vê-se uma criança – provavelmente filha do casal – brincando com flores e um grupo de pequenos animais. Todos os personagens são brancos nesta iconografia. Apresenta-se um projeto perfeito de família, sem rupturas. Este mesmo modelo seria aquele reproduzido pelo cinema norte-americano. Neste fragmento da imagem é possível ver ainda um outro grupo de camponeses, que observam, espantados, a cena que se desenrola ao alto (no céu), bem como ao arco-íris que faz a ligação com a cena à direita, e que anuncia um novo tempo. Do lado oposto, podemos ver outras pessoas – mais camponeses e tropeiros – erguendo as mãos para o céu em sinal de admiração.

Ao fundo, do lado direito, observamos uma cidade em um vale, com uma igreja ao centro e um prédio governamental (o que pode ser verificado pela existência de uma larga escadaria, colunas de estilo grego suportando o teto e uma cúpula – tal qual a feição do prédio do Congresso) ao fundo que, em sua fachada, ostenta uma tremulante bandeira norte-americana.

Há uma divisão horizontal na parte inferior da imagem, que separa o conjunto “céu-Terra” de uma espécie de “inferno”, que se apresenta abaixo. Ali, as cores são mais escuras e avermelhadas e as pessoas andam cabisbaixas. Parecem arrepender-se de algum ato praticado, pois caminham sem rumo e escondendo suas faces. Vemos ainda uma espécie de monstro com asas, do lado esquerdo. Tudo parece muito árido e triste.



Testemunhas de Jeová, *Alegrai-vos, ó nações!* (Capa), New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1946. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

Ao final da guerra, as Testemunhas de Jeová renovaram seus argumentos, abandonando, ao menos por enquanto, a idéia do “juízo final” iminente, já que a guerra No comunismo constituía-se o inimigo renovado em duelo, e o recado dos líderes da Sociedade Torre de Vigia era evidente: nas nações em que se realizaria a reconstrução com capitais norte-americanos, toda a atenção deveria ser devotada à questão dos operários e às péssimas condições em que viviam. Na retórica do discurso, subentende-se que este cenário seria o mais propício para a capilarização dos ideais propagados pelo comunismo. Nas áreas, portanto, de maior proximidade com a União Soviética, é que o governo norte-americano deveria atuar:

“(…) as nações se acham sujeitas a um pesadelo constante dos tempos do futuro. Há grande receio pelo aspecto das coisas que parecem estar para sobrevir ao mundo conforme a tendência irresistível dos assuntos do mundo. (...) Há oposição violenta dos operários organizados contra o capital e a administração. As nações vencidas, provando a amargura da derrota na guerra total, estavam confundidas pela sua queda e agora se sentem magoadas pelo golpe a seu orgulho nacional e alimentam vingança. Várias zonas inquietas da Terra exigem transigências políticas e o estabelecimento de comissões e fideicomissários internacionais. Fabulosas dívidas de guerra oprimem os governos, impondo às gerações de contribuintes a obrigação de pagá-las; e as desolações, lembranças horrendas da guerra e agressões, têm mister de décadas de tempo para reedificá-las. A pobreza, desemprego, ignorância, fome, carência, doenças, opressões, calamidades e morte ainda perseguem todas as partes da Terra. Na totalidade, a condição mundial nega que a nova ordem de pós-guerra reintroduziu as quatro liberdades prometidas (...). Por que, então, devem as nações e os povos regozijar-se mas agora que antes da guerra global de 1939 ou da Primeira Guerra Mundial de 1914.²⁰¹”

Neste momento, o Brasil, assim como a América Latina, não eram focos de grande atenção por parte dos Estados Unidos. Os soviéticos ainda não tinham a bomba atômica e nem uma força aérea de grande alcance. A América Latina parecia imune à agressão externa. Um exame realizado pela CIA dos objetivos soviéticos para a região, em novembro de 1947, concluiu que não havia possibilidade de um levante comunista na região. Em sua retórica pública, os Estados Unidos continuavam a apoiar a

²⁰¹ Idem, pp. 4 e 5.

democracia contra a ditadura na América Latina, mas pouco fazia para promover os princípios democráticos na região. Nas novas condições da Guerra Fria, a luta contra o comunismo no mundo inteiro tinha prioridade sobre os esforços em favor da democracia na América Latina. As democracias podiam ainda ser preferíveis às ditaduras, teoricamente, mas se estas se revelassem mais eficientes na luta contra o comunismo (e mais amistosas para com as empresas norte-americanas), poderiam ser preferíveis às democracias²⁰².

Além disso, a Guerra Fria e a postura internacional adotada pelos Estados Unidos reforçaram atitudes domésticas e guinadas à direita. No fim da guerra, diversos governos latino-americanos esperavam dos Estados Unidos ampliação do papel que haviam desempenhado durante o conflito, fornecendo-lhes capital a longo prazo para seu desenvolvimento. As reservas em libras esterlinas acumuladas pelos latino-americanos durante o conflito estavam sendo minadas pela valorização do dólar e governos como o de México, Brasil, Argentina e Chile pretendiam promover desenvolvimento econômico mediante a transferência de capital e de tecnologia, sobretudo norte-americana. No entanto, os Estados Unidos voltaram-se à Europa, com o Plano Marshall, a partir de 1947. Nenhum esforço fora destinado à América Latina, sendo que os Estados Unidos recusaram-se até mesmo a apoiar a criação de um banco interamericano de desenvolvimento. Conseqüentemente, em 1950, a América Latina era a única região do globo que não contava com um plano de ajuda dos Estados Unidos. Luxemburgo e Bélgica receberam mais do que a América Latina inteira neste período, mesmo se for contabilizado o “Ponto Quatro”²⁰³.

A reconstrução da Europa e os destinos da Ásia eram as grandes questões de interesse da atuação política externa norte-americana. Nesse quadro, a América Latina

²⁰² Leslie Bethell Leslie Bethell e Ian Roxborough, *op. cit.*, p. 222.

²⁰³ O “Ponto Quatro” era uma espécie de “primo pobre” do Plano Marshall, posto em marcha na Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial. O contraste entre o Plano Marshall e o “Ponto Quatro” era cruel: o primeiro dispunha de US\$ 3,1 bilhões, enquanto o segundo tinha US\$ 35 milhões disponíveis. O primeiro, emprestava e doava com vistas ao erguimento da economia industrial do Primeiro Mundo. O segundo, propunha-se a fornecer programas de assistência técnica e a desenvolver a exploração de matérias-primas nas áreas “atrasadas” do globo. Cf. Mary Anne Junqueira, *op. cit.* (2000), pp. 201-202 e Gerson Moura, *op. cit.*, p. 42.

ainda constituía importante aliada econômica, mas, politicamente, a região sentia um exercício tranqüilo dos interesses políticos norte-americanos. A América Latina continuaria a ser uma fornecedora de matérias-primas e receptora amável de capitais americanos²⁰⁴. Esta situação começaria a ser modificada apenas por volta dos anos 60, no governo de Eisenhower, especialmente como reflexo da vitória da revolução cubana em 1959. Com efeito, neste período o governo norte-americano finalmente concordou com o estabelecimento do BID e com a necessidade de promover a estabilização dos preços de produtos latino-americanos de exportação.

Imediatamente após a guerra, por força da pressão que sofria o governo de Vargas pela liberalização e as recentes iniciativas do presidente em dissolver o DIP, anistiar presos políticos e anunciar a convocação de uma nova eleição; em meio ao quererismo e à deposição de Getúlio, as Testemunhas de Jeová aproveitaram-se do momento também para clamar por maior liberdade de credo no país e pela legalização da Sociedade Torre de Vigia do Brasil, dissolvida em 1939, após o episódio com a divulgação do livreto *Fascismo ou Liberdade*.

Desta forma, em 1945 foi iniciada no país uma campanha de coleta de assinaturas para uma petição que seria entregue ao recém-eleito presidente Eurico Gaspar Dutra, petição esta que solicitava o direito de livre pregação e o reconhecimento da “Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados”, de acordo com a Constituição do país.

Inúmeros sacos com cartas chegaram à sede do governo federal no Rio de Janeiro. Nathan Knorr, novo líder mundial das Testemunhas de Jeová, eleito após a morte de Joseph Franklin Rutherford, em 1943, chegou ao Brasil com o propósito de realizar, no ginásio do Pacaembu, a assembléia *Um só mundo, um só governo*. Durante o encontro seriam efetivados batismos de conversos e anunciadas as estratégias para a sobrevivência das Testemunhas de Jeová no Brasil, visando seu reconhecimento legal pelo governo²⁰⁵. A partir da visita de Knorr, em outubro de 1945, a coleta de assinaturas se intensificou, reconhecendo que, em respeito às tradições características do Brasil, a

²⁰⁴ Idem, *Ibidem*.

Watchtower Bible and Tract Society “não devia sofrer restrições por parte das autoridades brasileiras em prejuízo da liberdade²⁰⁶”.

Neste abaixo assinado, havia espaço para 20 assinaturas em cada folha. No ínterim, todos os assinantes das revistas da Sociedade foram convocadas a escrever ao Ministro da Justiça, solicitando-lhe o reconhecimento legal da Sociedade e a concessão do direito dela continuar imprimindo *A Sentinela* e *Consolação (Desperta!)*. Sacos e mais sacos dessas petições foram entregues no palácio presidencial em abril de 1946. A petição trazia a assinatura de 44.411 pessoas.

O teor deste abaixo assinado é contaminado pelo ufanismo democrático, que tomou de assalto o Brasil e a América Latina no final da guerra, entusiasmo amplamente patrocinado pelo governo dos Estados Unidos, que pouco fazia para não constranger governos ditatoriais da região. Nas linhas do abaixo assinado, a palavra “liberdade” aparece por inúmeras vezes. Neste caso, ela é evocada como uma tradição do povo brasileiro – escamoteada durante a ditadura Vargas – e que emergia como um valor garantido pela Constituição, devendo, portanto, ser cumprida:

“Como brasileiros, tendo em mente as perenes tradições que são características do Brasil, cremos firmemente na necessidade de se assegurar a todas as pessoas a liberdade de crença, de adoração e de religião, conforme garantida pela Constituição atual. Ademais, estamos convictos de que a operação da Watchtower Bible and Tract Society está em harmonia com as provisões feitas pela Constituição e com o espírito de liberdade do povo, visto que representa valiosa contribuição para o melhor entendimento e a disseminação da Bíblia, assim contribuindo para o bem-estar do povo brasileiro, e, por esta razão, não deve sofrer restrições por parte das autoridades brasileiras em prejuízo da liberdade, mas suas publicações devem ter permissão novamente de circularem de forma livre. E também cremos que o estudo da Bíblia deve ser encorajado e estimulado²⁰⁷”.

A resposta da presidência viria em junho de 1947, quando a Sociedade Torre de Vigia pode ser registrada segundo fins estritamente religiosos. Este era o momento em

²⁰⁵ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1974), p. 66.

²⁰⁶ *Idem*, *Ibidem*.

²⁰⁷ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1974), p. 66.

que, segundo as Testemunhas, “por fim podia-se fazer a obra com uma sociedade legalmente registrada para apoiar as Testemunhas contra quaisquer outras interferências injustas por parte do clero²⁰⁸”. Este era o momento em que as Testemunhas de Jeová do Brasil acreditavam haver cessado a perseguição aos seus membros e a censura às suas publicações. Não obstante, ao longo das três décadas seguintes, localizamos no acervo DEOPS/SP, um conjunto de relatórios policiais, fotografias, periódicos e panfletos apreendidos como provas de subversão dos membros das Testemunhas de Jeová, por conta de suas crenças, consideradas “exóticas à nacionalidade²⁰⁹”.

O registro de atividades da Sociedade Torre de Vigia do Brasil foi concedido pelo governo Dutra em 1947. Embora tenha sido cassado dois anos depois, este ato sinalizava para um novo momento aberto para a atuação dos “pioneiros missionários” expressão que fazia referência aos crentes – norte-americanos e brasileiros – que viajavam pelo interior do país em forte campanha proselitista.

Em 1947, Nathaniel Alston Yuille, natural de Alabama – EUA, supervisor das atividades das Testemunhas de Jeová no Brasil desde 1936, assinava o primeiro “relatório mensal de serviço de campo” que atestava a presença, no ano anterior, de 1000 “publicadores” das Testemunhas de Jeová no Brasil. Em meio a um país de cultura tão diferente e tão marcado pelo catolicismo, o número era considerado um marco da atuação das Testemunhas no Brasil²¹⁰.

A despeito das “provações” que haviam passado no Brasil, Yuille afirmava que as bases de expansão das Testemunhas de Jeová no Brasil estavam plantadas. Na análise de suas palavras o que se percebe, ao final, é um recado de tutela da Sociedade Torre de Vigia no que tange à religião e à liberdade religiosa. Nesse sentido, as Testemunhas de Jeová evocam uma tradição norte-americana de “civilizar” os povos considerados inferiores, em especial, aqueles com maior proximidade geográfica. Este tratamento, como estudado por diversos autores, é recorrente nos discursos emanados dos Estados

²⁰⁸ Idem, p. 67.

²⁰⁹ Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia e *Dossiê N.º. 50-G-033 (001)*, DEOPS/SP, APESP.

²¹⁰ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1974), p. 70.

Unidos e resgata uma tradição oriunda da colonização puritana daquele país²¹¹. Se entendermos a religião segundo Bordieu em *A Economia das Trocas Simbólicas*, perceberemos que a reordenação do mundo que a religião provoca anula as “funções socialmente diferenciadas de diferenciação social” e de legitimação das diferenças, ou seja, ela recobre as divisões sociais em grupos ou classes²¹². Sendo assim, percebe-se um embricamento do discurso religioso com o político e o papel a que ele se presta, especialmente no momento em que ele se torna “ponta de lança” de um projeto de império, como o norte-americano. Passa a ser portador de uma legitimidade da prática democrática estadunidense enquanto modelo exemplar.

Se recorrermos à história dos Estados Unidos, perceberemos, nos pronunciamentos dos homens da política, a maneira como tudo “ao Sul do Rio Grande” é historicamente tratado. Esta tradição já encontra escoras na literatura. Um exemplo disso é *Nostromo*, de Conrad (1904), que é situado numa república independente da América Central (ao contrário dos cenários coloniais africanos e orientais de suas obras anteriores) e, ao mesmo tempo, dominada por interesses externos, devido às suas jazidas de prata. Para um americano contemporâneo, o aspecto mais atraente da obra é a presciência de Conrad: ele antevê a incontável insatisfação e os “desmandos” das repúblicas latino-americanas (governá-las, diz ele citando Bolívar, era como “arar o oceano”), e assinala a maneira própria da América do Norte de influenciar as circunstâncias de forma decisiva, ainda que quase imperceptível. Holroyd, o financista de São Francisco que dá respaldo a Charles Gould, proprietário inglês da mina de São Tomé alerta seu protegido: “Não seremos arrastados para nenhum grande problema” como investidores. Mesmo assim:

“(…) podemos sentar e olhar. Claro, algum dia interviremos. Estamos fadados a isso. Mas não há pressa. O próprio tempo teve de esperar no maior país de todo o universo de Deus. Estaremos ditando as regras para tudo – indústria, comércio, leis, jornalismo, arte, política e religião, do cabo Horn até Surith’s Sound, e também mais adiante, se algo quer valer a pena surgir no Pólo Norte. E

²¹¹ Luci Gatti Pietrocolla, *A Trajetória da Purificação: as Duplas Mórmons em São Paulo*, Dissertação de Mestrado em História Social, Departamento de História/FFLCH/USP, São Paulo, 1984, p. 5.

²¹² Pierre Bordieu, *op. cit.* p.31.

então teremos tempo de tomar as ilhas e continentes distantes da Terra. Conduziremos os negócios do mundo quer ele goste ou não. O mundo não pode evitá-lo – e nem nós, imagino eu²¹³.”

Ao lado de aceitar a dicotomia civilização e barbárie, as publicações editadas em nome da *Watchtower* (EUA) e da Sociedade Torre de Vigia (Brasil) estabeleciam uma oposição entre o bem e o mal, construindo representações sobre os inimigos. A propósito, uma das publicações pelas quais as Testemunhas de Jeová mais sofreram sanções e também mais ficaram conhecidas leva o título original de *Enemies* (Inimigos). Este livro, publicado em 1937 teve uma tiragem inicial mundial que extrapolou a cifra dos 2 milhões de exemplares. Valendo-se de metáforas e analogias, ela retoma o discurso maniqueísta das outras publicações da entidade: de uma lado postava-se a imagem da democracia, “bem vista aos olhos de Jeová”; do outro emergiam as trevas, a escuridão, as ditaduras e iniquidades e a “grande Babilônia”, identificação usada para se referir a Igreja Católica Apostólica Romana²¹⁴.

Publicações como estas, nada mais faziam do que evocar uma tradição discursiva norte-americana, que apresentava os povos de colonização ibérica como ignorantes e supersticiosos. Este já era o discurso de Thomas Jefferson em 1780, segundo Lars Schoultz²¹⁵. Da mesma forma, logo após a independência dos países da América Hispânica, o Secretário de Estado do Presidente James Monroe, John Quincy Adams, afirmava que não havia interesses ou princípios comuns entre a América do Sul e a América do Norte. Segundo Adams, que comentava uma crença comum entre seus contemporâneos, qualquer relação com os latino-americanos seria difícil porque “diferentes princípios governavam o comportamento daqueles homens²¹⁶”. John Quincy Adams baseava-se em seu pai, John Adams, que fez comparações grotescas e agressivas com relação à América Latina. Segundo ele “o povo da América do Sul é do mais ignorante, mais fanático e mais supersticioso de toda a Igreja Romana da Cristandade”.

²¹³ Apud Edward Said, *op. cit.*, pp. 17 e 18.

²¹⁴ Joseph Franklin Rutherford, *Enemies*, New York, Watch Tower Bible and Tract Society, 1937.

²¹⁵ Lars Schoultz, *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*, tradução de Raul Fiker, Bauru, EDUSC, 2000, p. 20.

²¹⁶ Idem, p. 21.

Adams concluiu, afirmando que era um absurdo pensar em democracia entre pássaros, bestas e peixes²¹⁷.

A noção de “civilização” foi particularmente importante na construção deste ideário. De um modo geral, a civilização norte-americana identificava aos valores do cristianismo protestante à economia capitalista e à concepção de um modelo e parâmetro para o conjunto do continente. Assim, constituía um dever moral da América protestante civilizar os povos atrasados (o mesmo que espalhar o cristianismo), livrando-os da barbárie católica. Desta forma a célebre frase do presidente Wilson, “eu me proponho a ensinar as Republicas da América do Sul a elegerem ‘homens bons’” não implicava apenas a convicção de que os Estados Unidos possuíam um padrão de “bondade” política, mas uma disposição de intervenção para assegurar uma identidade política, e também cultural, plausível aos seus olhos.

De maneira geral, pode-se afirmar, portanto, que a cultura foi acionada nos anos de guerra e, especialmente, no período posterior, como suporte ideológico de uma estratégia imperialista norte-americana. Nosso foco de estudo são as publicações das Testemunhas de Jeová/Sociedade Torre de Vigia do período e, como visto, elas também estão inseridas neste movimento. Entendendo cultura, conforme Said, enquanto a representação do “melhor de cada sociedade”, percebe-se a existência de uma identidade, muitas vezes associada, de forma xenófoba, à Nação ou ao Estado²¹⁸. Sendo assim, ela acaba se prestando ao papel de legitimador ideológico de um determinado projeto de poder.

No momento em que os Estados Unidos auto-proclamavam-se “Israel americana de Deus, cuja missão consistia em ser o curador de Deus no mundo²¹⁹”, dificilmente podia-se dissociar religião e cultura naquele país. Neste ponto, por fim, Said é emblemático: não se pode entender a importância da cultura e suas ressonâncias no império, se não conseguirmos compreender como ela cumpre seu papel

²¹⁷ Idem, p. 25.

²¹⁸ Edward Said, *op. cit.*, p. 13.

²¹⁹ Idem, p. 364.

“(...) sustentando de maneira quase imperceptível o consentimento para o qual, nas palavras de J. A. Hobson, ‘as forças egoístas que orientam o Imperialismo deviam utilizar as cores protetoras de [...] movimentos desinteressados’, como a filantropia, a religião a ciência e a arte²²⁰.”

Retomamos aqui um trecho do *Anuário de 1974* das Testemunhas de Jeová em que a ação dos “pioneiros Gileade” começavam a dar frutos aos “novos tempos” que o Brasil atravessava, sob influência direta dos Estados Unidos e governado, à época, pelos militares espalhados no poder com apoio do Departamento de Estado norte-americano. Nota-se que a região escolhida pelas Testemunhas como chave para demonstrar o “avanço das palavras de Jeová”, é justamente o norte do Brasil, idealizado como as profundezas de uma enorme – e rica – selva. Neste trecho percebemos a valorização do *self made man* que, por suas virtudes morais e valorização ao trabalho prático e frugalidade, reveste-se de uma áurea que o aproxima do Adão bíblico e, de forma indissociável, em agente da cultura norte-americana em meio ao *wilderness*:

“Agora já sabe como o crescimento da obra no Brasil foi impulsionado pelos esforços fiéis daqueles primitivos evangelizadores do Brasil (...), e então pelos missionários graduados na Escola Bíblica de Gileade da Torre de Vigia. Eles alcançaram todos os quadrantes do país. Por exemplo, nas profundezas da imensa selva amazônica, no estado do Amazonas, há 36 congregações, com um total de 890 publicadores, muitos dos quais viajam em seus barcos a motor e barcos a remo para visitar os pacíficos habitantes daquele estado. Na inteira região conhecida como Amazônia legal, que inclui também os estados do Pará, do Acre e os Territórios de Rondônia e Amapá, 73 congregações, com 1895 publicadores levam adiante a comissão divina de pregar a boa-nova e, nesta área também, há 42 pioneiros especiais que se ocupam em abrir novos territórios²²¹.”

²²⁰ Idem, pp. 43 e 44.

²²¹ Testemunhas de Jeová, *op. cit.* (1974), p. 87.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, tínhamos como hipótese de trabalho que a perseguição às Testemunhas de Jeová ocorrida em São Paulo a partir de 1939, resultava unicamente da reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro nos anos 30, acordo segundo o qual a Igreja apoiava Vargas, embasando ideologicamente seu projeto de poder e “sacralizando” sua figura. Em troca, a Igreja garantia privilégios em relação às outras formas de crença e monopolizava a educação – através do ensino religioso – e controlava os trabalhadores – através dos círculos operários. Naquele momento, então, Vargas operacionalizava a Polícia Política – no caso de São Paulo, o DEOPS, que passava a atuar, além dos grupos políticos, contra centros espíritas, igrejas protestantes e comitês pró-liberdade de consciência – grupos supostamente “subversivos” dentro do meio religioso e, notadamente, aqueles que se opunham abertamente à Igreja.

Não obstante, após a análise destas fontes policiais e com base em dados históricos sobre a atuação das Testemunhas de Jeová, foi possível perceber também que a perseguição institucional que ocorreu com elas em São Paulo e, arriscaria aqui dizer, em todo o Brasil e nos outros países que atuavam no período, resultou não apenas da “Concordata Moral” firmada pela Igreja com Vargas, mas também do panorama político do Brasil no fim dos anos 30 e início dos anos 40. O ferrenho anti-fascismo exposto pelas publicações da Sociedade Torre de Vigia, desmascarava líderes e expunha suas mais variadas técnicas de ação. Neste sentido, pode-se dizer que as publicações das Testemunhas de Jeová foram pioneiras na denúncia dos campos de concentração nazistas. Os avanços e recuos da força policial brasileira em relação a este grupo religioso no Brasil, no entanto, foi revelador da dúvida política externa adotada pelo governo de Vargas. Neste ínterim, ganharam espaço as relações diplomáticas do governo brasileiro com os Estados Unidos – este, interessado em implantar sua hegemonia na América Latina.

Como visto, analisado sob o prisma do anticlericalismo, as publicações da Sociedade Torre de Vigia, compartilhavam no Brasil de um conjunto de repertórios

comuns especialmente aos anarquistas que, através de jornais como *A Lanterna*, davam voz às suas queixas da extensão do poder da Igreja para além de seus muros e em consonância com o poder.

Sob o viés religioso, justifica-se a afirmação de que a dissolução e as prisões de Testemunhas de Jeová em agosto de 1939 podem ter tido participação direta de membros do clero católico paulista, sob a justificada alegação de que a publicação distribuída na passeata, *Fascismo ou Liberdade*, fazia críticas cortantes à Igreja e colocava o papa no mesmo patamar dos grandes ditadores do mundo e mais, como um dos grandes responsáveis pelo Holocausto e pelo envio de Testemunhas de Jeová, e também judeus, aos campos de extermínio. Este episódio teria sido o mote da campanha engendrada pela Igreja no sentido de banir as Testemunhas de Jeová do Brasil, campanha que, como visto, chegou aos jornais, associando a Sociedade Torre de Vigia à maçonaria e ao judaísmo, organizações mal quistas por grande parte da sociedade brasileira nas décadas de 30 e 40, por sua suposta ligação ao comunismo.

Não obstante, as Testemunhas de Jeová foram acusadas no Brasil de anarquismo e de nazismo. Por mais paradoxal que estas denúncias pudessem parecer, elas são reveladoras: na opinião das autoridades policiais, qual era o real crime político das Testemunhas de Jeová? Com efeito, a documentação arrolada para as mais de 20 pessoas presas em São Paulo em 27 de agosto de 1939, não possuem nenhuma acusação. Mais ainda: em um comunicado secreto de 1949, um agente reservado do serviço secreto do DEOPS/SP afirmava que, teologicamente, as autoridades brasileiras nada tinham a opor em relação às Testemunhas. Sua ameaça residia no fato de que suas publicações podiam ser mal utilizadas por pessoas sem escrúpulos e sem respeito às autoridades.

A legalização da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, em 1947, foi resultado de uma manobra política. Enquanto missionários e transmissores da “política de boa vizinhança” e do *American Way of Life*, ações político-diplomáticas de Washington permitiram a concessão do registro às Testemunhas de Jeová do Brasil pelas autoridades do governo Dutra. Em 1949, no entanto, no acirramento da Guerra Fria, e quando os esforços norte-americanos estavam concentrados na reconstrução da

Europa e na contenção do comunismo naquela região, não parecia claro às autoridades brasileiras se as Testemunhas de Jeová, com suas crenças universalistas e de não reconhecimento aos governos mundanos, pertenciam ou não aos “vermelhos”. Não por acaso, neste ano a Sociedade Torre de Vigia perdeu novamente seu registro de atividades, sendo obrigada a transferir a impressão de suas publicações novamente para os Estados Unidos.

Sendo assim, é possível afirmar que em momentos de vigência democrática no Brasil, as Testemunhas de Jeová puderam desenvolver sua evangelização, registrando inclusive crescimento no número de membros. Após pesquisarmos nos registros do DEOPS/SP, percebemos que foi, notadamente durante as duas ditaduras brasileiras (1937-1945 e 1964-1985) que este grupo religioso foi processado e teve suas reuniões investigadas e suas publicações censuradas, ou simplesmente confiscadas. Não por acaso, a participação da Igreja Católica nestes momentos de cerco às Testemunhas foi crucial, pois a retórica religiosa justificava, àquela altura, que as crenças desse grupo eram incompatíveis com a religião brasileira – no caso, a católica. Demonstra também que seus princípios bíblicos fundamentalistas eram criticados sob a acusação de ignorarem grande parte dos dogmas católicos, o que, por si só, já justificava, nas palavras de Dom Agnelo Rossi, secretário nacional de defesa da fé em 1941, a intervenção do Tribunal de Segurança Nacional, por crime de “comunismo”.

Aos governos de feição autoritária interessava este clima de tensão religiosa criado, pois a Igreja Católica, enquanto aglutinadora das massas, colaborava para a construção de um imaginário coletivo em que o comunista se identificava com o demônio, símbolo do mal. Assim, as formas de crença contrárias ao regime tornavam-se também, automaticamente, heresias religiosas. Sob esta ótica, preconizava-se metaforicamente que “quem fugisse de Roma seria devorado por Moscou”.

O que se confirma, portanto, à luz dos registros policiais é que uma das formas de legitimação do governo de Getúlio Vargas residiu no pacto firmado entre a Igreja Católica e o Estado, configurado pelo uso da educação como inculcador ideológico. Ao longo de mais de uma década, o governo Vargas foi construindo um saber que representava a erradicação das ideologias “dissolventes” – anarquismo e comunismo,

mas também protestantismo, espiritismo, judaísmo, etc. Constituía-se de fato, o processo pelo qual a ordem simbólica assegurava a ordem política, imprescindível ao Estado em momentos de crise e perda de hegemonia, como ocorreu durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Desta forma, a perseguição às Testemunhas de Jeová a partir de 1939 justificou-se: *no plano religioso*, pela divulgação de idéias anticlericais, que encontravam ressonância nas críticas oriundas de grupos anarquistas e comunistas, idéias estas dissolventes do esteio ideológico da sociedade brasileira; *no plano político*, pelo combate verificado entre as Testemunhas de Jeová, ao longo dos anos 30, aos regimes fascistas da Europa e às ditaduras dos diversos países do mundo – como a ditadura varguista do Estado Novo, que vigorava no Brasil quando da realização das prisões em 1939 e a primeira proscrição da Sociedade Torre de Vigia.

A despeito da perseguição às Testemunhas de Jeová nos Estados Unidos, verificada após a Primeira e durante a Segunda Guerra Mundial – justificada naquele país pelo não juramento à bandeira e a não prestação do serviço militar obrigatório – este grupo religioso pode ser encarado como um potencial agente da expansão da ideologia norte-americana e de seu projeto de poder na América durante e após a Segunda Guerra Mundial. Prova disso é a presença, oficialmente despreendida, de Testemunhas de Jeová na Amazônia. Na análise da documentação policial, as autoridades do Ministério da Justiça não viam com bons olhos a presença desses religiosos naquela área, considerada estratégica para o governo brasileiro. Nos sonhos dos norte-americanos, aquela área, ainda hoje, é fonte de fascínio e cobiça. Para as Testemunhas, em suas publicações, de um lado postava-se o discurso democrático e “bem visto aos olhos de Jeová”; de outro, estavam as trevas, a escuridão, as ditaduras e iniquidades e a “grande Babilônia” – a Igreja Católica Apostólica Romana; discurso este muito caro às autoridades norte-americanas.

FONTES

I) Policiais (Fundo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo):

Série Prontuários:

- 829 – Comitê Pró-Liberdade de Consciência.
- 1.553 – A Lanterna (Jornal).
- 3.742 – Carlos Teixeira.
- 7.278 – Carlos Solyon.
- 7.279 – Ernest Wauschkuhn.
- 7.280 – Arthur de Campos.
- 7.281 – Gregório Domingos Burgarim.
- 7.282 – Manoel Chico Ramos.
- 7.283 – Rosa Gasda.
- 7.284 – Antonio Grenhewski.
- 7.285 – Miguel Zawislack.
- 7.286 – Estevam Rossiz.
- 7.287 – Julia Molnar.
- 7.725 – César Dacôrso Filho.
- 7.911 – Erich Erbert.
- 11.377 – John Stein.
- 43.707 – Sociedade Torre de Vigia.
- 46.922 – Congregação do Verbo Divino (Missões Católicas).
- 48.921 – Federação Espírita Paulista.
- 64.994 – Alberto Eichman.
- 66.945 – José Rufino da Silva.
- 67.080 – Nathaniel Alston Yuille.
- 67.146 – Pedro Markovitz.
- 76.553 – Américo Csengori.
- 76.554 – Antonio Pires de Andrade.

76.557 – Julio Demeter.

76.559 – Antonio Ramos Cintas.

Série dossiês:

50 – G – 033 (001), Sociedade Torre de Vigia.

II) Livretos:

KNORR, Nathan N. *Um só mundo, um só governo*. New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1944. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

RUTHERFORD, Joseph Franklin. *Enemies*. New York: Watchtower Bible and Tract Society, 1937.

_____. *Aviso*. New York: Watchtower Bible and Tract Society, 1938. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

_____. *Encare os Factos e aprenda a única via de escape*. New York: Watchtower Bible and Tract Society, 1938. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

_____. *Fascismo ou Liberdade*. New York: Watchtower Bible and Tract Society, 1939. *Pront. 43707 – Sociedade Torre de Vigia*, DEOPS/SP, APESP.

_____. *O Juiz Rutherford expõe a Quinta Coluna*. New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1940. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

_____. *Conspiração contra a Democracia*. New York, Watchtower Bible and Tract Society, 1940. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ. *Paz, pode durar?* New York: Watchtower Bible and Tract Society, 1942. *Dossiê N.º. 50-G-033 (001)*, DEOPS/SP, APESP.

Alegrai-vos, ó nações! New York: Watchtower Bible and Tract Society, 1946. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

III) Periódicos:

Consolação. New York: Watchtower Bible and Tract Society, março de 1939. Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, SP.

Revista Eclesiástica Brasileira, volume 1, fascículo 3, Rio de Janeiro, Editora da Arquidiocese, 1941. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Desperta!, Sociedade Torre de Vigia, Cesário Lange, 22 de agosto de 1995, p. 9.

Sentinela, anunciando o Reino de Jeová, Cesário Lange, Sociedade Torre de Vigia, 1º de fevereiro de 2007.

IV) Livros:

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938 a 1941.

V) Jornais:

O Estado de S. Paulo, 25 de setembro de 1940, p. 12A, Hemeroteca, APESP.

VI) Discursos:

Monsenhor Álvaro Negromonte, discurso “A salvação do Brasil depende do Clero”, Petrópolis, Vozes, 1935.

ACERVOS PESQUISADOS

- Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de São Paulo.
- Arquivo Histórico da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (Cesário Lange/SP).
- APESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo) – Acervo DEOPS/SP e Hemeroteca.
- Biblioteca da PUC/SP (Banco de teses e dissertações).
- Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CAPH-USP (Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”).

BIBLIOGRAFIA

Obras

- ACADEMIA UNIVERSAL DAS CULTURAS. *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1982.
- AQUINO, Maria Aparecida de, MATTOS, Marco Aurélio Leme de e SWENSSON JR., Walter Cruz (Orgs.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial/FAPESP, 2001. (Coleção Dossiês DEOPS/SP: radiografias do autoritarismo brasileiro, vol. 1).
- _____. *A Constância do Olhar Vigilante: a Preocupação com o Crime Político – Famílias 10 e 20*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. (Coleção Dossiês DEOPS/SP: radiografias do autoritarismo brasileiro, vol. 2).
- AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo de Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *A Religião Civil Brasileira. Um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina. O Continente nas Relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. *Idéias em Confronto*. Curitiba: GRAFIPAR, 1981. (Coleção Estudos Paranaenses)

- BERCOVITCH, Sacvam. *The American Jeremiad*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1978.
- BETHELL, Leslie & ROXBOROUGH, Ian. *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BOYER, Paul S. *When time shall be no more: prophecy belief in modern American Culture*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1994.
- BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CANCELLI, Elisabeth Cancelli. *O mundo da violência – A polícia da era Vargas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas – Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____ (org.) *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial/FAPESP, 2002.
- _____. *Livros proibidos, idéias malditas*. São Paulo: Ateliê, 2002.
- _____ & KOSSOY, Boris (Orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS/SP (1924-1953)*. São Paulo: Ateliê/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2003.
- CASTRO, Eduardo Góes de. *Os “Quebra-santos”: anticlericalismo e repressão pelo DEOPS/SP*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, no prelo.
- COLBY, Gerard & DENNET, Charlotte. *Seja Feita a Vossa Vontade. A Conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- CORNWELL, John. *O Papa de Hitler. A História Secreta de Pio XII*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- DREHER, Martin. *Igreja e Germanidade*. Porto Alegre: Sinodal, 1984.

- DUFFY, Eamon. *Santos & Pecadores. História dos Papas*. trad. Luiz Antônio Araújo. 2 ed. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- FARIAS, Damião Duque de. *Em defesa da ordem. Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Hucitec/História Social/USP, 1998.
- FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1984, tomo III.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HUNTER, James Davidson. *American Evangelicalism*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989.
- IOKOI, Zilda Márcia. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*. São Paulo: Humanitas; Itajaí, Univali, 2004.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.
- _____. *Estados Unidos: a consolidação da Nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986.
- LEWIS, Richard. *The American Adam*. Chigago: Chicago University Press, 1959.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil. A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Estados Unidos e América Latina. As relações políticas no século XX. Xerifes e Cowboys. Um povo eleito e continentes selvagens*. São Paulo: Contexto, 1990.
- NOLL, Mark A. *Religion & American politics: from the colonial period to the 1980s*. New York: Oxford University Press, 1990.
- PAIVA, Ângela Randolpho. *Católico, Protestante, Cidadão. Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

- REICHLEY, A. James. *Religion in American Public Life*. Washington: Brookings Institution, 1985.
- SACHS, Viola et alli. *Brasil e Estados Unidos. Religião e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCAMPINI, José. *A liberdade religiosa nas Constituições Brasileiras: Estudo Filosófico Jurídico Comparado*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2000.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra. Bispos e Militares, Tortura e Justiça social na Ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- TARDINI, D. *Pio XII*. Cidade do Vaticano, 1959.
- TESTEMUNHAS DE JEOVÁ. *Anuário das Testemunhas de Jeová de 1974 com o relatório do ano de serviço de 1973; também textos diários e comentários*. New York: Watchtower Bible and Tract Society, 1974.
- _____. *Proclamadores do Reino de Deus*. Cesário Lange: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (Watchtower Bible and Tract Society of Pennsylvania), 1993.
- _____. *Anuário das Testemunhas de Jeová de 1997 com o relatório do ano de serviço de 1996; também textos diários e comentários*. Cesário Lange: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (Watchtower Bible and Tract Society of Pennsylvania), 1997.
- THOREAU, Henry David. *A Desobediência Civil*. São Paulo: Aquariana, 2001.
- TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.
- TURNER, Frederick Jackson. *O significado da fronteira na história norte-americana* (mimeo.).
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WUTHNOW, Robert. *The restructuring of American Religion. Society and Faith since World War II*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

Artigos

AZEVEDO, Cecília Azevedo. “A santificação pelas obras: experiências do protestantismo nos EUA”. In: Revista *Tempo*. Nº 11. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2001. pp. 111-129.

BARROS, Roque Spencer M. de. “A questão religiosa”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, tomo II, vol. 4. pp. 338-365.

BEOZZO, José Oscar. “A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1984, tomo III, vol. 4, pp. 271-341.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Estado Novo: Novas Histórias”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTRO, Eduardo Góes de. “A Torre sob Vigia: as Testemunhas de Jeová nos arquivos do DEOPS/SP”. In: *Revista Histórica*. nº 9. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, dezembro/janeiro/fevereiro de 2002/2003, pp. 17-23.

COUTROT, Aline. “Religião e política”. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996, pp. 331-366.

EVERDELL, William R. “Encontre-me em Saint Louis: O modernismo chega à América”. In: *Os primeiros modernos: As origens do pensamento do século XX*. São Paulo: Record, 2000. pp. 200-256.

FERNANDES, Ronald Queiroz; MELLO, José Octávio de Arruda & SANTOS, José Marcos Leitão dos. “Cultura e religião no Nordeste: o caso do protestantismo”. In: Revista do UNIPÊ, vol. VI, nº 1. João Pessoa: UNIPÊ, 2002. pp. 75-78.

KESSEL, Joseph. “Testemunhas de Jeová”. In: *Dr. Kersten. O médico de Himmler*. São Paulo: Flamboyant, 1966. pp. 148-156.

- MOURA, Sérgio Lobo & ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. “A Igreja na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, tomo III, vol. 2. pp. 176-234.
- PAYTON, Robert L. “A filantropia em discurso moral”. In: BERLOWITZ; DONOGUE & MERAND (Orgs.). *América em Teoria*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. pp. 182-202.
- PETERS, Shawn Francis Peters. “Introduction: A Turning Point for Religious Liberty”. In: *Judging Jehovah’s Witnesses: religious persecution and the dawn of the rights revolution*. Kansas City: University Press of Kansas, 2000. pp. 1-18.
- RODRIGUES, Ana Maria Moog. “Introdução”. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *A Igreja na Primeira República*. Brasília: Câmara dos Deputados/Editora da Universidade de Brasília, 1981. (Col. Biblioteca do Pensamento Republicano). pp. 3-16.
- SHUMWAY, Nicolas. “Estados Unidos da América: alegorias do apocalipse no discurso sobre a nação”. In: PRADO, Maria Lígia Coelho e VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *À Margem dos 500 anos: Reflexões Irreverentes*. São Paulo, EDUSP, 2002. pp. 219-232.
- VERUCCI, Guido. “anticlericalismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. trad. Carmem C. Varriale. Brasília, Editora da UNB, 1993. pp. 32-34.

Teses e dissertações

- ALMEIDA, Elizete de. *Cidadãos de outra pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Departamento de História/FFLCH/USP, 1998.
- AZEVEDO, Cecília. *Em nome da “América”: Os corpos da paz no Brasil (1961-1981)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Departamento de História/FFLCH/USP, 1999.

- FERNANDES, Marisa. *Sob os focos d'A Lanterna: a mulher na imprensa anticlerical de 1909 a 1916*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: Departamento de História/FFLCH/USP, 1997
- KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Departamento de História/FFLCH/USP, 1988.
- OLIVEIRA, José Eduardo Montecchi Valladares de. *O anticlericalismo na República Velha. A Ação dos Anarquistas*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: Departamento de História/FFLCH/USP, 1996.
- PIETROCOLLA, Luci Gatti. *A Trajetória da Purificação: as Duplas Mórmons em São Paulo*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: Departamento de História/FFLCH/USP, 1984.